



SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900 Centro Administrativo, Bloco C, 2º Andar - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: - (86) 3194-6600 <https://portal.sefaz.pi.gov.br>

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

CONTRATANTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - SEFAZ/PI

OBJETO: O objeto deste Pregão consiste na contratação de instituição financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela CVM para atuar no sistema de distribuição de valores mobiliários (Instituição Financeira), de forma isolada ou em consórcio, para assessorar tecnicamente o Estado na estruturação e na implementação de operação de securitização de recebíveis lastreada em créditos tributários (Operação de Securitização).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 13.200.000,00 (treze milhões e duzentos mil reais), que corresponde ao resultado da aplicação do **percentual máximo de 5% (cinco por cento)** sobre a base potencial de captação de recursos pelo Estado por meio da Operação de Securitização.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/03/2026, às 09h (Horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço/Taxa de Remuneração Global

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 00009.010671/2025-65 SEFAZ/PI

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/PI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual n. 21.872/2023 e demais disposições aplicáveis, além das exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CADASTRO ELETRÔNICO DE FORNECEDORES: SICAF

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes na **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data, horário e local.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Edital indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.

2.4. Caso se trate de aquisição de bens, a forma de fornecimento do objeto será definida na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência, Anexo I.

2.5. Caso se trate de contratação de serviços, a **Parte Específica** deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

2.6. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

2.7. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:

2.7.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7.2. O registro a que se refere o subitem 2.7.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

2.7.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.7.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

2.7.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.8. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:

2.8.1. órgãos gerenciador e participantes;

2.8.2. adesões;

2.8.3. preços registrados e respectivos reajustes;

2.8.4. vigência.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no cadastro de fornecedores e no sistema de compras indicados no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastro de fornecedores dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido no item 8.17.3.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.12. Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.

4.17. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido na **Parte Específica**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- 7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*
- 7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2.1 e 4.6 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 108 a 114 Decreto estadual n. 21.872/2023.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1. conter vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.9, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.10.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.10.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.10.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.10.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

7.10.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.10.6 Estudos setoriais;

7.10.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.10.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.10.9 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o Pregoeiro exigirá apresentação de amostra do item no prazo de **10 (dez) dias corridos**.

7.13.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

7.13.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

7.13.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.

7.13.4. Em até 2 (dois) dias úteis após o prazo de envio da amostra, a Administração remeterá ao Pregoeiro relatório, aprovando ou desaprovando o item submetido à análise prévia.

7.13.5. Em sendo desaprovado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o Pregoeiro deverá notificar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.

7.13.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a compatibilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.13.7. A amostra aprovada pela Administração servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

7.13.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição editalícia.

7.13.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.

7.13.10. O recolhimento da amostra (aprova ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Administração para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Caso o item 4.16 da **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.2.1. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.2.2. Caso a empresa não esteja inscrita no cadastro eletrônico ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.10. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1 da **Parte Específica**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

8.17 Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.17.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da

autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNEA, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.17.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.17.2.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências de qualificação técnica, podendo exigir

- a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;
- b) Requisitos de capacidade técnico-operacional;
- c) Requisitos de capacidade técnico-profissional.

8.17.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.17.2.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.17.2.4. Será admitida, caso exigida a comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, [Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15](#):

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

g) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

8.17.3.1. Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica**, salvo justificativa anos autos.

8.17.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
- d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.18. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.18.5. A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.18.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.19. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.20. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.20.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.20.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.20.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.20.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através dos contatos indicados no item 8.20.1 da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.20.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.20.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Para a contratação do objeto junto ao licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do objeto ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

11.10. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

11.10.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.10.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no subitem 11.10.1, e observado o disposto no item 2.7.2, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ;

12.1.6. fraudar a licitação;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 12.1.3 e 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 12.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

13.11. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.

13.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

13.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

13.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

A.1 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

B) ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO;

C) ANEXO III - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

D) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

E) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA CF/88;

F) ANEXO VI - ORÇAMENTO.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>Sistema Eletrônico utilizado no certame: Compras.gov</p> <p>Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF</p> <p>Data de Abertura: 25/03/2026.</p> <p>Horário de Abertura: 09h, horário de Brasília/DF.</p> <p>Local: https://www.gov.br/compras/pt-br</p> <p>INFORMAÇÕES: O licitante poderá obter maiores informações e esclarecimentos através do endereço de e-mail: cpl@sefaz.pi.gov.br; pelo telefone (86) 3194-6600, Ramal: 2301; no sítio oficial da SEFAZ: https://portal.sefaz.pi.gov.br/pregao-eletronico-2026/ ou na sede da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP: 64018-900, Sala da CPL - SEFAZ/PI (Térreo). Horário de funcionamento: 07:30h às 13:30h.</p>
2.1	<p>O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela CVM para atuar no sistema de distribuição de valores mobiliários (Instituição Financeira), de forma isolada ou em consórcio, para assessorar tecnicamente o Estado na estruturação e na implementação de operação de securitização de recebíveis lastreada em créditos tributários (Operação de Securitização), conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.</p>
2.1.1	<p>() O serviço ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante.</p> <p>(X) O serviço não ocorrerá de forma continuada, tendo em vista se tratar de atividade esporádica que deverá ser realizada em um período de tempo predeterminado.</p>
2.2	<p>() A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.</p> <p>() A licitação será dividida em lotes (grupos de itens), formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.</p> <p>(X) O objeto da presente licitação será adjudicado por preço/ taxa de remuneração global, haja vista a natureza indivisível do objeto.</p> <p>() O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, com vistas a evitar o prejuízo para o conjunto ou a perda de economia de escala.</p>

2.3	Para efeito deste Pregão, atribui-se como Preço Máximo a Taxa de Remuneração máxima de 5% (cinco por cento) incidente sobre o total dos Valores Mobiliários distribuídos no mercado de capitais, das classes sênior e da classe mezanino, se houver, incluindo aqueles subscritos em caráter obrigatório pela Instituição Financeira, por meio da Operação de Securitização, conforme especificado no item 8 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, sendo que a taxa de remuneração estimada representa o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar.
2.4	<input type="checkbox"/> A entrega dos bens ocorrerá de forma integral, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica.
2.5	<input type="checkbox"/> A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. <input type="checkbox"/> A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. <input type="checkbox"/> A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. <input type="checkbox"/> A execução do serviço ocorrerá sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado. <input type="checkbox"/> A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
2.7	<input checked="" type="checkbox"/> A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços. <input type="checkbox"/> A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços.
3.2.1	<input checked="" type="checkbox"/> O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência. <input type="checkbox"/> Para os lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006. <input type="checkbox"/> Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006; e para os itens (...), (...), haverá reserva de (máximo de 25%) para as referidas entidades, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006. 3.2.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. 3.2.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
3.3	<input checked="" type="checkbox"/> Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no subitem 3.3 da Parte Geral deste Edital. <input type="checkbox"/> Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
3.11	<input checked="" type="checkbox"/> Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação. <input type="checkbox"/> Não será permitida a participação de cooperativas no certame.
4.1	<input checked="" type="checkbox"/> A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. <input type="checkbox"/> A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.
4.8	<input type="checkbox"/> Considerando que o sistema de compras utilizado no certame não possui as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação. <input checked="" type="checkbox"/> As declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser assinaladas no campo próprio do sistema.

4.16	<p>(X) Será exigido, no momento da apresentação da proposta, o recolhimento de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.</p> <p>4.16.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.</p> <p>4.16.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:</p> <p>a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;</p> <p>b) seguro-garantia;</p> <p>c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;</p> <p>d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.</p> <p>() Não será exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.</p>
5.1	A proposta deverá ser cadastrada no sistema em formato percentual, como taxa de remuneração. A taxa máxima aceitável é de 5% (cinco por cento).
5.8	A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
6.1	<p>() Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE (grupo de itens), observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>() Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>() Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para o(s) lotes: _____ e MENOR PREÇO POR ITEM, para os itens: _____, observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>(X) Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO (TAXA PERCENTUAL DE REMUNERAÇÃO) GLOBAL.</p>
6.6	O lance deverá ser ofertado pela taxa percentual de remuneração global.
6.9	Não se aplica.
6.11	<p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "aberto e fechado", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p> <p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa " <i>fechado e aberto</i>", em que somente poderão participar da etapa aberta os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.</p>
6.22.4	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 02 (duas) horas contadas a partir da solicitação do pregoeiro.
8.9.1	Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
8.17.1, "k"	<p>- Certidão de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil;</p> <p>- Certidão de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) da Instituição Financeira para atuar como coordenador de oferta pública de Valores Mobiliários.</p>
8.17.1, "l"	Não serão exigidos documentos adicionais.
8.17.2.1, "a"	<p>() A proponente deverá apresentar registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou outro conselho de fiscalização profissional competente, relativo ao exercício do serviço objeto desta licitação, conforme sua área de atuação, em plena validade.</p> <p>(X) Não se aplica ao caso exigência de registro na entidade profissional competente.</p>

8.17.2.1, "b"	<p>- Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, por meio da apresentação dos seguintes documentos:</p> <p>a) Atestados, publicações especializadas ou declarações emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços como Coordenador líder de pelo menos três ofertas públicas de valores mobiliários nos últimos três anos, de forma exitosa, no montante mínimo de R\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais) cada uma;</p> <p>b) Pelo menos uma das ofertas públicas deve ter sido realizada no contexto de operação de securitização de recebíveis envolvendo companhia securitizadora ou Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC);</p> <p>c) Pelo menos uma das ofertas públicas deve ter envolvido ativos de titularidade de ente público ou valores mobiliários de emissão de empresa estatal.</p> <p>- O atestado apresentado pela instituição financeira líder do consórcio deve ter o valor mínimo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para uma das operações, considerando a relevância de sua atuação para o sucesso da operação, notadamente no que se refere à coordenação da distribuição no mercado de capitais do Valores Mobiliários emitidos pelo Veículo Securitizador.</p> <p>- No caso de consórcio, todos os consorciados deverão apresentar individualmente os documentos de habilitação jurídica. A habilitação financeira e técnica poderá ser comprovada apenas pela instituição financeira líder do consórcio. Admite-se, porém, o somatório dos quantitativos dos atestados porventura apresentados pelos consorciados para comprovação da qualificação técnica.</p>
8.17.2.1, "c"	(X) Não será exigida documentação quanto à capacidade técnico profissional.
8.17.3, "d"	<p>() O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p> <p>(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 <u>não</u> necessita ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p>
8.17.3, "e"	<p>() A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo não inferior a (...) % do preço estimado da contratação ou item pertinente.</p> <p>(X) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.</p>
8.17.3.1	<p>(X) Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme art. 15, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.</p> <p>() Não haverá acréscimo quanto aos requisitos de habilitação econômico-financeira para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante nos autos.</p>
8.17.3.2.	<p>() O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, conforme art. 69, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>(X) Não será exigida, para fins de atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3, declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.</p>
8.20	<p>() Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.</p> <p>(X) Não se aplica ao caso a realização de vistoria.</p>
8.20.1	Não se aplica.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico cpl@sefaz.pi.gov.br ou para o endereço físico da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP: 64018-900, Sala da CPL - SEFAZ/PI (Térreo), sendo que a resposta será divulgada nos sítios https://portal.sefaz.pi.gov.br/pregao-eletronico-2026/ e www.portaldecompraspublicas.com.br .
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico https://sei.pi.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0 .
13.12	<p>O presente edital poderá ser retirado nos seguintes endereços eletrônicos:</p> <p>https://portal.sefaz.pi.gov.br/pregao-eletronico-2026/;</p> <p>https://www.tcepi.tc.br/; e</p> <p>https://www.gov.br/compras/pt-br.</p> <p>Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica.</p>
13.14	Não se aplica.

Teresina, 10 de março de 2026.

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
Secretário da Fazenda - SEFAZ/PI

ANEXO I



SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900 Centro Administrativo, Bloco C, 2º Andar - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: (86) 3216-9600 - (86) 3194-6600 <https://portal.sefaz.pi.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de instituição financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para atuar no sistema de distribuição de valores mobiliários (Instituição Financeira), de forma isolada ou em consórcio, para assessorar tecnicamente o Estado na estruturação e na implementação de operação de securitização de recebíveis lastreada em créditos tributários (Operação de Securitização).

1.1 ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.1.1 A Operação de Securitização será viabilizada pela cessão onerosa de Direitos Creditórios de titularidade do Estado a uma Companhia Securitizadora ou a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (Veículo Securitizador), mediante a celebração de contrato específico de cessão (Contrato de Cessão), e abrangerá o fluxo financeiro gerado por créditos tributários constituídos, vencidos, reconhecidos pelo contribuinte, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, previamente selecionados e identificados (Direitos Creditórios). O Veículo Securitizador emitirá valores mobiliários para distribuição pública no mercado de capitais, como forma de captar os recursos necessários ao pagamento do preço da cessão (Valores Mobiliários).

1.1.2 A cessão dos Direitos Creditórios observará os ditames do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964, introduzido pela Lei Complementar nº 208/2024. Nesse sentido, terá por objeto tão somente o direito autônomo ao recebimento do fluxo financeiro gerado pelos créditos tributários cedidos, cuja titularidade formal permanecerá com o Estado até final e integral pagamento, ficando facultado ao Veículo Securitizador exercer os direitos e prerrogativas compatíveis com sua posição jurídica de cessionário.

1.1.3 Poderão participar do Pregão instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e habilitadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para distribuição de Valores Mobiliários no mercado de capitais, que atendam às exigências de qualificação jurídica, financeira e técnica previstas no Edital.

1.1.4 Por conseguinte, não será concedido tratamento favorecido a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparados, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. NATUREZA DO OBJETO

(X) Os bens/serviços objeto(s) desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021 e art. 183, do Decreto n. 21.872/2023.

() Enquadra-se como sendo bem de luxo, conforme art. 181, do Decreto n.º 21.872/2023.

() Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a descrição da solução e a demonstração do interesse público no caso concreto, encontram-se devidamente expostas no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I) .

2.2 A Operação de Securitização foi autorizada pela Lei Estadual nº 8.898, de 17 de dezembro de 2025 (Lei Autorizativa), , e está sujeita à observância das diretrizes gerais previstas na Lei Complementar nº 208/2024.

2.3 Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 13.303/2016 para fins de padronização das regras de governança em operações no mercado de capitais, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especialmente no tocante ao registro e oferta pública de valores mobiliários (Oferta Pública), e a parte do Código Civil que trata da cessão de crédito.

3. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

() O objeto da contratação será parcelado em itens (regra geral).

() O objeto da contratação será parcelado em lotes, formados por um ou mais itens.

(X) O objeto da contratação será adjudicado por preço global.

() Não se aplica para os casos de Contratações Diretas

4. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

4.1.1 Será admitida a participação de consórcios?

(X) Sim

() Não

4.1.2 É admitida a formação de consórcio para participar do Pregão, cuja liderança caberá a Instituição Financeira que atenda às mesmas disposições do Edital para participação isolada.

4.1.3 Os demais membros do consórcio poderão ser outras instituições financeiras, empresas ou entidades cuja atuação se faça necessária para estruturação e implementação da Operação de Securitização.

4.1.4 Para participar do Pregão, os consorciados deverão apresentar o compromisso de constituição futura de consórcio. O licitante vencedor, que se apresentou na forma de consórcio, fica obrigado a promover a sua constituição definitiva e o registro na Junta Comercial, antes da celebração do Contrato, admitindo-se a formação de sindicato para fins de distribuição dos valores mobiliários, com compartilhamento da taxa de remuneração.

4.1.5 Caberá à Instituição Financeira líder do consórcio exercer com exclusividade o papel de coordenador da Oferta Pública de Valores Mobiliários emitidos pelo Veículo Securitizador.

4.1.6 É vedada a participação, direta ou indireta, de empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar com a Administração Pública, assim como de cooperativas ou pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial ou falência.

4.1.7 Também não poderão participar empresas que mantenham vínculo societário ou contratual com membros da comissão de licitação ou autoridades diretamente envolvidas no certame.

4.1.8 A participação implica aceitação integral e irrevogável das condições deste TR, do Edital e de seus anexos.

4.1.9 Independentemente da prévia formação de consórcio entre os licitantes para participação no Pregão, admite-se que a distribuição no mercado de capitais, dos Valores Mobiliários emitidos pelo Veículo Securitizador, seja realizada por meio de sindicato composto por outras entidades registradas na CVM, desde que a coordenação da oferta pública seja exercida pela Instituição Financeira líder do consórcio.

4.2. Será admitida a participação de cooperativas?

(x) Sim, observadas as disposições constantes dos itens 4.1.2 a 4.1.9

() Não

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

5.1 A cessão de direitos creditórios será realizada a uma Companhia Securitizadora ou a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (Veículo Securitizador), e abrangerá o fluxo financeiro gerado por créditos tributários constituídos, vencidos, reconhecidos pelo contribuinte, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, previamente selecionados e identificados (Direitos Creditórios).

5.2 O Veículo Securitizador emitirá valores mobiliários para distribuição pública no mercado de capitais, como forma de captar os recursos necessários ao pagamento do preço da cessão (Valores Mobiliários).

5.3 Os Valores Mobiliários serão amortizados com o fluxo financeiro gerado por determinado período de tempo pelos Direitos Creditórios cedidos, podendo contemplar distintas classes (sênior, mezanino e subordinada) em função da remuneração prevista, do cronograma e da forma de amortização, e da prioridade de pagamento.

5.4 Os Valores Mobiliários da classe sênior destinam-se a investidores profissionais, mediante distribuição pública no mercado de capitais .

5.5 Poderá haver emissão de Valores Mobiliários da classe mezanino, também destinada a investidores profissionais, se ficar demonstrado na fase de estruturação que a medida contribui para o alinhamento de interesses e a maior eficiência econômica da Operação de Securitização.

5.6 Os Valores Mobiliários da classe subordinada serão subscritos exclusivamente pelo Estado, mediante transferência por dação em pagamento ou, a outro título, de parte dos Direitos Creditórios destinados ao Veículo Securitizador.

5.7 A cessão dos Direitos Creditórios pelo Estado ao Veículo Securitizador será realizada pelo valor de face, sem aplicação de deságio.

5.8 O Estado não assumirá qualquer responsabilidade pela solvência dos devedores dos créditos tributários cedidos ou pelo seu efetivo pagamento, nem tampouco qualquer outra obrigação financeira perante o Veículo Securitizador cessionário.

5.9 O Estado responderá somente pela existência, validade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios no momento da cessão, na forma do artigo 295 do Código Civil, comprometendo-se ainda a atuar de forma colaborativa e a cumprir com os deveres de probidade e boa-fé impostos pelo artigo 422 do Código Civil, em face do Veículo Securitizador e dos titulares dos Valores Mobiliários emitidos.

5.10 O Estado deverá indenizar o Veículo Securitizador pela frustração do recebimento dos Direitos Creditórios cedidos, em razão de atos imputáveis exclusivamente ao próprio Estado, nas seguintes situações:

- a) remissão, aceitação de dação em pagamento, compensação com precatórios ou parcelamento em condições mais benéficas ao contribuinte, quando se tratar de créditos parcelados; e
- b) remissão, aceitação de dação em pagamento ou compensação com precatórios, quando se tratar de créditos não parcelados.

5.11 Ocorrendo as situações elencadas no item anterior, o Estado deverá efetuar a transferência ao Veículo Securitizador, dos valores remidos, dados em pagamento, compensados ou resultantes da ampliação do benefício, até o último dia útil do mês seguinte à sua ocorrência.

5.12 A Operação de Securitização deverá incorporar mecanismos de segregação financeira dos Direitos Creditórios cedidos, de modo que os recursos financeiros provenientes desses direitos creditórios cedidos ingressem diretamente em conta vinculada de titularidade do Veículo Securitizador, sem transitar previamente por qualquer conta bancária de livre movimentação do Estado.

5.13 A Instituição Financeira contratada deverá (i) ser integrante do Sistema Financeiro Nacional e estar regularmente estabelecida segundo as normas aplicáveis; e (ii) possuir capacidade técnica e financeira compatível com a complexidade da Operação de Securitização;

5.14 Os serviços a cargo da Instituição Financeira abrangem as seguintes atividades (Serviços Contratados):

- a) estudo de viabilidade econômico-financeira da Operação de Securitização;
- b) modelagem jurídica, financeira e operacional;
- c) seleção, coordenação, custeio e gestão de serviços auxiliares, prestados por empresas subcontratadas, incluindo a figura do Veículo Securitizador (Serviços Auxiliares);
- d) aprovação ou registro na CVM;
- e) distribuição pública dos Valores Mobiliários no mercado de capitais em regime de melhores esforços combinado com a obrigação da instituição financeira - coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais e obedecendo o disposto no subitem 4.15 e 4.16, a seguir;
- f) acompanhamento até sua integral liquidação da oferta pública dos Valores Mobiliários.

5.15 A Instituição Financeira ou entidade do mesmo grupo econômico deverá subscrever obrigatoriamente os Valores Mobiliários correspondentes a 20% (vinte por cento) calculado sobre o total dos Valores Mobiliários ofertados no mercado de capitais, da classe sênior e de qualquer outra classe mezanino.

5.16 Caberá à Instituição Financeira escolher livremente as classes de Valores Mobiliários a serem subscritas para completar a parcela obrigatória de 20% (vinte por cento), com exceção apenas da classe subordinada, podendo concentrar a subscrição exclusivamente na classe sênior ou distribuí-la entre uma ou mais classes mezanino.

5.17 A Instituição Financeira poderá subcontratar outros prestadores de Serviços Auxiliares, considerados necessários à estruturação e à implementação da Operação de Securitização, mediante prévia anuência da Secretaria de Estado da Fazenda, compreendendo exemplificativamente:

- a) empresa especializada em análise da carteira de Direitos Creditórios;
- b) Veículo Securitizador;
- c) assessoria jurídica da estruturação;
- d) agência de classificação de risco (rating);
- e) agente fiduciário da emissão dos Valores Mobiliários;
- f) auditoria independente do Veículo Securitizador;
- g) banco custodiante;
- h) banco escriturador;
- i) banco liquidante.

5.18 Os custos de estruturação da Operação Securitização e de distribuição dos Valores Mobiliários emitidos pelo Veículo Securitizador, bem como dos Serviços Auxiliares de terceiros necessários à implementação da Operação de Securitização, adicionado aos demais custos abaixo relacionados, serão suportados exclusivamente pela Instituição Financeira contratada, cuja remuneração observará o limite máximo de 5% (cinco por cento), calculado sobre o total dos Valores Mobiliários distribuídos no mercado de capitais, das classes sênior e da classe mezanino, se houver, incluindo aqueles subscritos em caráter obrigatório pela Instituição Financeira.

5.19 Os custos de estruturação e de distribuição dos Valores Mobiliários, a serem custeados pela Instituição Financeira, compreendem também:

- a) registros na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), ANBIMA (Associação Nacional de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais) e utilização de sistemas da B3 (Bolsa de Valores);
- b) publicações legais, incluindo anúncio de início e de encerramento da oferta pública;
- c) registros em cartório de registro de títulos e documentos;
- d) outros custos como material publicitário, viagens e apresentações a potenciais investidores da Operação de Securitização;

5.20 Após a emissão dos Valores Mobiliários, os serviços de caráter recorrente, necessários à manutenção da Operação de Securitização, serão custeados pelo Veículo Securitizador, com suporte no fluxo financeiro gerado pelos Direitos Creditórios cedidos, até liquidação final da Operação de Securitização.

5.21 Os Serviços Auxiliares necessários à manutenção da Operação de Securitização, referidos no item anterior, serão assumidos ou contratados pelo Veículo Securitizador, mediante indicação da Instituição Financeira e anuência da Secretaria de Estado da Fazenda, compreendendo exemplificativamente:

- a) agência de classificação de risco (rating);
- b) agente fiduciário da emissão dos Valores Mobiliários;
- c) banco custodiante;
- d) banco escriturador;
- e) gestão de recebíveis;

- f) Agente de Assessoramento à Cobrança;
- g) contabilidade do patrimônio separado;
- h) auditoria Independente do Veículo Securitizador.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão executados em fases distintas, sendo emitido pela Secretaria da Fazenda, por escrito, autorização para o início de cada uma das fases, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem inicial de serviço, admitindo-se prorrogação, mediante justificativa fundamentada e anuência da Secretaria de Estado da Fazenda.

6.1.1 FASE 1 – Estruturação preliminar, compreendendo:

- a) Elaboração e apresentação de cronograma para modelagem, estruturação e distribuição da Operação de Securitização, contendo o detalhamento de todos os eventos e respectivos prazos;
- b) Análise do fluxo de recebíveis sob os aspectos estatísticos (concentração de valores por contribuinte devedor; valores a receber por mês de vencimento e verificação de concentração do fluxo; grau de inadimplência; histórico de comportamento vencimento/pagamento/ inadimplência; projeção de inadimplência) e outras variáveis para fins de identificar o comportamento do fluxo de recebíveis que será utilizado para lastro e modelagem da Operação de Securitização;
- c) Obtenção de *rating* preliminar para a Operação de Securitização, se necessário;
- d) Estruturação conceitual da Operação de Securitização e modelagem financeira com base no fluxo dos recebíveis;
- e) Indicação do melhor veículo securitizador para a estrutura da Operação de Securitização (emissor dos Valores Mobiliários);
- f) Análise de cenários com indicação de valor da Operação de Securitização, quantidade de valores mobiliários a subscrever, remuneração, prazo, carência, fluxo de amortização, acompanhado de comparação das vantagens e desvantagens de cada alternativa;
- g) Proposição de estrutura preliminar para a Operação de Securitização; e
- h) Apresentação de Relatório Técnico indicando a modelagem financeira para a Operação de Securitização, abordando inclusive as questões referidas nas alíneas anteriores.

6.1.2 FASE 2 – Documentos da operação de securitização, compreendendo:

- a) Definição da estrutura jurídica da operação;
- b) Identificação da documentação necessária à realização da operação; e
- c) Elaboração e apresentação de minutas de todos os instrumentos e documentos legais exigidos pela estrutura da operação e emissão de opinião legal.

6.1.3 FASE 3 – Formatação final da operação de securitização, compreendendo:

- a) Preparação das documentações exigidas pela legislação vigente e versões finais dos contratos quando necessários, considerando os ajustes a serem feitos em atendimento à orientação da Procuradoria Geral do Estado;
- b) Sondagem preliminar de interesse dos potenciais investidores;
- c) Estimativa do volume financeiro da Operação de Securitização, a ser levado a mercado e da taxa de remuneração;
- d) Obtenção de *rating* definitivo para a Operação de Securitização;
- e) Avaliação das melhores condições de captação, considerando demanda, custo, prazo de amortização dos Valores Mobiliários, nível de subordinação e destinação dos recursos;
- f) Pedido e obtenção de registro definitivo de distribuição pública de valores mobiliários junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, se necessário;
- g) Assessoramento no registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, para o veículo securitizador definido, se necessário;
- h) Preparação de material informativo (road-show) para investidores; e
- i) Subcontratação de outros prestadores de serviço auxiliares, necessários à implementação da Operação de Securitização;
- j) Contratação do Agente de Assessoramento à Cobrança pelo Veículo Securitizador, mediante indicação da Instituição Financeira e anuência da Secretaria de Estado da Fazenda.

6.1.4 FASE 4 – Captação de recursos, compreendendo:

- a) Apresentação da estrutura da Operação de Securitização para potenciais investidores;
- b) Atendimento a dúvidas e reuniões bilaterais com potenciais investidores;
- c) Publicação dos avisos necessários à realização da Operação de Securitização;
- d) Apuração do volume financeiro da oferta pública e da taxa de remuneração em processo de *bookbuilding*, sujeitando-se a efetiva aceitação das ordens coletadas e aprovação pela Secretaria de Estado da Fazenda; e,
- e) Liquidação financeira da subscrição dos valores mobiliários, com a confirmação dos recursos creditados em conta bancária indicada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

6.1.5 Ao final de cada Fase, a instituição financeira contratada deverá elaborar um relatório detalhado sobre as atividades realizadas, consolidando as informações levantadas e os documentos produzidos.

6.1.6 A Secretaria de Estado da Fazenda deverá aprovar a proposta de estruturação e as demais condições da Operação de Securitização, assim como as minutas dos instrumentos jurídicos, conforme apresentadas pela Instituição Financeira.

6.1.7 A Secretaria de Estado da Fazenda poderá ainda interromper a qualquer momento a execução dos Serviços Contratados, sem qualquer ônus, caso entenda que a Operação de Securitização se tornou economicamente inviável ou juridicamente inadequada, quando então a Instituição Financeira fará jus tão somente ao ressarcimento das despesas incorridas e efetivamente comprovadas com contratação de terceiros, limitado ao valor máximo de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), conforme estimativa demonstrada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), notadamente em seu Anexo II.

6.1.8 Uma vez concluída a Operação de Securitização com a liquidação financeira da oferta pública dos Valores Mobiliários, a Instituição Financeira ficará obrigada a apoiar o Estado, durante o prazo de 2 (dois) anos, para atendimento de eventuais questionamentos.

7. GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

☒ (X) Não haverá necessidade de garantia.

☐ () Haverá necessidade de garantia.

8. CUSTO ESTIMADO

8.1 Para efeito do Pregão, atribui-se como Preço Máximo a taxa máxima de 5% (cinco por cento) incidente sobre o total dos Valores Mobiliários distribuídos no mercado de capitais, das classes sênior e da classe mezanino, se houver, incluindo aqueles subscritos em caráter obrigatório pela Instituição Financeira, por meio da Operação de Securitização.

8.2 O Preço Máximo foi fixado com base nas informações constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP) (Anexo I).

8.3 A remuneração da Instituição Financeira possui natureza contingente e corresponderá a um percentual sobre o total dos Valores Mobiliários distribuídos no mercado de capitais, da classe sênior e da classe mezanino, se houver, incluindo aqueles subscritos em caráter obrigatório pela Instituição Financeira, observado o limite máximo de 5% (cinco por cento) (Remuneração).

8.4 A Remuneração somente será devida se a Operação de Securitização for concluída de forma exitosa, com a efetiva distribuição dos Valores Mobiliários no mercado de capitais e a subscrição da parcela destinada à Instituição Financeira, por si ou por outra entidade do mesmo grupo econômico.

8.5 A Remuneração abrange todos os custos, tributos, encargos e despesas necessárias à execução dos Serviços Contratados, até a emissão e distribuição dos Valores Mobiliários, notadamente a remuneração porventura devida aos subcontratados, na fase de estruturação e implementação, os emolumentos de registro da Oferta Pública, a publicação de avisos ou anúncios, e as despesas de divulgação (*road show*).

8.6 Os recursos obtidos pelo veículo securitizador com a emissão dos valores mobiliários colocados a mercado servirão para pagar ao Estado pela cessão dos direitos creditórios, descontada a remuneração da instituição financeira contratada para estruturação da Operação de Securitização, de que trata o item 8.1.

8.7 A contratação possui o valor estimado de R\$ 13.200.000,00 (treze milhões e duzentos mil reais), que corresponde ao resultado da aplicação do percentual máximo de 5% (cinco por cento) sobre a base potencial de captação de recursos pelo Estado por meio da Operação de Securitização, no valor estimado de R\$ 264.000.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões de reais), considerando as premissas adotadas no Estudo de Viabilidade (Anexo II) e reproduzidas neste Termo de Referência.

9. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

☒ (X) Recurso próprio – Sede – Fonte 500 - 13.101.04.122.0109.2000.

☐ () Recurso próprio – Fundat – Fonte 500 - 13.116.04.123.0109.6006.

☐ () Operação de Crédito – Profisco – Fonte 754 - 13.101.04.123.0109.5003.

☐ () Operação de Crédito - Progestão – Fonte 754 - 13.101.04.126.0109.7100.

10. RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE DA LICITAÇÃO

☐ () Participação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas (valor estimado inferior a R\$ 80.000,00 por item, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006).

☐ () Haverá reserva de cota para ME/EPP/Equiparadas (valor estimado superior a R\$ 80.000,00, de natureza indivisível, nos termos do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006).

☒ (X) O presente certame será destinado à ampla concorrência.

☐ () Não se aplica para os casos de Contratações Diretas

11. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

11.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

☒ (X) Pregão Eletrônico

☐ () Concorrência

☐ () Diálogo competitivo

☐ () Dispensa de Licitação

☐ () Inexigibilidade de Licitação

☐ () Outros: _____

Justificativa e fundamentação legal da escolha:

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, modalidade obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns

11.2. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- ☒ Menor Preço
- ☐ Maior Desconto
- ☐ Melhor Técnica
- ☐ Técnica e Preço
- ☐ Não se aplica para os casos de Contratações Diretas
- ☐ Outros:

11.3. MODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto e Fechado
- ☐ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Não se aplica para os casos de Contratações Diretas

11.4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.4.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços–SRP?

- ☐ Sim
- ☒ Não

12. CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

12.1. Será exigida Garantia da Proposta nos moldes do artigo 58 da Lei 14.133/2021?

- ☒ Sim
- ☐ Não

12.2 Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento do valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), a título de garantia de proposta, que corresponde a 1% (um por cento) sobre o valor estimado da contratação.

12.3 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

12.4 A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades, conforme §1º, do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.5 A garantia da proposta visa reforçar o comprometimento dos licitantes com o procedimento licitatório e a evitar comportamentos oportunistas durante a licitação; trata-se de prática usual em licitações de objetos robustos, que nesse caso se justifica em face do perfil dos participantes e da natureza da Operação de Securitização.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, HABILITAÇÃO JURÍDICA E HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

13.1 A qualificação técnica dos licitantes será aferida à vista da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Atestados, publicações especializadas ou declarações emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços como Coordenador líder de pelo menos três ofertas públicas de valores mobiliários nos últimos três anos, de forma exitosa, no montante mínimo de R\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais) cada uma;
- b) Pelo menos uma das ofertas públicas deve ter sido realizada no contexto de operação de securitização de recebíveis envolvendo companhia securitizadora ou Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC);
- c) Pelo menos uma das ofertas públicas deve ter envolvido ativos de titularidade de ente público ou valores mobiliários de emissão de empresa estatal;

13.2 O atestado apresentado pela instituição financeira líder do consórcio deve ter o valor mínimo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para uma das operações, considerando a relevância de sua atuação para o sucesso da operação, notadamente no que se refere à coordenação da distribuição no mercado de capitais do Valores Mobiliários emitidos pelo Veículo Securitizador.

13.3 No caso de consórcio, todos os consorciados deverão apresentar individualmente os documentos de habilitação jurídica. A habilitação financeira e técnica poderá ser comprovada apenas pela instituição financeira líder do consórcio. Admite-se, porém, o somatório dos quantitativos dos atestados porventura apresentados pelos consorciados para comprovação da qualificação técnica.

13.2. VISTORIA TECNICA PREVIA

- () Sim
(X) Não

13.3 A habilitação jurídica e a regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes serão aferidas à vista da apresentação dos seguintes documentos:

1. Certidão de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil;
2. Certidão de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) da Instituição Financeira para atuar como coordenador de oferta pública de Valores Mobiliários;
3. Comprovação de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
4. Comprovação de regularidade perante o FGTS e a Seguridade Social;
5. Comprovação da inexistência de créditos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
6. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
7. Inscrição do ato constitutivo no registro público do local da sede e suas eventuais alterações, acompanhada de documento comprobatório dos poderes de representação;
8. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
1. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

13.4 A habilitação econômico financeira dos licitantes será aferida à vista da apresentação dos seguintes documentos:

1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade expresso na própria certidão ou, na omissão desta, expedida há menos de 5 (cinco) meses, contados da data da apresentação;
 - a.1.) Caso a sede do licitante possua em sua comarca a distribuição de processos judiciais eletrônicos em 1ª e/ou 2ª instância, as certidões respectivas devem ser apresentadas em conjunto com aquela do item anterior;
 - a.2.) Caso a licitante não possua a certidão negativa, será permitida a participação de empresa que estiver em recuperação judicial cujo plano já tenha sido devidamente homologado e apresente certidão do Poder Judiciário indicando sua aptidão para contratar;
1. Será exigida a existência de patrimônio líquido contábil no valor mínimo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
 - b.1.) No caso de consórcio, o valor mínimo estipulado nesta alínea será acrescido de 10% (dez por cento);
 - b.2.) A verificação do valor do patrimônio líquido se dará por meio do balanço do exercício social mais recente.

13.5 Encerrado o prazo para envio da documentação, sejam os anexos de proposta e/ou habilitação, poderá ser admitida, mediante a realização de diligência, a apresentação de novos documentos somente para a:

- a) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- b) Apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante;
- c) Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame

13.6 A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento dos prazos.

13.7 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13.8 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital

14. DO CONTRATO

14.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- (X) Será celebrado contrato.
() O contrato será substituído por Nota de Empenho (art. 95 da Lei 14.133/2021).

14.2. SERVIÇO CONTINUADO

- () Sim
(X) Não

14.3. VIGÊNCIA CONTRATUAL

- (X) O prazo de vigência da contratação é de 27 (vinte e sete) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável nos termos do art. 111 da Lei Federal 14.133/2021.

14.4. GARANTIA CONTRATUAL

Será exigida garantia contratual, nos moldes dos artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21?

() Sim

(x) Não

14.5 Após a adjudicação e a homologação do Pregão pela autoridade superior, o licitante vencedor será convocado para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, cuja minuta constará como anexo do Edital (Contrato), sem prejuízo da introdução dos ajustes que se façam porventura necessários.

14.6 O prazo para assinatura do contrato será de até três dias úteis a contar da convocação.

14.7 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICREF - Sistema de Credenciamento de Fornecedores;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>).

14.8 Para assinatura do Contrato, o licitante vencedor deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil;
- b) Certidão de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para atuar no mercado de capitais como coordenador de oferta pública de Valores Mobiliários;
- c) Comprovação de regularidade fiscal perante as Fazendas federal, estadual e municipal da sede do licitante;
- d) Comprovação de regularidade perante o FGTS e a Seguridade Social;
- e) Comprovação da inexistência de créditos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- f) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- g) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local da sede e suas eventuais alterações, acompanhada de documento comprobatório dos sócios administradores.
- h) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- i) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1 Fornecer à Instituição Financeira contratada, com tempestividade e completude, as informações necessárias à qualificação dos créditos a serem cedidos e securitizados;
- 15.2 Emitir as autorizações e documentos formais exigidos pelos órgãos reguladores ou pela legislação vigente para a realização da oferta;
- 15.3 Acompanhar a execução dos Serviços Contratados por meio de unidade fiscalizadora designada, podendo requisitar esclarecimentos e determinar ajustes a qualquer tempo;
- 15.4 Efetuar o pagamento da remuneração devida, na forma estabelecida no Contrato;
- 15.5 Manter a Instituição Financeira contratada informada quanto a qualquer alteração normativa ou administrativa que possa impactar o objeto do Contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Constituem obrigações da Instituição Financeira contratada:

- 16.1.1 Executar os Serviços Contratados com observância das normas da CVM, do Banco Central do Brasil e demais reguladores competentes;
- 16.1.2 Elaborar, submeter e registrar todos os documentos necessários à estruturação e oferta dos valores mobiliários, inclusive prospectos, termos de securitização, pareceres técnicos e contratos acessórios;
- 16.1.3 Atuar como coordenadora da oferta pública para distribuição dos Valores Mobiliários, promovendo a divulgação e captação de investidores;
- 16.1.4 Prestar informações completas e tempestivas ao Estado contratante sobre a execução das fases, com apresentação de relatórios sempre que solicitado;
- 16.1.5 Manter sigilo sobre todas as informações e documentos fornecidos pelo Estado contratante, utilizando-os exclusivamente para a execução do objeto;
- 16.1.6. Assegurar que todos os atos praticados em nome do Estado contratante preservem sua imagem institucional e observem as normas de integridade, conformidade (*compliance*) e prevenção à lavagem de dinheiro;
- 16.1.7 Adotar todas as medidas necessárias para viabilizar a execução da Operação de Securitização, arcando com os custos e despesas operacionais que não estejam expressamente atribuídos ao Estado contratante neste Contrato.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Será permitida a subcontratação parcial do objeto, nos limites estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato.

17.2 As subcontratações a serem realizadas pela Instituição Financeira e, quando cabível, por meio da Companhia Securitizadora ou Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, somente poderão ocorrer mediante prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado da Fazenda, e deverão abranger apenas Serviços Auxiliares que sejam necessários ou pertinentes à boa execução da Operação de Securitização.

17.3 Durante as etapas de estruturação e implementação da Operação de Securitização, até a emissão dos Valores Mobiliários e liquidação financeira da oferta pública, a Instituição Financeira fica integralmente responsável pela perfeita execução dos serviços subcontratados, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades dos respectivos prestadores, bem como responder perante o Estado pelo rigoroso cumprimento das obrigações correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.4 As subcontratações serão formalizadas de acordo com o seguinte procedimento:

I - Submissão, pela Instituição Financeira, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição do serviço que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

II - Autorização prévia da Secretaria de Estado da Fazenda, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

III - Apresentação pela Instituição Financeira dos documentos do subcontratado relativos à regularidade fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

IV - A capacidade técnica dos subcontratados será aferida pela Instituição Financeira mediante a observância dos seguintes critérios:

a) Prospecção de prestador de serviços com experiência consistente em atuação regular nas operações de emissão de valores mobiliários colocadas no mercado de capitais;

b) Comprovação de habilitação técnica necessária à execução do serviço, bem como da experiência profissional da equipe técnica alocada na prestação do serviço;

c) A habilitação técnica deverá ser demonstrada por meio de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado/público ou por meio de documento público que possibilitará auferir tal qualificação técnica, por exemplo – prospecto de operação realizada no mercado de capitais e que esteja disponível na internet – site de emissor, CVM, ANBIMA, etc. Adicionalmente, deverá apresentar comprovante de registro do prestador de serviço em entidade regulatória, quando requerido;

d) A experiência profissional deverá ser demonstrada por meio de currículo individual da equipe técnica designada para a prestação do serviço contratado.

V - Análise e autorização da subcontratação parcial pela Secretaria de Estado da Fazenda, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos, após exame da documentação do subcontratado apresentada pela Instituição Financeira. A Instituição Financeira poderá substituir, no prazo que lhe for assinalado pela Secretaria de Estado da Fazenda, o subcontratado cuja capacidade técnica não seja demonstrada conforme aqui previsto, ficando mantido o mesmo objeto;

VI - Apresentação pela Instituição Financeira de cópia do Termo de Subcontratação, ou ajuste equivalente celebrado entre a Instituição Financeira e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo. Este procedimento também é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

17.5 Os custos das subcontratações correrão à conta da Instituição Financeira nos Serviços Contratados relativos à etapa de estruturação e implementação da Operação de Securitização e à conta do fluxo financeiro produzido pelos direitos creditórios na etapa de manutenção, conforme disposto nos itens 5.17 a 5.21.

17.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente de órgão ou entidade integrante da administração indireta do Estado, ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

17.7 A Instituição Financeira deverá atuar como empresa Coordenadora Líder da oferta pública no contexto da Operação de Securitização e as eventuais subcontratações ou associações a outras instituições ou empresas especializadas durante as etapas de estruturação e a implantação, até a emissão dos Valores Mobiliários e liquidação financeira da oferta pública, serão de sua inteira responsabilidade, inclusive pela qualidade dos serviços de terceiros subcontratados, pela remuneração e pelas despesas relacionadas aos Serviços Contratados e aos Serviços Auxiliares necessários à consecução do objeto da presente licitação, e seu pagamento deverá ser realizado diretamente pela Instituição Financeira aos terceiros contratados, não implicando qualquer custo adicional para o Estado.

18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Gestor e Fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, conforme especificado no art. 117, *caput*, da Lei 14.133/2021.

19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

19.1 A Remuneração somente será devida se a Operação de Securitização for concluída de forma exitosa, com a efetiva distribuição dos Valores Mobiliários no mercado de capitais e a subscrição da parcela destinada à CONTRATADA, por si ou por outra entidade do mesmo grupo econômico.

19.2 A Remuneração abrange todos os custos, tributos, encargos e despesas necessárias à execução dos Serviços Contratados, até a emissão e distribuição dos Valores Mobiliários, notadamente a remuneração porventura devida aos subcontratados na fase de estruturação e implementação, os emolumentos de registro da Oferta Pública, a publicação de avisos ou anúncios, e as despesas de divulgação (*road show*).

19.3 A CONTRATADA descontará o valor da sua Remuneração dos recursos captados com a Operação de Securitização, transferindo ao Veículo Securitizador o saldo remanescente, que será utilizado para pagamento do preço da cessão dos Direitos Creditórios devido ao CONTRATANTE.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Serão aplicadas as previstas em instrumentos padronizados pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí (PGE-PI), constantes inclusive da Minuta de Contrato (Anexo III) deste TR.

21. SERVIÇOS E BENS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO

(X) Não se aplica

22. DO SERVIÇO DE APOIO À COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

22.1 O serviço de assessoramento à cobrança dos Direitos Creditórios será contratado, mediante anuência da Secretaria de Estado da Fazenda, e custeado pelo Veículo Securitizador, com suporte no fluxo financeiro de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos, a exemplo de outras despesas autorizadas pela regulação da CVM (Agente de Assessoramento à Cobrança).

22.2 Caberá ao Agente de Assessoramento à Cobrança apoiar o Estado na cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, respeitadas as informações protegidas pelo sigilo fiscal, devendo executar as seguintes atividades, dentre outras que julgar relevantes para ampliar a arrecadação:

- a) análise e segmentação da base de devedores, conforme perfil e valor do débito;
- b) apoio na estruturação de estratégias de cobrança administrativa amigável e de renegociação de dívidas;
- c) emissão e envio de notificações, cartas de cobrança, e-mails, SMS, entre outros meios de comunicação com os contribuintes;
- d) suporte nas atividades de atendimento a contribuintes para regularização de débitos;
- e) fornecimento de plataforma tecnológica para gestão das cobranças, com acesso pelo Estado;
- f) integração com bases de dados externas (ex: Receita Federal, Serasa, Cartórios) para qualificação dos devedores e suporte às ações de cobrança;
- g) realização de atividades preparatórias para protesto extrajudicial de dívidas inscritas em dívida ativa, incluindo análise documental e emissão de certidões;
- h) geração de relatórios gerenciais e estatísticos periódicos sobre as ações realizadas e resultados obtidos;
- i) sugestões de aprimoramento na política de cobrança estadual, inclusive com propostas legislativas, se for o caso; e,
- j) treinamento de equipe interna, quando necessário.

22.3 O Veículo Securitizador e o Agente de Assessoramento à Cobrança deverão observar o seguinte:

- a) abster-se de apresentar qualquer manifestação, escrita ou oral, bem como despachar perante órgãos administrativos ou judiciais, no que se refere ao crédito cedido.
- b) não realizar protesto judicial ou extrajudicial dos devedores dos direitos creditórios cedidos;
- c) municiar o Estado com informações e pesquisa de bens do devedor, para impulsionamento da cobrança;
- d) contatar o devedor dos direitos creditórios cedidos, por via telefônica, apenas em dias úteis e no horário de expediente comercial, com as cautelas exigidas pela legislação aplicável;
- e) observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados e os sigilos legais, bem como garantir a confidencialidade das informações recebidas e a segurança no tratamento de dados pessoais e financeiros envolvidos.

22.4 A remuneração do Agente de Assessoramento à Cobrança terá caráter contingente e corresponderá a 20% (vinte por cento) do montante que exceder ao somatório das seguintes parcelas, apuradas trimestralmente nas respectivas bases:

- a) fluxo dos valores parcelados inscritos ou não em dívida ativa. Base: valor previsto de arrecadação do trimestre civil em avaliação, considerados os valores na data da cessão. Apuração: valores verificados pela SEFAZ e PGE no trimestre civil;
- b) arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e inscritos em dívida ativa. Base: média da arrecadação do trimestre civil relativos aos 5 (cinco) exercícios anteriores, atualizados pelo IPCA. Apuração: arrecadação verificada no trimestre civil;
- c) arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e não inscritos em dívida ativa. Base: estimativa de arrecadação para o trimestre civil. Apuração: arrecadação verificada no trimestre civil;
- d) taxa de remuneração aos investidores (*spread* acima da taxa DI). Base: valor de remuneração do trimestre civil em avaliação. Apuração: valor de remuneração verificado no trimestre civil; e,
- e) custo de manutenção da operação (prestadores de serviços). Base: custo de manutenção da operação do trimestre civil em avaliação. Apuração: custo de manutenção verificado no trimestre civil.

22.5 Os Direitos Creditórios cedidos serão registrados em controle apartado e escrituração própria, contendo, no mínimo:

- a) identificação do devedor;
- b) valores de principal e acessórios;
- c) número da CDA ou do processo administrativo/auto de infração;
- d) informações sobre o respectivo parcelamento, quando for o caso;

e) data da cessão.

22.6 O meio de pagamento dos créditos cedidos será o mesmo utilizado para créditos não cedidos.

22.7 No que se refere aos créditos cedidos, quando do seu efetivo pagamento, haverá o abatimento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, com a entrega dos valores remanescentes ao Veículo Securitizador cessionário.

23. DOS ANEXOS

São anexos a este Termo de Referência:

- a) Anexo I: Estudo Técnico Preliminar
- b) Anexo II – Estudo de Viabilidade
- c) Anexo III - Minuta Contratual

Documento assinado eletronicamente por RICARDO CARDOSO PIRES - Matr.0315748-2, Superintendente SUPAFT, em 10/03/2026, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por MARIA DAS GRACAS MORAES MOREIRA RAMOS - Matr.0091081-3, Superintendente SUPREC, em 10/03/2026, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0022890688 e o código CRC A81270F8.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00009.010671/2025-65 SEI nº 0022890688

APÊNDICE DO ANEXO I



SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900 Centro Administrativo, Bloco C, 2º Andar - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: (86) 3216-9600 - (86) 3194-6600 <https://portal.sefaz.pi.gov.br>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. Descrição da necessidade

O Estado do Piauí é titular de direitos creditórios oriundos de créditos tributários devidamente constituídos e reconhecidos pelos respectivos contribuintes, assim considerados, conforme constante da Lei Estadual nº 8.898 de 17 de dezembro de 2025 os oriundos de: I - transação tributária, negócio jurídico processual ou confissão de dívida; II - adesão a programa de parcelamento, especial ou não, ainda que rompido, cancelado ou rescindido; III - declaração fiscal sem o respectivo recolhimento da obrigação tributária; IV - lançamento tributário não impugnado na fase administrativa e para o qual não caiba mais reclamação ou recurso, nos termos do art. 145, I, do Código Tributário Nacional, e não impugnado ou contestado judicialmente.

O efetivo recebimento dos créditos mencionados no parágrafo anterior, se dará, na maioria das vezes, de forma diferida em função de parcelamentos celebrados ou, em outros casos, conforme o sucesso das medidas de cobrança administrativa ou execução fiscal dos referidos créditos.

Constata-se que há uma ampla demanda por investimentos em infraestruturas de interesse público cuja integral execução depende da suficiência de recursos orçamentários. Tais alocações orçamentárias, todavia, competem com outras despesas obrigatórias, como aquelas relativas a educação, saúde e pessoal.

Adicionalmente, o regime de previdência próprio dos servidores do Estado demanda aportes significativos de recursos orçamentários para assegurar a sua manutenção e equilíbrio atuarial, de modo a afastar qualquer risco de solução de continuidade no pagamento dos benefícios a aposentados e pensionistas.

A antecipação do ingresso no caixa do Estado dos recursos financeiros provenientes de tais direitos creditórios apresenta-se como solução adequada ao problema indicado, permitindo a antecipação de investimentos de interesse público e a satisfação de demandas da população, sem prejudicar o custeio de ações igualmente relevantes.

Vale notar que, embora a securitização de direitos creditórios não seja propriamente uma novidade, a partir da edição da Lei complementar federal nº 208/2024 restou conferida plena segurança jurídica a esse tipo de operação, a partir do estabelecimento de condições e requisitos que devem ser observados para a cessão onerosa de créditos de titularidade de entes públicos, conforme art. 39-A, introduzido à Lei 4.320/64.

A cessão onerosa dos referidos direitos creditórios possui a natureza de uma alienação de ativos públicos, conforme reforçado pelo §6º do citado art. 39-A, devendo respeitar a destinação a despesas de capital e aplicação em despesas previdenciárias, *in verbis*:

“§ 6º A receita de capital decorrente da venda de ativos de que trata este artigo observará o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo-se destinar pelo menos 50% (cinquenta por cento) desse montante a despesas associadas a regime de previdência social, e o restante, a despesas com investimentos.”

De acordo com o *caput* do art. 39-A, restou expressamente autorizada a cessão a “pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários”, nos termos de lei específica do ente cedente.

Neste sentido, o § 6º do art. 1º da Lei 8.898 de 17 de dezembro de 2025, assim estabeleceu:

Art. 1º ...

...

§ 6º A emissão e distribuição pública de valores mobiliários lastreados em direitos creditórios cedidos pelo Estado, consistente em operação de securitização de créditos, deverá observar a legislação e regulamentação de mercado de capitais editada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e os procedimentos usuais em operações da mesma natureza, incluindo:

I. contratação, de acordo com o regramento estabelecido na Lei federal nº 14.133, de 2021, da instituição financeira responsável pela estruturação da securitização e distribuição pública dos valores mobiliários lastreados nos direitos creditórios cedidos, à qual incumbe indicar o emissor dos valores mobiliários para celebração de instrumento contratual com o Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda.

II. contratação direta, pelo emissor, dos serviços acessórios necessários ou pertinentes para o êxito da operação de securitização, tais como agência de rating, auditoria, agente fiduciário, custodiante e assessoramento à cobrança dos créditos cedidos, observados os valores ou percentuais praticados no mercado, e de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria de Fazenda e incorporadas ao Edital e contrato celebrado nos termos do inciso I.”

2. Definição do objeto da contratação

A operação de securitização de direitos creditórios pressupõe a emissão, registro e distribuição de valores mobiliários, podendo consistir em debêntures emitidas por uma companhia, cotas emitidas por um fundo de investimento em direitos creditórios, ou qualquer outro instrumento de captação de recursos no mercado de capitais lastreados nos direitos creditórios cedidos, sendo, portanto, supervisionada e regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da legislação vigente.

Como qualquer outra oferta pública de valores mobiliários, demanda a observância da disciplina estabelecida na Resolução CVM 160/2023. O regime, contudo, pode ser simplificado, com registro automático, afastando-se o rito ordinário quando a oferta é destinada a investidores profissionais, conforme inciso VIII do art. 26, na seguinte conformidade:

“VIII – de distribuição de títulos de securitização emitidos por companhias securitizadoras registradas na CVM (“títulos de securitização”) destinada exclusivamente a:

- a) investidores profissionais, observado o disposto no inciso II do art. 86;
- b) investidores qualificados, observado o disposto no inciso III do art. 86; ou
- c) inclusive ao público investidor em geral quando:

1. o requerimento de registro for previamente analisado por entidade autorreguladora autorizada pela CVM nos termos do convênio (“títulos de securitização com análise via convênio”);

2. se tratar de títulos com características idênticas, exceto pela taxa de remuneração, inclusive com mesmo instrumento de lastro, vinculado a risco corporativo único e mesma data de vencimento, aos distribuídos em oferta pública anterior destinada público investidor em geral (reabertura de séries); ou

3. o devedor do lastro for único e se enquadrar como EFRF - Emissor Frequente de valores mobiliários de renda fixa ou EGEM - Emissor com grande exposição ao mercado.

A distribuição pública de valores mobiliários no mercado de capitais pressupõe a intermediação de instituição financeira, nos termos do art. 15, § 1º, inciso I, e art. 16, incisos I e II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na forma regulamentada pela Resolução CVM 161/2022. O papel da instituição financeira que atua como coordenador-líder da oferta pública mostra-se o mais relevante para o sucesso da operação, cabendo à mesma a prospecção de investidores, a coleta de intenções de investimento, a condução do processo de *bookbuilding* pelo qual se dá a formação do preço e a fixação do volume da colocação dos títulos lastreados nos recebíveis. Nesse contexto, é usual que atue também como responsável pela estruturação da operação, responsabilizando-se pela definição das condições da oferta, elaboração da documentação, obtenção de rating, entre outros.

Conforme já mencionado, os valores mobiliários lastreados em direitos creditórios são originados (emitidos) por um veículo securitizador ao qual os direitos creditórios devem ser cedidos. Esse veículo pode ser uma companhia securitizadora, na forma disciplinada pela Lei nº 14.430/2022 e pela Resolução CVM nº 194/2023 (que alterou a Resolução CVM 60/2021). Também é possível que o veículo originador dos valores mobiliários lastreados nos direitos creditórios seja um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, regulamentado pela Resolução CVM Nº 175/2022 e alterações posteriores.

Caberá à instituição financeira contratada como banco coordenador líder da operação de securitização sugerir, na etapa de estruturação, o veículo

securitizador mais adequado de acordo com as características dos direitos creditórios, público-alvo, custos da operação e requisitos regulatórios, tudo de molde a maximizar o retorno financeiro para o Estado (volume e preço) com a operação.

Independentemente do tipo de veículo securitizador, a operação demandará determinados serviços acessórios exigidos na forma da respectiva regulamentação, tais como: custodiante para os direitos vinculados à emissão; escriturador; liquidante; auditor independente; agente fiduciário e agência de classificação de risco. Por não se tratar do objeto principal da contratação, esses serviços deverão ser subcontratados pelo banco coordenador líder e, quando cabível, pelo veículo securitizador (FIDC ou Companhia Securitizadora) observados critérios e requisitos de qualificação técnica e experiência previstos no edital e no contrato.

Neste sentido, a operação de securitização de recebíveis vislumbra pressupõe que o Estado ceda onerosamente os direitos creditórios de sua titularidade a um veículo securitizador, indicado pela instituição financeira, com anuência do Estado, que pode assumir a forma de companhia securitizadora de direito privado ou de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Parte do preço da cessão será paga em dinheiro pelo veículo securitizador cessionário, sem qualquer deságio em relação ao valor de face dos direitos creditórios cedidos. Para isso, o veículo securitizador utilizará recursos captados no mercado de capitais, mediante emissão de valores mobiliários das classes sênior e eventual mezanino sujeitos a oferta pública. A outra parte da cessão terá como contrapartida a entrega ao Estado, pelo veículo securitizador, de valores mobiliários da classe subordinada, também pelo valor de face.

Cabe ressaltar, que a operação de securitização somente se torna viável, se obtiver uma nota de crédito conferida por agência de rating que satisfaça o apetite de risco dos potenciais investidores do mercado de capitais.

Para isso, é necessário que o fluxo financeiro gerado pelos direitos creditórios cedidos seja suficiente para cumprir, ao longo do tempo e com razoável folga, o cronograma de amortização dos valores mobiliários das classes sênior e eventual mezanino, combinando com o pagamento da remuneração ajustada. O excedente do fluxo financeiro é destinando à amortização dos valores mobiliários da classe subordinada, de titularidade do Estado.

Nesse contexto, a proporção entre os valores mobiliários das classes sênior e eventual mezanino e os da classe subordinada, emitidos pelo mesmo veículo securitizador, influenciam a percepção de risco dos investidores e a consequente nota de crédito atribuída pela agência de rating.

De outro lado, a quantidade e a remuneração dos valores mobiliários das classes sênior e eventual mezanino são variáveis econômicas definidas por meio de processo competitivo de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), previsto na Resolução 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nesse modelo de operação, em que a cessão é realizada sem deságio e os recursos empregados no pagamento são captados por meio de oferta pública de valores mobiliários, torna-se inviável a licitação para seleção da proposta mais vantajosa. Isso porque a cessão nesse caso somente pode ter como destinatário veículo securitizador a ser indicado pela instituição financeira responsável pela operação, com anuência do Estado, e não admite competição para estabelecer o preço da cessão – sempre pelo valor de face – tendo a taxa de remuneração definida no momento do processo competitivo mencionado no parágrafo anterior.

Ou seja, a competição ocorre no âmbito da oferta pública para definir as condições de emissão dos valores mobiliários da classe sênior/mezanino, em função das ordens de subscrição apresentadas pelos potenciais investidores e não no preço da cessão, que é sempre fixo e corresponde ao valor de face dos créditos cedidos.

Importante ter em mente que a contratação da estruturação e cessão de ativos em uma operação de securitização corresponde a um “objeto complexo”, composto por mais de um negócio jurídico, os quais são totalmente interdependentes: (i) a cessão dos direitos creditórios a um veículo securitizador; e (ii) a emissão e distribuição dos títulos lastreados em tais recebíveis, ou seja, valores mobiliários emitidos pela companhia securitizadora adquirente dos créditos ou das cotas emitidas por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Somente uma contratação com esse escopo completo apresenta-se como alternativa adequada e suficiente para a consecução dos resultados pretendidos pelo Estado.

Neste sentido, a instituição financeira a ser contratada deverá adotar todos os procedimentos para contratação, direta ou indiretamente, às suas expensas, de prestadores de serviços necessários a estruturação e implantação da operação, mediante prévia autorização do Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda, conforme detalhamento contidos nos Anexos II e IV (ver item 5 - Estimativa do Valor da Contratação), dentre outros necessários à distribuição e colocação dos valores mobiliários.

Já os serviços necessários à manutenção da operação durante o período compreendido entre a colocação dos valores mobiliários e sua extinção, pelo resgate integral dos títulos colocados a mercado, conforme detalhamento contido nos Anexos III e V (ver item 5 - Estimativa do Valor da Contratação), cujas contratações também deverão ser submetidas à prévia autorização do Estado, serão suportados pelo veículo securitizador e custeados pelo fluxo financeiro da própria operação, que assumirá as contratações correspondentes.

Como requisito de qualificação técnica para a seleção da instituição a ser contratada caberá exigir a comprovação de experiência prévia em estruturação de operações de emissão de valores mobiliários e sua efetiva colocação no mercado de capitais em volume correspondente a 60% (sessenta por cento) do montante estimado para a presente operação. Os critérios para a comprovação da qualificação técnica estarão dispostos no edital de licitação a ser divulgado oportunamente.

A comprovação deve ser dar por meio da apresentação de, ao menos, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado/público ou por meio de documento público que possibilitará auferir tal qualificação técnica, como, por exemplo – prospecto definitivo de operação realizada no mercado de capitais e que esteja disponível na internet – site de emissor, CVM, ANBIMA, etc. Adicionalmente, deverá apresentar comprovante de registro do prestador de serviço em entidade regulatória, quando requerido.

A remuneração da instituição contratada deverá corresponder a um percentual (comissão ou *fee*) sobre o montante obtido com a operação de securitização e será descontada no momento da correspondente liquidação financeira. Referida remuneração deverá incluir todos os custos diretos e indiretos com a prestação dos serviços, bem assim os pagamentos pelos serviços subcontratados para a realização da operação.

A contratação poderá ainda prever a remuneração por êxito nas ações de suporte à cobrança, incidente sobre a parcela que exceder a arrecadação vegetativa da dívida ativa e as oriundas do fluxo de parcelamentos já celebrados, bem como dos custos financeiros referentes à operação de cessão dos direitos creditórios.

Por fim, registre-se que será necessária ainda a celebração de contrato referente à gestão da conta vinculada à operação, que constitui elemento fundamental para assegurar a segregação do fluxo de recebimento dos direitos creditórios objeto da cessão.

3. Levantamento das soluções existentes e viabilidade de mercado e econômica, comparação de custos

3.1- Possíveis soluções

Para enfrentar o problema abordado no item 1. Descrição da Necessidade, serão avaliadas, entre outras, as seguintes alternativas para o financiamento estadual: (a) aguardar o pagamento pelos contribuintes referentes aos direitos creditórios mencionados; (b) contratar operações de crédito (empréstimos/financiamentos bancários); (c) alienar outros ativos estaduais; (d) promover ajustes fiscais/cortes e reprogramações orçamentárias; e (e) efetuar antecipação/Cessão dos Direitos Creditórios oriundos de créditos tributários devidamente constituídos e reconhecidos pelos respectivos contribuintes.

A análise comparativa tem como enfoque prazo (liquidez), custo financeiro, impacto sobre a capacidade fiscal futura e segurança jurídica, na forma disposta abaixo:

a) Aguardar os recebimentos dos direitos creditórios (parcelamentos e arrecadação vegetativa da dívida ativa): trata-se de alternativa formalmente possível, mas materialmente inadequada. O recebimento dos parcelamentos encontra-se programado para o período compreendido entre o segundo semestre do

exercício de 2026 e o primeiro semestre de 2031, em fluxo que totaliza aproximadamente R\$ 290 milhões em valores a preços de janeiro/26. A postergação do ingresso desses recursos até a data ordinária implicaria na impossibilidade de execução imediata de investimentos, bem assim na inviabilidade de mitigação do custo de transição previdenciário, com perda de oportunidade social e econômica.

b) Contratar operações de crédito (empréstimos bancários): embora ofereça acesso relativamente rápido à liquidez, esta alternativa apresenta a geração de dívida onerosa (juros e encargos), elevação do endividamento líquido do ente federativo, restrição da margem fiscal futura, sujeição a garantias e condicionantes, bem como possível impacto negativo nos indicadores de sustentabilidade fiscal, nos termos da CAPAG e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse contexto, em termos de custo e risco fiscal de médio e longo prazo, operações de crédito mostram-se menos vantajosas quando comparadas à antecipação de Direito Creditório já reconhecido.

Cabe destacar que os encargos financeiros de operações de crédito, comparativamente à opção de antecipação dos recebíveis lastreados nos créditos tributários, mostra-se mais gravosa, tendo em vista os custos financeiros relativos às últimas operações de captação de recursos empreendidas pelo Estado, de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 1 – Empréstimos bancários realizados pelo estado do Piauí

CREDOR	DATA DO CONTRATO	VALOR R\$	TAXA CONTRATADA (a.a.)	OUTROS CUSTOS	% A.A. CUSTO EFETIVO (1)
BB	18/09/2025	911.000.000,00	1,68% aa	CDI	16,83
BB	02/05/2022	1.200.000.000,00	1,46% aa	CDI	16,58
CEF	27/06/2017	600.000.000,00	3,5% aa	CDI	18,92
ITAÚ	26/10/2021	600.000.000,00	120% CDI	CDI	17,88
BRB	26/11/2021	97.000.000,00	180% CDI	CDI	26,82
BB	02/10/2025	1.369.000.000,00	0,85% aa	CDI	15,88

Fonte: Sefaz-Piauí. Elaboração: Equipe Fipe.

(1) Custo Efetivo: calculado com base na Taxa DI de 14,90% a.a., data de 11/02/2026, conforme divulgado no site da B3, no seguinte endereço: https://www.b3.com.br/pt_br/para-voce

Considerando-se que:

- (i) o fluxo financeiro dos direitos creditórios (créditos tributários inscritos e não inscritos em dívida ativa) que servirá de lastro para a operação de securitização distribuída no mercado de capitais (classe sênior e/ou mezanino), é oriundo de programas de parcelamentos;
- (ii) referidos créditos tributários são objetos de parcelamentos com atualização pela Taxa Selic;
- (iii) a Taxa Selic e a Taxa DI possuem forte correlação positiva (se equivalem); e,
- (iv) para a operação de securitização, com emissão da classe de ativos sênior e/ou mezanino distribuídas no mercado de capitais, sugere-se remuneração pela Taxa DI + spread (estimados inicialmente em 3% a.a.), constata-se que o custo financeiro é consideravelmente menor em relação à eventual financiamento bancário.

Referida constatação expressa no parágrafo anterior se sustenta, levando-se em conta que as despesas financeiras de remuneração aos investidores (estimada em Taxa DI + 3% a.a.), devem ser abatidas pelas receitas financeiras auferidas na atualização dos créditos tributários parcelados (atualização pela Taxa Selic), restando custo efetivo, em termos de taxa, apenas o spread da operação, que estima-se ao redor de 3% a.a.; portanto, muito abaixo de qualquer taxa de financiamento bancário, conforme observa-se na Tabela 1 acima.

Enfatiza-se que o custo financeiro estimado de 3% a.a. se refere à taxa em si da estrutura da operação pretendida pelo Estado do Piauí, já que esta possui ativos (direitos creditórios) rentabilizados pela Taxa Selic e passivos (debêntures ou cotas de FIDC), atualizados pela Taxa DI + 3% - despesas financeiras) distribuída no mercado de capitais, daí porque o custo, em termos de taxa restringe-se ao spread (aqui tratado como prêmio de risco) da operação.

Ressalta-se que os outros custos abrangidos pela operação de securitização consistem em: (i) taxa de estruturação e distribuição da operação, no máximo de 5% do valor da operação - captação de recursos para o Estado (este percentual poderá ser reduzido significativamente em função da licitação, tipo menor “preço” aqui entendido taxa) e, (ii) custos de manutenção ao longo da duração da operação (estimados em cerca de R\$ 365 mil ao ano).

Ainda que se admita a contabilização dos demais custos estimados para a realização da operação de securitização, conclui-se que será significativamente menor em relação aos custos financeiros de um financiamento bancário.

Verifica-se que a vantajosidade econômica para o estado do Piauí justifica a operação de cessão de direitos creditórios na forma pretendida. Ademais, enfatiza-se que a operação de cessão de direitos creditórios apresenta outros benefícios adicionais significativos ao Estado em relação ao empréstimo bancário, conforme comparativo abaixo:

Tabela 2 - Comparativo Operação de Securitização x Empréstimo Bancário

Evento	Operação de Securitização	Empréstimo Bancário
Limite de Endividamento	Não é operação de crédito: ·Cessão definitiva de direitos creditórios; ·Sem coobrigação, aval, substituição ou recompra dos créditos cedidos.	·Consome limite da LRF; ·Impacta a capacidade futura de investimento.
Previsibilidade Orçamentária e Financeira	Fluxo securitizado: ·Regras claras de repasse; ·Seguem cláusulas contratuais; ·Reduz risco de contingenciamento.	·Cláusula de vencimento antecipado; ·Revisão de <i>covenant</i> ; ·Risco de renegociação em cenário fiscal adverso.

Evento	Operação de Securitização	Empréstimo Bancário
Flexibilidade na estrutura da operação	Possibilidades na estruturação de securitização: - Criação de séries sênior, mezanino e subordinada; - Ajuste de prazos ao perfil real do fluxo financeiro dos direitos creditórios; - Período de carência estruturado; - Estruturação sem garantias do Estado.	- Prazo padronizado; - Garantias rígidas; - Pouca customização; - Necessita de autorização da STN; - Morosidade na Concretização da operação.
Risco de Crédito	- Risco tomado pelo investidor no caso de não recebimento do direito creditório cedido (Estado transfere o risco de crédito ao investidor).	- Bancos exigem taxa maior (prêmio de risco) e eventuais garantias a fim de compensar o risco de crédito assumido.
Antecipação de receitas sem perda de governança	- Permite transformar ativos ilíquidos (parcelamentos, dívida ativa não parcelada) em recursos imediatos.	- Não aplicável
Diversificação de Fontes de Financiamento	- Reduz dependência do sistema bancário; - Amplia acesso ao mercado de capitais.	- Não aplicável
Alinhamento com boas práticas fiscais	Securitização bem estruturada: - Melhora indicadores de liquidez; - Não deteriora endividamento; - Respeita LRF e PCASP.	- Financiamento bancário pressiona resultado e dívida consolidada.

Elaboração: Equipe Fipe

Acrescenta-se ao rol de benefícios ao Estado vantagens financeiras expressivas na realização da operação de securitização dos direitos creditórios, são elas:

1 – Na estruturação proposta para a operação de securitização, integra-se a figura do prestador de serviços Agente de Assessoramento à Cobrança, que atuará, sobretudo, no conjunto de direitos creditórios - dívida ativa não parcelada, possibilitando o substancial incremento na arrecadação estadual por meio de esforços de cobrança administrativa especializada;

2 - A remuneração do Agente de Assessoramento à Cobrança deverá corresponder ao percentual de 20% (vinte por cento), incidente sobre o montante que exceder o somatório das seguintes parcelas, apuradas trimestralmente nas respectivas bases:

- fluxo dos valores parcelados inscritos ou não em dívida ativa. Base: valor previsto de arrecadação do trimestre civil em avaliação, considerados os valores na data da cessão. Apuração: valores verificados pela SEFAZ e PGE no trimestre civil;
- arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e inscritos em dívida ativa. Base: média da arrecadação do trimestre civil relativos aos 5 (cinco) exercícios anteriores, atualizados pelo IPCA. Apuração: arrecadação verificada no trimestre civil;
- arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e não inscritos em dívida ativa. Base: estimativa de arrecadação para o trimestre civil. Apuração: arrecadação verificada no trimestre civil;
- taxa de remuneração aos investidores (*spread* acima da taxa DI). Base: valor de remuneração do trimestre civil em avaliação. Apuração: valor de remuneração verificado no trimestre civil; e,
- custo de manutenção da operação (prestadores de serviços). Base: custo de manutenção da operação do trimestre civil em avaliação. Apuração: custo de manutenção verificado no trimestre civil.

Registra-se, portanto, a previsão de recuperação de parte dos custos da operação, já que o *spread* de 3% a.a. (Taxa de remuneração estimada DI + 3% a.a.) e o custo de manutenção da operação (alíneas “d” e “e” acima) integram o cálculo de remuneração do Agente de Assessoramento à Cobrança.

c) Alienação de outros ativos ou obtenção de outorgas em contrato de concessão: trata-se de alternativa dependente da disponibilidade de ativos e do tempo necessário para estruturar as operações. Além disso, pode demandar processos complexos e demorados, bem como envolver riscos políticos ou de valoração, reduzindo sua atratividade como solução imediata para incremento de liquidez.

d) Ajustes orçamentários internos (cortes e reprogramações): a adoção de ajustes orçamentários internos, por meio de cortes e reprogramações, constitui medida de gestão regularmente implementada pela Administração Estadual, voltada ao fortalecimento do equilíbrio fiscal e à eficiência do gasto público.

A Controladoria Geral do Estado, de forma permanente, mantém programa de monitoramento e ajuste da despesa, com vistas a subsidiar decisões que promovam a racionalização e a efficientização das contas públicas. Todavia, diante do atual cenário, observa-se que o espaço para novos cortes se tornou extremamente limitado.

As medidas já adotadas ao longo do tempo permitiram reduzir despesas discricionárias a patamares mínimos, de modo que eventuais reduções adicionais implicariam risco concreto de comprometimento da continuidade e da qualidade dos serviços públicos essenciais. Assim, embora reconhecida sua importância como instrumento de gestão, a medida mostra-se insuficiente para fazer frente, de maneira simultânea, ao impacto excepcional do custo de transição previdenciário e às demandas de investimento estratégico, sem prejuízo à manutenção das políticas públicas básicas.

e) Cessão Onerosa (antecipação) dos Direitos Creditórios: consiste em antecipar, mediante alienação dos Direitos Creditórios. Essa alternativa possibilita a antecipação de Direito Creditório já reconhecido, sem caracterizar operação de crédito, reduzindo a necessidade de se contrair dívida onerosa e preservando a capacidade de endividamento e o equilíbrio fiscal.

Vale notar que, embora a Cessão de Direitos Creditórios não seja propriamente uma novidade para securitização da dívida ativa tributária, somente a partir da edição da Lei Complementar Federal nº 208, de 2 de julho de 2024, restou conferida plena segurança jurídica a esse tipo de operação, a partir do estabelecimento de condições e requisitos que devem ser observados para a Cessão Onerosa de créditos de titularidade de entes públicos, conforme art. 39-A, introduzido à Lei nº 4.320/64.

Importante destacar que a LC nº 208/24 inovou em relação à prática até então materializada pelos diversos entes, tendo em vista que passou a incluir, como passíveis de serem cedidos, os créditos não tributários e os créditos ainda na instância administrativa, devidamente reconhecidos pelo contribuinte.

A Cessão Onerosa dos referidos Direitos Creditórios possui a natureza de uma alienação de ativos públicos, conforme princípio reforçado pelo § 6º do citado

art. 39-A, devendo respeitar a destinação a despesas de capital e aplicação em despesas previdenciárias, in verbis:

“§ 6º. A receita de capital decorrente da venda de ativos de que trata este artigo observará o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo-se destinar pelo menos 50% (cinquenta por cento) desse montante a despesas associadas a regime de previdência social, e o restante, a despesas com investimentos.”

A experiência mais conhecida e exitosa de securitização de direitos creditórios tributários e não tributários de titularidade de ente público é a do Estado de São Paulo, realizada pela Companhia Paulista de Securitização – CPSEC. Trata-se de empresa pública criada como sociedade de propósito específico que vem atuando, desde 2009, como cessionária dos direitos creditórios e responsável pela emissão de debêntures lastreadas em tais direitos e distribuição dos referidos valores mobiliários no mercado de capitais.

Vale notar que esse modelo foi concebido muito antes de toda a regulamentação hoje vigente e implica em uma série de custos com a manutenção de uma estrutura de sociedade aberta, sujeita às regras da legislação societária e da CVM, além das regras de governança e de licitação estabelecidas pela Lei federal nº 13.303/2016.

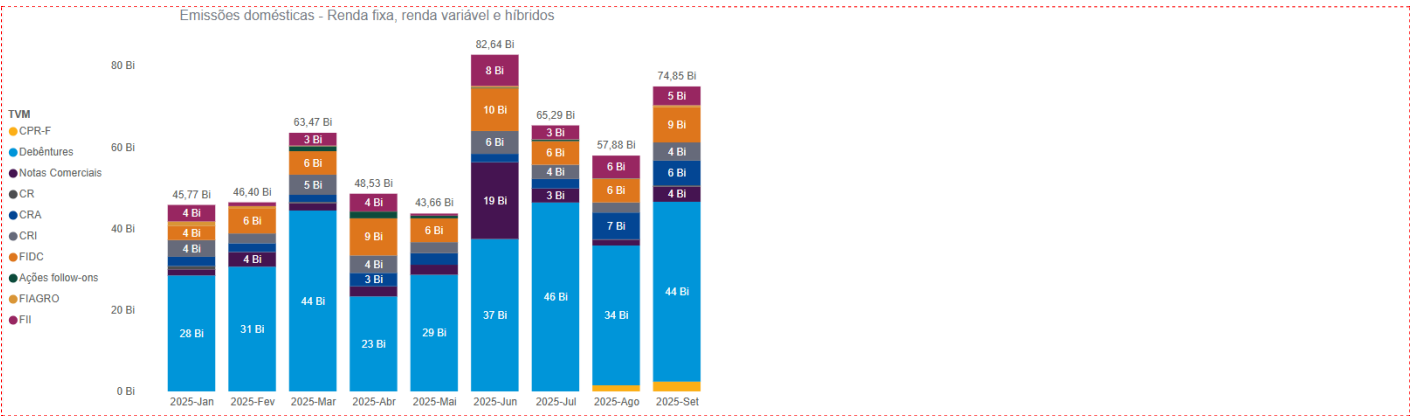
Atualmente, afigura-se mais eficiente, em termos de custos e de velocidade, a realização de operações de securitização utilizando como veículo entidades privadas (companhias securitizadoras ou FIDCs), mostrando-se antieconômica a opção de criação de uma nova entidade integrante da administração indireta quando existem diversas estruturas privadas disponíveis para cumprir o mesmo papel, dotadas de mais flexibilidade e experiência acumulada em operações de tal natureza.

Destaca-se que o custo estimado na realização de uma operação de securitização dos direitos creditórios é significativamente menor em relação à captação de recursos por meio de financiamento bancário, além de outras vantagens econômicas proporcionadas pela operação de securitização, conforme registros mencionados na alínea “b” acima.

Com relação à análise de mercado de capitais, segmento de títulos de securitização, com base em informações publicadas no site da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Boletim de mercado de capitais, posição de setembro/2025, publicado em 20/10/2025), o mercado de capitais registrou R\$ 74,9 bilhões em emissões em setembro, atingindo R\$ 528,5 bilhões no acumulado do ano (até setembro/2025). O resultado reforça o dinamismo do mercado, impulsionado, principalmente, pelas debêntures, que encerraram o mês com captação de R\$ 44,1 bilhões. No segmento de securitização, destaca-se as emissões dos FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), encerrando o mês de setembro/2025 com R\$ 8,6 bilhões em emissões, seguido pelos CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), que somou R\$ 6,1 bilhões e CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários) com R\$ 4,5 bilhões em emissões. Já no acumulado de 2025 (até setembro), foram emitidos, em conjunto, R\$ 124,9 bilhões (R\$ 61,1 bilhões em FIDC; R\$ 34,5 bilhões em CRI; e R\$ 29,3 bilhões em CRA), demonstrando que o mercado de capitais, no segmento securitização, apresenta-se ativo e com emissões contínuas, refletindo o cenário econômico favorável à demanda de investidores por instrumentos de dívida de longo prazo.

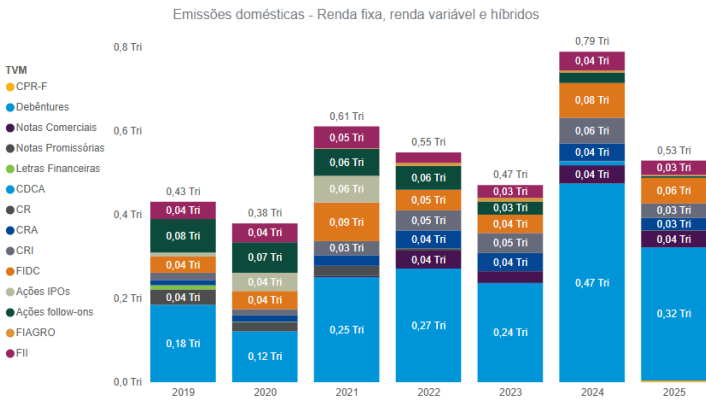
A seguir, apresenta-se gráficos com as emissões domésticas no mercado de capitais (segmentos Renda Fixa, Variável e Híbridos), no ano de 2025, mês a mês. (Gráfico 1) e relativos aos anos anteriores (Gráfico 2):

GRÁFICO 1



Fonte: ANBIMA, publicado no dia 20/10/2025, no endereço eletrônico: <https://data.anbima.com.br/publicacoes/boletim-de-mercado-de-capitais/setembro-tem-segundo-maior-resultado-do-ano-em-volume-encerrado-impulsionado-por-debentures-e-retomada-de-fidc>

GRÁFICO 2



Fonte: ANBIMA, publicado no dia 20/10/2025, no endereço eletrônico: <https://data.anbima.com.br/publicacoes/boletim-de-mercado-de-capitais/setembro-tem-segundo-maior-resultado-do-ano-em-volume-encerrado-impulsionado-por-debentures-e-retomada-de-fidc>

Nota-se a existência de mercado de capitais consolidado, com diversas instituições financeiras aptas a atuar de forma eficiente nas estruturas de emissões,

ao tempo que também há investidores interessados em subscrever os títulos emitidos em tais operações, o que explica o sucesso das distribuições de valores mobiliários no mercado de capitais.

Neste cenário, o potencial de recebimentos previstos para os exercícios de 2026 (2º semestre) a 2031 (1º semestre), podem ser antecipados já para o segundo trimestre de 2026, mediante a operação de Cessão Onerosa de direitos creditórios, configurando-se como uma estratégia essencial para prover a liquidez necessária, aportando os recursos requeridos à solução dos desafios ora apresentados à gestão estadual, apresentando-se como solução adequada ao problema indicado, tendo em vista que se configura como a alternativa que melhor concilia liquidez imediata, menor custo econômico (evita endividamento público) e conformidade normativa, tornando-a preferível às demais opções para o problema identificado.

Importante destacar a relevância da contratação pelo veículo securitizador de agente de assessoramento à cobrança que visa potencializar a arrecadação dos créditos cedidos, por meio de ações especializadas e integradas à estratégia do Estado.

Atualmente, a arrecadação vegetativa da dívida ativa estadual é estimada em cerca de 0,6% ao ano, conforme demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 3 – Índice de recuperação da Dívida Ativa

Valores em R\$ 1.000

ANO	ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA EM 31/12 DO ANO ANTERIOR			ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA			[2] / [1] (%)
	DÉBITOS PARCELADOS	DÉBITOS NÃO PARCELADOS	TOTAL [1]	DÉBITOS PARCELADOS	DÉBITOS NÃO PARCELADOS	TOTAL [2]	
2021	29.059,64	5.585.192,10	5.614.251,74	36.667,57	10.214,88	46.882,45	0,84
2022	24.474,40	5.852.916,94	5.877.391,34	16.099,12	6.841,33	22.940,45	0,39
2023	67.943,84	6.314.399,04	6.382.342,88	42.176,97	9.156,62	51.333,59	0,80
2024	78.880,76	6.613.261,07	6.692.141,83	30.922,84	10.703,65	41.626,49	0,62
2025	95.072,10	8.226.799,50	8.321.871,60	30.623,13	8.097,50	38.720,63	0,47
TOTAL				156.489,63	45.013,98	201.503,61	0,62

Fonte: Sefaz/PI; Elaboração: Equipe Fipe

Com a implementação das ações de assessoramento à cobrança — que envolvem segmentação da carteira, priorização por recuperabilidade, uso de inteligência de dados, estratégias extrajudiciais e apoio técnico às atividades já exercidas pelo Estado — estima-se que esse percentual possa atingir aproximadamente 1,5% ao ano.

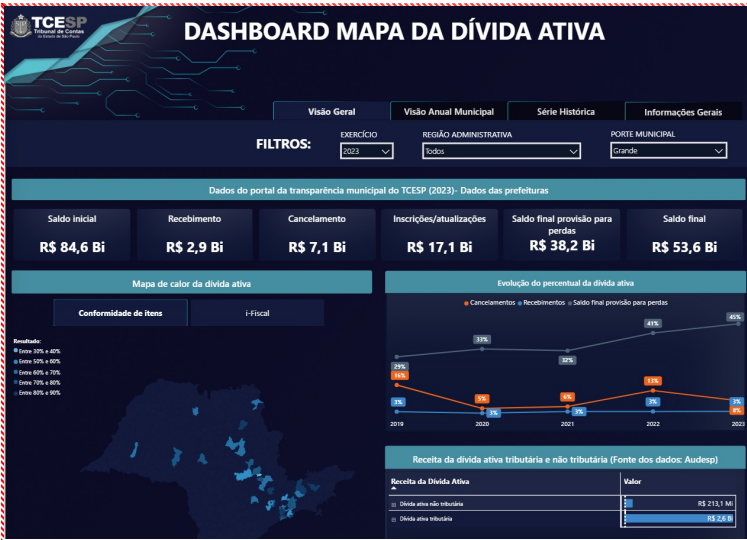
Considerando o estoque de créditos inscritos em dívida ativa, passíveis de cessão, da ordem de R\$ 2,9 bilhões, essa variação representa, em termos incrementais, uma receita adicional estimada de aproximadamente R\$ 25 milhões por ano (diferença entre 0,6% e 1,5%).

O conservadorismo desta estimativa de 1,5% de arrecadação da dívida ativa pode ser verificado ao analisar-se o comportamento de arrecadação da dívida ativas dos municípios paulistas em 2023, conforme constante do “Mapa da Dívida Ativa” do Tribunal de Contas do estado de São Paulo que consolida dados sobre os esforços empreendidos pelos municípios para recuperar valores devidos ao erário.

Dados relativos àquele exercício, apontam que os 644 municípios paulistas detinham R\$ 125,3 bilhões em créditos inscritos em dívida ativa, dos quais R\$ 5,2 bilhões foram recuperados ao longo do exercício de 2023, que corresponderam a 4,15% de êxito na cobrança.

Se considerarmos apenas os municípios classificados como “Grandes” este percentual alcançou 3,43% de recuperação dos R\$ 84,6 bilhões registrados como saldo inicial no ano de 2023, o que resultou em uma arrecadação de R\$ 2,9 bilhões, conforme pode-se verificar na tela do sistema abaixo reproduzido:

Figura 1 – Recuperação de débitos inscritos em dívida ativa – municípios paulistas - 2023



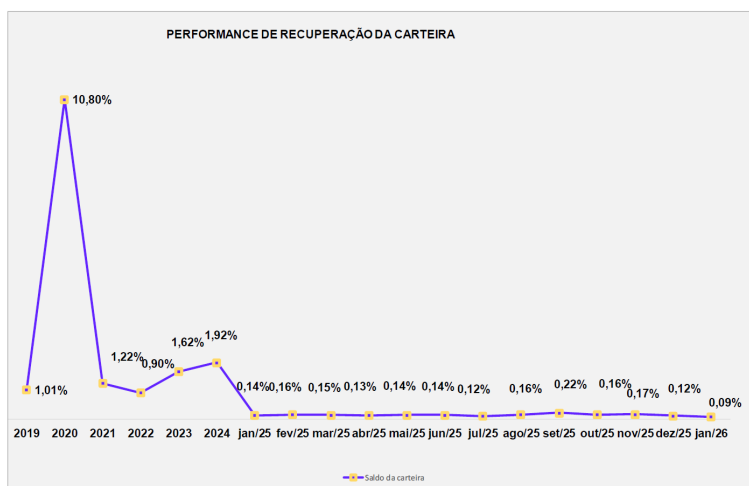
Fonte: <https://www.mpc.sp.gov.br/hotsite/gestao-ativa#sec-painel>, acessado em 27/01/26.

Registre-se, ainda, como parâmetro comparativo adicional, a experiência do Estado do Rio Grande do Norte, que celebrou contrato com a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, empresa integrante do Grupo Banco do Brasil, para apoio especializado à gestão administrativa da cobrança da dívida ativa.

No período compreendido entre 2019 e 2025, a iniciativa apresentou uma média de recuperação da carteira da ordem de 2,75% , tendo alcançado um pico de 10,8% em 2020 (Figura 2).

Tal resultado evidencia que a adoção de estratégias profissionais de segmentação, inteligência de dados, abordagem extrajudicial e gestão ativa da carteira pode produzir incrementos substanciais de arrecadação, corroborando o caráter conservador e prudencial da estimativa de alcance de 1,5% ao ano considerada para o Estado, a qual se situa em nível inferior ao desempenho verificado naquela experiência estadual.

Figura 2 – Recuperação de débitos inscritos em dívida ativa – Rio Grande do Norte



A performance mensal é o total recuperado sobre o valor total em cobrança de cada carteira.

Fonte: Relatório Gestão da Cobrança Administrativa da Dívida Ativa – Janeiro/26

Ressalte-se, adicionalmente, que a remuneração do agente de assessoramento à cobrança será exclusivamente por êxito, vinculada ao incremento efetivo de arrecadação em relação ao cenário base. Assim, na ausência de aumento de arrecadação, não haverá remuneração, o que alinha incentivos, mitiga riscos financeiros e reforça a relação custo-benefício da contratação.

Em síntese, a contratação se justifica pela expectativa de ganho arrecadatário mensurável, pelo incremento da taxa de recuperação em cenário prudente e pelo fato de que o custo do assessoramento somente ocorre caso o resultado efetivamente se materialize.

3.2- Descrição da solução como um todo

A contratação, tal como modelada, abarca todas as etapas de um negócio jurídico complexo que envolve avaliação, auditoria, precificação e cessão onerosa dos direitos creditórios a um veículo securitizador e a subsequente distribuição de títulos no mercado de capitais, lastreados nos créditos cedidos, de molde a permitir o ingresso nos cofres estaduais de recursos líquidos, livres e desembaraçados de qualquer garantia ou obrigação financeira futura.

Além disso, a estruturação da operação de securitização a cargo de uma instituição financeira especializada assegura a observância de todos os aspectos regulatórios envolvidos e a análise das variáveis econômicas e de mercado, de forma a propiciar um modelo robusto, eficaz e que maximize o volume financeiro obtido pelo Estado.

A experiência na condução de operações similares junto ao mercado de capitais assegura, ainda, acesso a ampla base de potenciais investidores e público-alvo específico, o que é fundamental para o sucesso da oferta pública e obtenção de taxas favoráveis no procedimento de *bookbuilding*.

Esse tipo de operação demanda a execução de determinadas atividades acessórias ao objeto principal, entre as quais: auditoria independente; agente fiduciário; agente custodiante e empresa de classificação de risco. Realizada a operação, em especial se houver fluxo de direitos creditórios não parcelados que sirvam de lastro para a emissão da operação, é relevante agregar serviços de apoio à cobrança, por meio de Agente de Assessoramento à Cobrança contratado no mercado pelo veículo securitizador escolhido para a emissão da operação (Companhia Securitizadora ou FIDC), objetivando alavancar a recuperação dos créditos inadimplidos.

Tais atividades (acessórias e necessárias para a realização da operação) são desempenhadas por entidades dotadas de expertise própria e que deverão ser subcontratadas pelo banco coordenador líder da oferta e, quando cabível, pelo veículo securitizador (FIDC ou Companhia Securitizadora), como é praxe no mercado, sendo a remuneração correspondente destacada da comissão devida à instituição contratada pelo sucesso da operação. Apenas no caso de não realização da operação por condições alheias à vontade e à responsabilidade da contratada, o Estado deverá arcar com o ressarcimento das subcontratadas pelos custos comprovadamente incorridos, a título de despesas fixas do contrato, observado o montante máximo fixado no contrato, calculado com base em pesquisa de mercado.

Não obstante a aparente complexidade das atividades necessárias para estruturar a operação de securitização de recebíveis e realizar a oferta pública dos valores mobiliários emitidos pelo veículo securitizador, trata-se de serviço bem parametrizado quando ao seu escopo e prestado de forma usual pelos vários bancos de investimento brasileiros. Prova disso são as inúmeras emissões domésticas compiladas pela ANBIMA e expressas nos gráficos acima apresentados, com taxas de remuneração convergentes.

Nesse contexto, torna-se juridicamente possível enquadrar o conjunto de atividades a serem executadas pela instituição financeira contratada como serviços comuns, conforme definição do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021 (aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado). Desse modo, fica viabilizado o uso da modalidade de pregão eletrônico pretendida no caso concreto, com arrimo no inciso XLI do mesmo artigo 6º (modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto).

O edital de pregão conterá exigências de qualificação técnica baseadas em experiência anterior na prestação de serviços compatíveis com o objeto contratual, que podem ser atendidas pela grande maioria das instituições financeiras que operam nesse mercado. Essa solução dispensa o julgamento pelo critério de melhor técnica e permite a utilização exclusivamente da variável de menor preço para selecionar a proposta mais vantajosa.

O banco coordenador líder da operação poderá ser contratado sob o regime de melhores esforços, de garantia-firme, misto ou outra forma, conforme vier a ser definido oportunamente pelo Estado, podendo, contudo, subscrever a totalidade de valores mobiliários emitidos e distribuídos, inclusive por meio das instituições financeiras eventualmente associadas, para fins de realização da operação.

O prazo estimado de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação, podendo ser encerrado em prazo inferior com o cumprimento integral do escopo, na forma estabelecida no cronograma de execução. Referido cronograma contempla o prazo máximo de 18 (dezoito) meses para conclusão das etapas de estruturação, distribuição pública e liquidação financeira da operação. Cabe salientar que a partir da realização da operação as empresas subcontratadas permanecerão atuando até a finalização do resgate dos títulos emitidos.

Por fim, argumenta-se, ainda, pela desnecessidade de submeter o procedimento licitatório a uma consulta pública prévia, com base na natureza do objeto e na correta interpretação do instituto, conforme a Lei nº 14.133/2021.

A consulta pública, prevista no art. 54 da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), é um instrumento de transparência e participação social que confere à Administração a faculdade de colher subsídios sobre um determinado processo licitatório. O texto legal utiliza o verbo “poderá”, indicando que se trata de um ato eminentemente discricionário, e não de uma etapa obrigatória para toda e qualquer licitação.

“Art. 54. A Administração poderá submeter a licitação a prévia consulta pública, mediante a disponibilização de seus elementos a todos os interessados, que poderão apresentar sugestões no prazo fixado.”

A decisão de realizar ou não uma consulta pública deve ser pautada pela análise da natureza e complexidade do objeto a ser licitado. O espírito da norma é que tal consulta seja utilizada em situações de:

- a) Alta complexidade técnica: obras, serviços ou tecnologias sobre os quais a sociedade ou o mercado possam oferecer contribuições que aprimorem a solução pretendida pela Administração;
- b) Elevado impacto socioeconômico: projetos que alterem significativamente a rotina da comunidade, o meio ambiente ou que envolvam vultosos recursos em concessões ou parcerias de longo prazo; e/ou
- c) Nova padronização de contratação: quando a Administração pretende adotar uma nova metodologia ou padronizar contratações futuras, a consulta pública serve para validar o modelo.

O caso em tela – a alienação de Direitos Creditórios – não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses. A justificativa para sua dispensa é robusta e se assenta nos seguintes pontos:

- a) Inexistência de complexidade técnica para debate público: o objeto é um ativo financeiro com valor definido (ou definível por avaliação técnica). Não há aspectos de engenharia, arquitetura, tecnologia ou metodologia de serviço que possam ser aprimorados por sugestões do público leigo. A análise dos juros e do fluxo de pagamento é uma matéria estritamente técnica e financeira, cujo debate em consulta pública seria improdutivo;
- b) Trata-se de um ato de gestão financeira, e não de política pública: a alienação dos Direitos Creditórios é um ato de gestão patrimonial e financeira. O interesse público relevante não reside no procedimento de venda do ativo, mas sim na maximização da receita e na aplicação dos recursos arrecadados. A proteção desse interesse já está plenamente assegurada por outros mecanismos legais, como:
 - o A exigência de avaliação prévia para fixar o spread da operação;
 - o O procedimento competitivo da licitação, que visa obter a menor taxa;
 - o A justificativa de interesse público que motiva a venda;
 - o A publicidade de todos os atos do certame; e
 - o O controle externo a ser exercido pelo Tribunal de Contas.
- c) Caráter único e pontual do procedimento: conforme salientado, trata-se de um procedimento singular para a alienação de um ativo específico. Não se está a criar uma política de desestatização ou um programa contínuo de venda de ativos. Por ser um evento isolado, não há um modelo de contratação a ser validado ou uma política pública a ser debatida com a sociedade.

Portanto, embora se trate de objeto classificado como complexo, a contratação refere-se a operação de securitização de recebíveis amplamente utilizada e consolidada no mercado, com estruturas, práticas e parâmetros técnicos já estabilizados, definidos por legislação específica e por normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o que reduz o espaço para contribuições externas capazes de alterar de forma relevante a modelagem adotada.

Enfim, a realização de consulta pública não teria potencial concreto de ampliar a competitividade ou a vantajosidade da contratação, uma vez que a competição relevante ocorre no procedimento licitatório para seleção da instituição financeira estruturadora e, posteriormente, no próprio mercado de capitais, no momento da distribuição dos valores mobiliários, permanecendo assegurados a transparência e o controle por meio da publicidade dos estudos técnicos e da atuação dos órgãos de controle.

4. Detalhamento do quantitativo

O valor a ser contratado foi estimado a partir da estruturação integrada da operação de securitização de direitos creditórios, considerando-se o volume potencial de créditos elegíveis à cessão, a capacidade de absorção pelo mercado de capitais e os parâmetros técnicos usualmente adotados em operações dessa natureza. As memórias de cálculo encontram-se detalhadas no Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, com base em dados consolidados da dívida ativa estadual, projeções de arrecadação e premissas de modelagem econômico-financeira compatíveis com práticas de mercado.

5. Estimativa do valor da contratação

Os serviços contratados serão executados em 4 (quatro) fases sucessivas, conforme descrito a seguir:

FASE 1 – Estruturação preliminar, compreendendo:

- Elaboração e apresentação de cronograma para modelagem, estruturação e distribuição da operação de securitização, contendo o detalhamento de todos o
- Análise do fluxo de recebíveis sob os aspectos estatísticos (concentração de valores por contribuinte devedor; valores a receber por mês de vencimento; inadimplência; histórico de comportamento vencimento/pagamento/inadimplência; projeção de inadimplência) e outras variáveis para fins de identificação utilizado para lastro e modelagem da operação de securitização. Estruturação conceitual da operação de securitização e modelagem financeira com base
- Indicação do melhor veículo securitizador para a estrutura da operação (emissor dos títulos e valores mobiliários);
- Análise de cenários com indicação de valor da operação, quantidade de valores mobiliários a subscrever, remuneração, prazo, carência, fluxo de amortização
- Proposição de estrutura preliminar para a operação de securitização; e,
- Apresentação de Relatório Técnico indicando a modelagem financeira para a operação de securitização, abordando, inclusive, as questões referidas nas alí

FASE 2 – Documentos da operação de securitização, compreendendo:

- Definição da estrutura jurídica da operação;
- Identificação da documentação necessária à realização da operação; e
- Elaboração e apresentação de minutas de todos os instrumentos e documentos legais exigidos pela estrutura da operação e emissão de opinião legal.

FASE 3 – Formatação final da operação de securitização, compreendendo:

- Preparação das documentações exigidas pela legislação vigente e versões finais dos contratos quando necessários, considerando os ajustes a serem feitos do Estado do Piauí;
- Sondagem preliminar de interesse dos investidores;
- Estimativa do volume financeiro da operação a ser levado a mercado e da taxa de remuneração;
- Obtenção de *rating* definitivo para a operação, se necessário;
- Avaliação das melhores condições de captação, considerando demanda, custo, prazo de amortização dos valores mobiliários e destinação dos recursos;
- Pedido e obtenção de registro definitivo de distribuição pública de valores mobiliários junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, se necessário;
- Assessoramento no registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, para o veículo securitizador definido, se necessário;
- Preparação de material informativo (*road-show*) para investidores.

FASE 4 – Captação de recursos, compreendendo:

- Apresentação da estrutura da operação para investidores;
- Atendimento a dúvidas e reuniões bilaterais com potenciais investidores;

·Publicação dos avisos necessários à realização da operação;

·Apuração do volume financeiro da operação e taxa de remuneração em processo de *bookbuilding*, sujeitando-se a efetiva aceitação das ordens coletadas;

·Liquidação financeira da subscrição dos valores mobiliários com a confirmação dos recursos creditados em conta bancária do Estado.

A remuneração do contratado se dará por preço global, consistente em um percentual aplicado sobre o valor obtido pelo Estado com a distribuição pública, somente será devido na hipótese de êxito da operação.

Os estudos (ANEXOS I e II) demonstraram que na média, para uma operação em torno de R\$ 340 milhões, os custos de estruturação (incluindo os prestadores colocação no mercado é da ordem de 3,53%

As estimativas foram elaboradas com base em fonte pública, com dados coletados dos prospectos de operações realizadas no mercado e dispostos nos e disposta nos ANEXOS I e II.

Registre-se que o Governo do Distrito Federal estabeleceu, conforme Decreto nº 46.853, de 12 de fevereiro de 2025, o percentual de até 5% do valor recebido para cobertura da estruturação e distribuição dos valores mobiliários a ser realizada pela instituição financeira contratada para o mesmo escopo aqui pretendido.

Considerando que os levantamentos realizados contemplaram a realização de operações pelo setor privado e que a presente operação, com grau de cor contempladas no levantamento e que será realizada com créditos originados do setor público, muito pulverizados, bem como o estabelecimento de obrigação operação, sugere-se a adoção, de 5% (cinco por cento) como “percentual teto” de remuneração.

Registre-se que não haverá oneração ou desembolso de recursos orçamentários, eis que a comissão ou “fee” pelo sucesso será retirada diretamente do total recebíveis, no momento da liquidação financeira da operação.

Preços unitários referenciais: apenas na hipótese em que não ocorra a distribuição por razões alheias à responsabilidade do contratado, como, p.ex, desistência o ressarcimento pelos custos fixos incorridos, limitado ao valor de R\$ 1.307.346,00, estimado, com base no somatório das médias de mercado para atividades O ressarcimento sujeita-se à efetiva comprovação dos serviços e do desembolso pelo Banco Coordenador Líder e já inclui impostos e outros encargos.

Os custos anuais de manutenção da operação alcançam o montante estimado de R\$ 364.619,00 conforme demonstrativo constante do Anexo III, os quais de cessão.

ANEXO I - CUSTO DE ESTRUTURAÇÃO DA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO

DATA	TIPO	LASTRO DIREITOS CREDITÓRIOS	SÉRIE	VALOR EMISSÃO R\$	A	B	C				
					(1) REGISTROS	(2) PRESTADORES DE SERVIÇOS	COMISSÕES DOS COORDENADORES				
							ESTRUTURAÇÃO	GARANTIA FIRME	DISTRIBUIÇÃO	COMISSÃO SUCESSO	IMPOSTOS
30/01/25	CRA	BOA SAFRA SEMENTES	1ª	380.074.000							
			2ª	59.718.000							
			3ª	35.497.000							
			4ª	24.711.000							
				500.000.000	283.950	1.564.411	0	2.000.000	7.956.268	1.889.487	1.265.20
16/05/25	CRI	MELNICK CONSTRUTORA	ÚNICA	100.000.000	73.224	376.645	1.026.273	0	0	2.213.614	
23/05/25	CRA	UBY AGROQUÍMICA	1ª	228.199.000							
			2ª	25.121.000							
			3ª	96.680.000							
				350.000.000	272.399	2.064.853	3.500.000	2.275.000	7.700.000	0	1.439.21
29/05/25	CRI	CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS	1ª	262.500.000							
			2ª	52.500.000							
			3ª	35.000.000							
				350.000.000	176.995	416.176	0	1.936.912	4.358.052	0	
30/10/25	CRI	TENDA CONSTRUTORA (3)	1ª	89.108.000							
			2ª	67.814.000							
			3ª	133.429.000							
			4ª	9.649.000							
				300.000.000	198.319	577.736	2.850.000	150.000	4.543.421	0	805.61
31/10/25	CRI	LAVVI EMPREEND. IMOBILIÁRIOS	1ª	257.981.000							
			2ª	73.927.000							
			3ª	68.092.000							
				400.000.000	233.332	1.493.775	800.000	200.000	9.252.114	0	1.101.61
05/11/25	CRA	JALLES MACHADO PROD. RURAL	1ª	200.000.000							
			2ª	200.000.000							
				400.000.000	226.622	1.192.983	1.000.000	200.000	8.400.000	0	1.025.34
MÉDIA				342.857.143	209.263	1.098.083	1.310.896	965.987	6.029.979	586.157	805.25
MÉDIA PONDERADA DOS CUSTOS					229.193	1.223.439	1.209.428	1.116.321	6.925.968	485.877	928.67

(1) Custos com registros na CVM, ANBIMA e B3. (Ver Anexo II)

(2) Custos com prestadores de serviços: Securitizadora, Ag. Fiduciário, Custodiante, Escriturador, Liquidante, Agência de Classificação de Risco, Opinião Legal, Audit cartório, Diagramação dos documentos oferta, marketing, Gestão dos Recebíveis (CRA UBY AGROQUÍMICA) e Outros. (Ver Anexo II)

(3) Não foi considerado no cálculo de custo da emissão o valor de R\$ 932.945, referente aos serviços de Auditoria da Securitizadora, por entender elevadíssimo, mu analisadas.

(4) Informações extraídas de prospectos definitivos das operações acima, pesquisados nos sites da Emissora, B3 e CVM.

(5) O art. 7º, § 3º, do Decreto nº 46.857, de 12/02/2025, do Distrito Federal, estabeleceu o custo máximo de até de 5% do valor recebido na operação de securitizaç

ANEXO II - CUSTO DE REGISTRO E DE PRESTADORES DE SERVIÇO PARA ESTRUTURAÇÃO DA OPERAÇÃO DE SI

DATA	TIPO	LASTRO DIREITOS CREDITÓRIOS	SÉRIE	VALOR EMISSÃO R\$	REGISTROS (1)			PRESTADORES DE SERVIÇOS R\$ (2)						
					CVM	ANBIMA	B3	A	B	C	D	E	F	G
30/01/25	CRA	BOA SAFRA SEMENTES	1ª	380.074.000										
			2ª	59.718.000										
			3ª	35.497.000										
			4ª	24.711.000										
			500.000.000	150.000	20.885	113.065	54.924	34.529	33.149	18.000	130.000	440.771	826.	
16/05/25	CRI	MELNICK CONSTRUTORA	ÚNICA	100.000.000	30.000	16.999	26.225	26.239	23.903	11.105	12.749	60.000	242.649	
23/05/25	CRA	UBY AGROQUÍMICA	1ª	228.199.000										
			2ª	25.121.000										
			3ª	96.680.000										
			350.000.000	131.250	14.169	126.980	66.408	22.136	11.068	9.961	0	626.531	860.	
29/05/25	CRI	CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS	1ª	262.500.000										
			2ª	52.500.000										
			3ª	35.000.000										
			350.000.000	94.500	17.745	64.750	47.271	17.928	2.827	1.650	0	319.888	26.	
30/10/25	CRI	TENDA CONSTRUTORA (3)	1ª	89.108.000										
			2ª	67.814.000										
			3ª	133.429.000										
			4ª	9.649.000										
			300.000.000	112.500	14.169	71.650	19.133	19.720	8.366	3.498	140.000	3.585	372.	
31/10/25	CRI	LAVVI EMPREEND. IMOBILIÁRIOS	1ª	257.981.000										
			2ª	73.927.000										
			3ª	68.092.000										
			400.000.000	120.000	18.702	94.630	25.885	22.708	13.924	38.832	140.000	369.087	869.	
05/11/25	CRA	JALLES MACHADO PROD. RURAL	1ª	200.000.000										
			2ª	200.000.000										
			400.000.000	120.000	15.872	90.750	48.699	22.766	9.562	17.302	145.000	389.779	500.	
MÉDIA				342.857.143	108.321	16.934	84.007	41.223	23.384	12.857	14.570	87.857	341.756	493.

(1) Custos com registros na CVM, ANBIMA e B3.

(2) Custos com prestadores de serviços: **A)** Securitizadora; **B)** Ag. Fiduciário; **C)** Custodiante; **D)** Escriturador, Liquidante; **E)** Agência Classifica Auditores; **H)** Auditoria da Securitizadora; **I)** Registro cartório, Diagramação dos documentos oferta, marketing, Gestão dos Recebíveis (CRA **(3)** Não foi considerado o valor de R\$ 932.945, referente aos serviços de Auditoria da Securitizadora, por entender elevadíssimo, muito acima operações analisadas.

Informações extraídas de prospectos definitivos das operações acima, pesquisados nos sites da Emissora, B3 e CVM.

Colunas com informação "0", significa que não foram destacados valores nos referidos prospectos.

ANEXO III - CUSTO ANUAL DE PRESTADORES DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DA OPERAÇÃO DE SEC

DATA	TIPO	LASTRO DIREITOS CREDITÓRIOS	SÉRIE	VALOR EMISSÃO R\$	PRESTADORES DE SERVIÇOS R\$ (1)					
					A	B	C	D	E	F
30/01/25	CRA	BOA SAFRA SEMENTES	1ª	380.074.000	32.414	16.602	15.938	18.000	65.000	3.200
			2ª	59.718.000						
			3ª	35.497.000						
			4ª	24.711.000						
			500.000.000							
16/05/25	CRI	MELNICK CONSTRUTORA	ÚNICA	100.000.000	17.493	21.030	16.285	11.141	60.000	5.831
23/05/25	CRA	UBY AGROQUÍMICA	1ª	228.199.000	33.204	22.136	11.068	12.617	0	5.015
			2ª	25.121.000						
			3ª	96.680.000						
			350.000.000							
29/05/25	CRI	CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS	1ª	262.500.000	94.536	17.075	33.936	19.800	0	3.498
			2ª	52.500.000						
			3ª	35.000.000						
			350.000.000							
30/10/25	CRI	TENDA CONSTRUTORA	1ª	89.108.000	27.012	17.928	8.366	41.976	70.000	0
			2ª	67.814.000						
			3ª	133.429.000						
			4ª	9.649.000						
			300.000.000							
31/10/25	CRI	LAVVI EMPREEND. IMOBILIÁRIOS	1ª	257.981.000	40.512	16.732	6.753	25.392	70.000	3.200
			2ª	73.927.000						
			3ª	68.092.000						
			400.000.000							
05/11/25	CRA	JALLES MACHADO PROD. RURAL	1ª	200.000.000	24.350	18.213	9.562	8.196	65.000	5.015
			2ª	200.000.000						
			400.000.000							
MÉDIA (2)				342.857.143	38.503	18.531	14.558	19.589	66.000	4.293

(1) Custos com prestadores de serviços: **A)** Securitizadora; **B)** Agente Fiduciário; **C)** Custodiante; **D)** Escriturador, Liquidante; **E)** Agente de Securitizadora; **G)** Contabilidade Patrimônio Separado; **H)** Gestão dos Recebíveis; **I)** Sistemas Liquidação/Custódia B3. Colunas com informação "0", significa que não foram destacados valores nos referidos prospectos.

(2) Foram desprezados para fins de cálculo da média, prestadores de serviços com informação "0", tendo como objetivo, demonstrar informações extraídas de prospectos definitivos das operações acima, pesquisados nos sites da Emissora, B3 e CVM.

ANEXO IV - QUADRO DE ATIVIDADES E RELAÇÃO CONTRATUAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PARTICIPANTES DA ESTRUTURAÇÃO

PRESTADOR DE SERVIÇO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	CONT
Estruturador/Coordenador/Líder/Distribuidor	<ul style="list-style-type: none"> Modelagem econômico-financeira da operação com base em estudo de viabilidade; Definição da estrutura jurídica e financeira; Coordenação dos trabalhos desenvolvidos pelos prestadores de serviços na fase de estruturação; Estruturação da oferta, com indicativo de volume financeiro, prazo e taxa de remuneração da operação levada a mercado; Elaboração de material para investidores e realização de <i>road show</i>; Distribuição dos títulos junto aos investidores, mediante procedimento de <i>bookbuilding</i>; Acompanhamento da liquidação financeira da operação. 	Pod
Assessoria Jurídica da Estruturação	<ul style="list-style-type: none"> Análise e validação da legalidade da cessão da dívida ativa; Elaboração e revisão de minutas contratuais; Emissão de pareceres jurídicos e <i>legal opinions</i>; Suporte jurídico à estruturação da oferta. 	Ins Fin
Empresa especializada em análise da Carteira de Direitos Creditórios Dívida Ativa (Due Diligence)	<ul style="list-style-type: none"> Análise da carteira a ser cedida, inclusive por tipo de tributo, porte do devedor, perspectiva de recebimento, etc.; Verificação de existência, exigibilidade e liquidez dos créditos; Análise do histórico de arrecadação e recuperação; Análise quanto ao perfil dos parcelamentos, índice de rompimento da carteira, fluxo mensal previsto na data-base, a expectativa de rompimento e recebimentos futuros da carteira; Avaliar os procedimentos operacionais de gestão e controle dos direitos creditórios objeto de securitização. 	Ins Fin
Securitizadora	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer previamente a estruturação da operação (série – sênior, mezanino, subordinada, prazo e taxa da operação, além do mecanismo de cobrança do lastro – direitos creditórios e demais condições operacionais. Apresentação de eventuais sugestões que entenda necessárias; Publicação dos avisos legais (anúncio de início e de encerramento da oferta pública); Emissão dos títulos colocados no mercado e aqueles subscritos pelo setor público. 	Ins Fin
Securitizadora	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição dos créditos cedidos (Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e outras avenças); OBS.: Este Contrato será mantido na fase de manutenção da operação – Anexo V. 	Pod
Agência de Classificação de Risco (Rating)	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação inicial do risco da operação; Análise da estrutura de mitigação de riscos; OBS.: A empresa a ser contratada deve ser a mesma tanto na fase de estruturação quanto na de manutenção. 	Ins Fin

Agente Fiduciário	· Conhecer em detalhes a estrutura da operação (emissão – classe sênior, mezanino, subordinada, prazo, taxa, mecanismo de cobrança do lastro – direitos creditórios, segregação do fluxo de recebimento, demais condições previstas no documento de emissão (escritura de debêntures) e alinhamento técnico das rotinas fiduciárias.	Secu
Auditoria Independente da Securitizadora	· Avaliação e emissão de relatório sobre os aspectos regulatórios, patrimoniais e condições operacionais da empresa securitizadora a ser contratada para a realização da operação. OBS.: A empresa a ser contratada deve ser a mesma tanto na fase de estruturação quanto na de manutenção.	Ins Fin
Banco Custodiante	· Desenvolvimento de atividades preparatórias para implantação da operação. OBS.: A empresa a ser contratada deve ser a mesma tanto na fase de estruturação quanto na de manutenção	Ins Fin
Banco Escriturador/Liquidante	· Desenvolvimento de atividades preparatórias para implantação da operação. OBS.: A empresa a ser contratada deve ser a mesma tanto na fase de estruturação quanto na de manutenção	Ins Fin

Nota 1: O custo de estruturação e distribuição da operação, bem como os serviços de terceiros necessários à estruturação da operação – conforme elencados na coluna PRI abaixo relacionados, serão suportados exclusivamente pela instituição financeira contratada, cuja remuneração máxima – prevista no edital de licitação - será de até 5% do v

- registros na CVM, ANBIMA e utilização de sistemas da B3;
- publicações legais – anúncio de início e de encerramento da oferta pública;
- registros de documentos em cartório de registro de títulos e documentos;
- outros custos como material publicitário, viagens e apresentações a potenciais investidores da operação;
- pagamento de impostos e taxas.

Nota 2: Custos de determinados prestadores de serviços, em especial, Agente Fiduciário, Banco Custodiante, Banco Escriturador/Liquidante e Auditoria Independente da Ser manutenção da operação, dependendo das condições de estruturação da operação e de negociação com prestadores de serviços.

Nota 3: Deverá também ser celebrado contrato com o Banco Centralizador da arrecadação estadual visando a segregação do fluxo de arrecadação dos créditos cedidos para

Nota 4: o contrato administrativo com a instituição financeira (24 meses) se justifica pela obrigação de estruturar, coordenar e viabilizar a operação até a liquidação, bem com providências correlatas e ainda prestar esclarecimentos a órgãos de controle.

ANEXO V - QUADRO DE ATIVIDADES E RELAÇÃO CONTRATUAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PARTICIPANTES DA FASE DE MAN

PRESTADOR DE SERVIÇO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	(
Securitizadora	· Coordenação dos trabalhos específicos de cada prestador de serviço necessários à operação na fase de manutenção (Agente Fiduciário; Gestão de Recebíveis; Banco Custodiante; Banco Escriturador/Liquidante; Agência de Classificação de Risco; Auditoria Independente da Securitizadora; Contabilidade do Patrimônio Separado; Agente de Assessoramento à Cobrança); · Prestação de informações periódicas aos investidores e à CVM. OBS.: Mesmo Contrato da fase de estruturação da operação – Anexo IV	
Securitizadora	· Ceder fiduciariamente a conta vinculada de recebimento dos recursos - fluxo financeiro dos direitos creditórios pagos pelos contribuintes.	
Gestão de Recebíveis	· Consolidação dos valores arrecadados; · Conciliação entre arrecadação, contas vinculadas e patrimônio separado; · Monitoramento da performance da carteira; elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios; · Interface operacional com agente fiduciário, investidores e Poder Público. OBS.: Estas atividades poderão ser exercidas pela Securitizadora, conforme modelagem financeira e jurídica a ser estabelecida.	
Agência de Classificação de Risco (Rating)	· Revisões periódicas do rating; · Monitoramento contínuo da performance da carteira, para fins de avaliação da nota de crédito. OBS: A empresa a ser contratada deve ser a mesma tanto na fase de estruturação quanto na de manutenção.	
Agente Fiduciário	· Representação dos investidores; · Fiscalização do cumprimento dos contratos e <i>covenants</i> ; · Acompanhamento dos fluxos financeiros; · Verificação de eventos relevantes; comunicação com investidores, securitizadora e Poder Público; · Administração das contas de recebimentos vinculadas à operação; · Instalação de Assembleia geral de debenturistas	
Banco Custodiante	· Custódia dos direitos creditórios (lastro para emissão dos títulos) e documentos. · Responsável pela guarda, segurança e verificação dos ativos financeiros	
Banco Escriturador/Liquidante	· Escrituração e registro das debêntures. · Liquidação financeira dos pagamentos aos investidores.	
Agente de Assessoramento à Cobrança	· Assessoramento ao poder público na cobrança administrativa.	
Contabilidade do Patrimônio Separado	· Escrituração contábil segregada da operação; · Elaboração de balancetes e demonstrações contábeis periódicas; · Suporte às obrigações regulatórias e à auditoria	
Auditoria Independente da Securitizadora	· Auditoria das demonstrações financeiras da securitizadora; · Auditoria do patrimônio separado da operação; · Emissão de parecer anual	

Nota: O custo de manutenção da operação, conforme elencados na coluna PRESTADOR DE SERVIÇO, serão custeados pelo fluxo financeiro de recebimento da operação, na s manutenção/prestadores de serviços; (ii) resgate dos ativos classe sênior/mezanino – compradas pelos investidores; (iii) resgate de ativos classe subordinada – comprada pelo es

6. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Considerando a natureza do objeto, que pressupõe a conjugação de diversas atividades para a consecução bem-sucedida do escopo pretendido, não cabe falar em parcelamento.

Não se vislumbra unidades totalmente autônomas e independentes inseridas no objeto, que pudessem indicar vantajosidade – ou mesmo viabilidade – de contratação em separado de parcelas do objeto.

Operações dessa natureza envolvem diferentes agentes de mercado que atuam de forma coordenada e em sinergia, de acordo com a regulamentação e com as práticas de mercado. A etapa de estruturação envolve a seleção, precificação e auditoria dos fluxos de recebíveis, estudo de viabilidade, rating, escolha do veículo apropriado e verificação de volume e condições de mercado. Por outro lado, a distribuição exige conhecimento e anuência com a estrutura proposta e alinhamento com a estratégia de venda de forma a obter sucesso no procedimento de coleta de intenções de investimento e formação de preço (*bookbuilding*).

Ou seja, a opção pelo não parcelamento da licitação para a contratação da instituição financeira estruturadora mostra-se técnica, econômica e juridicamente justificada, nos termos da legislação aplicável, diante das características específicas do objeto.

Reforçando o disposto acima, trata-se de objeto complexo, integrado e de alta especialização técnica, cuja adequada execução exige coordenação centralizada, responsabilidade unitária e domínio simultâneo de aspectos financeiros, jurídicos, regulatórios e operacionais da securitização de recebíveis públicos. O fracionamento da contratação entre múltiplos prestadores comprometeria a coerência da modelagem, aumentaria os riscos de incompatibilidade técnica, elevaria os custos de transação, além de dificultar a adequada alocação de responsabilidades e a apuração de eventuais falhas.

Adicionalmente, o modelo adotado pressupõe que a instituição financeira contratada assuma, por sua conta e risco, a contratação e coordenação dos demais prestadores necessários à estruturação, com anuência do Estado. O parcelamento da licitação deslocaria para a Administração Pública uma função de coordenação técnica altamente especializada, incompatível com a racionalidade econômica da operação e com o objetivo de mitigação de riscos administrativos e operacionais.

Ressalte-se, ainda, que o não parcelamento não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que o mercado dispõe de instituições financeiras aptas a atuar como coordenadoras-líderes de operações dessa natureza, sendo a competição preservada no certame para seleção do estruturador e, posteriormente, no próprio mercado, no âmbito da colocação dos títulos.

Dessa forma, o não parcelamento da licitação revela-se medida necessária para assegurar a economicidade, a eficiência, a segurança jurídica e a boa governança da operação, não configurando burla à competitividade, mas sim adequação do procedimento licitatório à natureza e à complexidade do objeto.

Vale destacar que a previsão legal de observância do princípio do fracionamento é destinada às compras públicas, conforme artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, e não incide de forma cogente na situação em análise.

7. Contratações correlatas e/ou interdependentes no órgão

A contratação da instituição financeira estruturadora insere-se em arranjo operacional integrado, que pressupõe a existência de determinadas contratações correlatas e funcionalmente interdependentes, necessárias à adequada implementação e ao funcionamento da operação de securitização, especialmente aquelas relacionadas à infraestrutura de arrecadação, controle e segregação dos fluxos financeiros.

Nesse contexto, configuram-se como contratações correlatas os instrumentos a serem celebrados com o banco centralizador da arrecadação estadual que ficará responsável pela identificação dos documentos de arrecadação relativos aos créditos cedidos e repasse dos recursos à conta vinculada da operação, bem como eventuais ajustes operacionais indispensáveis à adequação dos sistemas de arrecadação e repasse, de modo a assegurar a correta identificação, segregação e destinação dos recursos provenientes dos créditos cedidos.

Diversamente, o contrato de cessão dos direitos creditórios com o veículo securitizador não se caracteriza como contratação correlata, por não possuir natureza acessória ou complementar. Trata-se de instrumento jurídico nuclear e indissociável, que integra a própria essência da operação, pois é por meio dele que se materializa a alienação do ativo público e se viabiliza a emissão dos valores mobiliários, sem o qual a securitização não se constitui juridicamente.

Não obstante sua natureza essencial, referido ajuste é classificado como instrumento interdependente, na medida em que sua formalização é condição necessária à execução do modelo estruturado, exigindo a celebração de contrato específico de cessão, conforme detalhado nas seções anteriores deste Estudo.

8. Previsão no plano anual de contratações

Por tratar-se de contratação relativa a direitos creditórios oriundos de créditos tributários, não há previsão no plano anual de contratações. No entanto, a iniciativa vincula-se a três objetivos estratégicos desta Secretaria a saber: OE3-Assegurar as receitas tributárias e não tributárias com a melhoria da relação fisco-contribuinte; OE4 - Promover equilíbrio e sustentabilidade fiscal, com a qualidade da informação contábil e OE7 - Fortalecer a Governança e Gestão para Resultado.

9. Resultados pretendidos: economicidade e aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

A presente contratação constitui providência indispensável para a viabilização da operação de antecipação de direitos creditórios de titularidade do Estado do Piauí, que se pretende realizar na forma autorizada pela Lei federal nº 208/2024 e Lei Estadual nº 8.898/2025.

A operação de cessão onerosa de direitos creditórios poderá propiciar o ingresso de recursos adicionais, já no primeiro semestre de 2026, para aplicação em investimentos prioritários do Estado. Além disso, no mínimo 50% dos recursos que ingressaram no caixa do Tesouro Estadual serão aplicados para cobertura das despesas associadas ao regime de previdência dos servidores públicos, incluindo aquelas relativas às contribuições patronais e coberturas de déficits financeiros devidos pelo Estado.

Vale notar que a obtenção de recursos adicionais para despesas com investimentos e para a cobertura de parcela significativa do montante demandado pelo regime próprio de previdência dos servidores estaduais trará como consequência a liberação de recursos orçamentários originalmente destinados a tais rubricas, o que viabilizará a cobertura de diversas ações governamentais e propiciará o reforço de caixa para outras finalidades e demandas sociais igualmente relevantes.

O montante destinado à presente contratação afigura-se, pois, pouco significativo vis à vis os resultados que advirão da operação que constitui o escopo da contratação. Ademais, cumpre destacar que a contratação prevê remuneração por êxito, ou seja, o pagamento integral somente será devido na hipótese de sucesso da operação e efetivo ingresso dos recursos no caixa do Estado. Afigura-se, pois, alternativa dotada de economicidade e que propiciará o melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis a partir da viabilização de novos investimentos e liberação de recursos orçamentários para aplicações em diversas ações de interesse público e social.

10. Providências prévias à contratação: viabilidade operacional

A contratação pretendida dispensa a obtenção de licenças, outorgas ou autorizações. Também não é necessária qualquer capacitação específica ou adicional de servidores para a fiscalização e gestão contratual. A Secretaria da Fazenda dispõe de servidores plenamente capacitados para tais atribuições e com a experiência necessária para a adequada gestão e fiscalização do contrato.

11. Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras

A contratação pretendida não apresenta impactos ambientais e, dado seu escopo, não demanda a adoção de medidas mitigadoras.

12. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução nele descrita mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação para o atendimento do interesse público, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021

Documento assinado eletronicamente por RICARDO CARDOSO PIRES - Matr.0315748-2, Superintendente SUPAFT, em 19/02/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por MARIA DAS GRACAS MORAES MOREIRA RAMOS - Matr.0091081-3, Superintendente SUPREC, em 23/02/2026, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0021285558 e o código CRC 1C4312F2.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00009.010671/2025-65

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00009.010671/2025-65

MINUTA - TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2026 CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE, E, DO OUTRO, A _____, NA CONDIÇÃO DE CONTRATADA, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO.

O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria da Fazenda, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.556/0001-91, com sede na Avenida Pedro Freitas, s/no, Centro Administrativo, Bloco "C", em Teresina – PI, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Secretário, o Senhor Emílio Joaquim de Oliveira Júnior, brasileiro, casado, Secretário da Fazenda do Estado do Piauí, portador da Carteira de Identidade RG nº. 551.704 SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº. 226.451.793-04, residente e domiciliado nesta capital e a e a [nome e qualificação do licitante vencedor], pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras sob a forma de sociedade anônima, registrada na Junta Comercial [Estado e número de registro], atuando como instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, CNPJ [número], com sede [endereço], neste ato representada por [nome e qualificação dos representantes legais], doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, Processo Administrativo nº 00009.010671/2025-65/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica**, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o incorporam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Pregão Eletrônico ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação do objeto descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. Caso se trate de contratação de serviços, a **Parte Específica** deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Caso se trate de fornecimento de bens, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na **Parte Específica**.

3.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária no prazo previsto na **Parte Específica**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto na **Parte Específica**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente, mediante termo detalhado, no prazo previsto na **Parte Específica**, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

3.2. Caso se trate da prestação de serviços, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo previsto na **Parte Específica** deste Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo previsto na **Parte Específica**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

5.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM= I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, salvo se outro for definido na **Parte Específica** deste Contrato.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O índice a ser aplicado corresponde ao acumulado no período de um ano.
- 6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 6.10. Nos casos em que não tenha havido pedido de reajuste anterior, o índice a ser aplicado deve corresponder ao acumulado no período de um ano contado do pedido de reajuste, que passará a ser o marco também para novos reajustes.
- 6.11. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.
- 6.12. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.
- 6.13. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.
- 6.14. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 132 da Lei n. 14.133/2021.
- 6.15. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 8.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia como condição para a assinatura do contrato.
- 8.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 8.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 8.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.
- 8.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações da contratante:
- 9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;
- 9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços executados, para que sejam feitas as correções pertinentes;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 9.1.6. Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2758/2021 – Plenário.
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 10.1.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato
- 10.1.3. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 10.1.4. Em se tratando de fornecimento de bens:
- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- a.1) As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Termo de Referência. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no Termo de Referência ou com aquele ofertado na proposta, se for o caso.
- a.2) O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na **Parte Específica**.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na **Parte Específica**, o objeto com avarias ou defeitos;

d) Comunicar à Contratante, no prazo previsto na **Parte Específica**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) A Contratada deverá dar garantia do fabricante caso exigida na **Parte Específica**.

10.1.5. Em se tratando da contratação de serviços:

a) Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

b) Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

c) Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

d) Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

e) Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

f) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

g) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021;

h) Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

i) Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

j) Arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

k) Apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

l) Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

m) Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;

n) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

o) Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

p) Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

q) Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

r) Submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

s) Fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

t) Prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

10.2. Caso se trate de prestação de serviços, a Contratada deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de serviço que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.

10.2.1. A obrigação estipulada no subitem 10.2 só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início dos serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhadas por estes.

10.2.2. O Contrato deverá reservar as vagas previstas no item 10.2 na seguinte proporção:

a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 21 (vinte e um) ou mais empregados.

b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 20 (vinte) empregados; e

c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.

10.2.3. As vagas mencionadas no subitem 10.2.2, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria da Justiça - SEJUS, nos termos de regulamentação própria.

10.2.4. No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do 10.2.3, o contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

10.2.5. A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.

10.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA ONZE – FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

CLÁUSULA DOZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem

prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 12.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 12.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.2.

12.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", do subitem 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 12.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do referido subitem.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.11. O cálculo da sanção de multa observará os seguintes parâmetros:

12.11.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.11.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

12.11.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

12.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.3.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, mediante prévia manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na Parte Específica, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

15.1.1. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário.

15.2. Tratando-se de serviços ou fornecimentos continuados, o Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

15.2.1. O serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

15.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços ou do fornecimento tem natureza continuada;

15.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

15.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na manutenção do contrato;

15.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

15.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

15.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5. A Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviço ou fornecimento continuados, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme art. 106, III, da Lei n. 14.133/2021.

15.6. Caso se trate de serviço não continuado, a **Parte Específica** deste Contrato irá definir o prazo de execução.

15.7. Caso se trate de serviço não continuado, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

15.7.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLAUSULA DEZESSEIS – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **Parte Específica** deste Contrato disporá sobre a possibilidade de subcontratação do objeto contratado.

CLAUSULA DEZESSETE – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será

realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ATI, ou a entidade que a substituir, durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelará pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

17.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

17.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

17.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

17.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

17.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

17.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

17.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DEZOITO – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

18.1. São de responsabilidade das partes, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste Contrato e no Termo de Referência, os riscos relacionados na **Parte Específica** deste contrato, conforme tenha sido prevista matriz de riscos para a sua execução.

18.2. Caso as situações descritas no item 18.1 da **Parte Específica** venham a ocorrer, poderão ser adotadas as providências a seguir:

18.2.1. Utilização de seguros obrigatórios previamente definidos no contrato;

18.2.2. Restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato nos casos em que o sinistro seja considerado na matriz de riscos como causa de desequilíbrio não suportada pela parte que pretenda o restabelecimento;

18.2.3. Resolução do contrato quando o sinistro majorar excessivamente ou impedir a continuidade da execução contratual.

18.3. As providências elencadas no item 18.2 somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DEZENOVE – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina(PI), para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>Processo Administrativo SEI nº. 00009.010671/2025-65/2026</p> <p>Parecer da Controladoria Geral do Estado do Piauí - Parecer CGE/PI nº. ____/2026.</p> <p>Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Piauí - Parecer PGE/PLC nº. ____/2026.</p> <p>Este Contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 208/2024, pela Lei Estadual nº 8.898, de 17 de dezembro de 2025 e demais disposições legais aplicáveis, bem como pelas disposições do Edital e seus anexos, que fazem parte integrante deste Contrato para todos os efeitos jurídicos.</p> <p>Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 13.303/2016 para fins de padronização das regras de governança em operações no mercado de capitais, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especialmente no tocante ao registro e oferta pública de valores mobiliários (Oferta Pública), e a parte do Código Civil que trata do negócio jurídico de cessão de crédito.</p>
1.2	<p>(x) A presente contratação decorre do Pregão Eletrônico SEFAZ/Plnº ____/2026.</p> <p>() A presente contratação ocorre por Justificativa de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação SEFAZ-PI nº. ____/2026 fundamentada no artigo ____, inciso ____, da Lei Federal nº. 14.133/2021.</p>
2.1	<p>OBJETO CONTRATUAL</p> <p>2.1. A CONTRATADA é instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM) para atuar no sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo vencido o Pregão Eletrônico realizado pelo CONTRATANTE e considerada habilitada, seguindo-se a homologação e adjudicação do certame nos termos do respectivo edital (Edital).</p> <p>2.2. Este Contrato formaliza a contratação da CONTRATADA para assessorar tecnicamente o CONTRATANTE na estruturação, implementação e distribuição de operação de securitização de recebíveis lastreada em créditos tributários (Operação de Securitização).</p> <p>2.3. A cessão será realizada pelo CONTRATANTE a uma Companhia Securitizadora ou a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (Veículo Securitizador), mediante a celebração de contrato específico de cessão (Contrato de Cessão), e abrangerá o fluxo financeiro gerado por créditos tributários de titularidade do CONTRATANTE, constituídos, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, previamente selecionados e identificados (Direitos Creditórios).</p> <p>2.4. O Veículo Securitizador emitirá valores mobiliários para distribuição pública no mercado de capitais, como forma de captar os recursos necessários ao pagamento do preço da cessão (Valores Mobiliários).</p> <p>2.5. Os Valores Mobiliários serão amortizados com o fluxo financeiro gerado por determinado período pelos Direitos Creditórios cedidos, podendo contemplar distintas classes (sênior, mezanino e subordinada) em função da remuneração prevista, do cronograma e da forma de amortização, e da prioridade de pagamento.</p> <p>2.6. Os Valores Mobiliários da classe sênior destinam-se a investidores profissionais, mediante distribuição pública no mercado de capitais.</p> <p>2.7. Poderá haver emissão de Valores Mobiliários da classe mezanino, também destinada a investidores profissionais, se ficar demonstrado na fase de estruturação que a medida contribui para o alinhamento de interesses e a maior eficiência econômica da Operação de Securitização.</p> <p>2.8. Os Valores Mobiliários da classe subordinada serão subscritos exclusivamente pelo CONTRATANTE, mediante transferência por dação em pagamento ou, a outro título, de parte dos Direitos Creditórios destinados ao Veículo Securitizador.</p> <p>2.9. A cessão dos Direitos Creditórios pelo CONTRATANTE ao Veículo Securitizador será realizada pelo valor de face, sem aplicação de deságio.</p> <p>2.10. A cessão dos Direitos Creditórios observará os ditames do art. 39-A da Lei Federal nº 4.320/1964, introduzido pela Lei Complementar nº 208/2024. Nesse sentido, terá por objeto tão somente o direito autônomo ao recebimento do fluxo financeiro gerado pelos créditos tributários cedidos, permanecendo com o Estado a titularidade do crédito tributário originador dos direitos creditórios, com os correspondentes direitos e prerrogativas de cobrança, até final e integral pagamento, ficando facultado ao Veículo Securitizador exercer os direitos e prerrogativas compatíveis com sua posição jurídica de cessionário.</p> <p>2.11. O CONTRATANTE, na qualidade de cedente, não assumirá qualquer responsabilidade pela solvência dos devedores dos créditos tributários originadores ou pelo seu efetivo pagamento, nem tampouco qualquer outra obrigação financeira perante o Veículo Securitizador cessionário.</p> <p>2.12. O CONTRATANTE responderá somente pela existência, validade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios no momento da cessão, na forma do artigo 295 do Código Civil, comprometendo-se ainda a atuar de forma colaborativa e a cumprir com os deveres de probidade e boa-fé impostos pelo artigo 422 do Código Civil, em face do Veículo Securitizador e dos titulares dos Valores Mobiliários emitidos.</p> <p>2.13. O Estado deverá indenizar o Veículo Securitizador pela frustração do recebimento dos Direitos Creditórios cedidos, em razão de atos imputáveis exclusivamente ao próprio Estado, nas seguintes situações:</p> <p>a) a) remissão, aceitação de dação em pagamento, compensação com precatórios ou parcelamento em condições mais benéficas ao contribuinte, quando se tratar de créditos parcelados; e</p> <p>b) b) remissão, aceitação de dação em pagamento ou compensação com precatórios, quando se tratar de créditos não parcelados.</p> <p>2.14. Ocorrendo das situações elencadas no item anterior, o Estado deverá efetuar a transferência ao Veículo Securitizador, dos valores remidos, dados em pagamento, compensados ou resultantes da ampliação do benefício, até o último dia útil do mês seguinte à sua</p>

ocorrência.

2.15. A Operação de Securitização deverá incorporar mecanismos de segregação financeira dos Direitos Creditórios cedidos, de modo que os recursos ingressem diretamente em conta vinculada de titularidade do Veículo Securitizador, sem transitar previamente por qualquer conta bancária de livre movimentação do CONTRATANTE.

DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Os serviços a cargo da CONTRATADA abrangem as seguintes atividades (Serviços Contratados):

- (i) estudo de viabilidade econômico-financeira da Operação de Securitização;
- (ii) modelagem jurídica, financeira e operacional;
- (iii) seleção, coordenação, custeio e gestão de serviços auxiliares, prestados por empresas subcontratadas, incluindo a figura do Veículo Securitizador;
- (iv) aprovação ou registro na CVM;
- (v) distribuição pública dos Valores Mobiliários no mercado de capitais em regime de melhores esforços combinado com a obrigação da instituição financeira - coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais e obedecendo o disposto no subitem 2.2. e 2.3, observado o disposto no Termo de Referência e neste Contrato;
- (vi) acompanhamento até sua integral liquidação da oferta pública dos Valores Mobiliários.

A CONTRATADA ou entidade do mesmo grupo econômico deverá subscrever obrigatoriamente os Valores Mobiliários correspondentes a 20% (vinte por cento) calculado sobre o total dos Valores Mobiliários ofertados no mercado de capitais, da classe sênior e de qualquer outra classe mezanino.

Caberá à CONTRATADA escolher livremente a classe de Valor Mobiliário a ser subscrita para completar a parcela obrigatória de 20% (vinte por cento), com exceção apenas da classe subordinada, podendo concentrar a subscrição exclusivamente na classe sênior ou distribuí-la entre uma ou mais classes mezanino.

A CONTRATADA poderá subcontratar outros prestadores de serviços, considerados necessários à estruturação e à implementação da Operação de Securitização, mediante prévia anuência do CONTRATANTE, compreendendo exemplificativamente (Serviços Auxiliares):

- a) empresa especializada em análise da carteira de Direitos Creditórios;
- b) Veículo Securitizador;
- c) assessoria jurídica da estruturação;
- d) agência de classificação de risco (rating);
- e) agente fiduciário da emissão dos Valores Mobiliários;
- f) auditoria independente do Veículo Securitizador;
- g) banco custodiante;
- h) banco escriturador;
- i) banco liquidante.

Os custos de estruturação da Operação Securitização e de distribuição dos Valores Mobiliários emitidos pelo Veículo Securitizador, bem como dos Serviços Auxiliares prestados por terceiros na etapa de implementação, adicionado aos demais custos abaixo relacionados, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA, cuja remuneração observará a taxa de remuneração de XXX,X%, calculado sobre o total dos Valores Mobiliários distribuídos no mercado de capitais, da classe sênior e da classe mezanino, se houver, incluindo aqueles subscritos em caráter obrigatório pela CONTRATADA.

Os custos de estruturação e de distribuição dos Valores Mobiliários, a serem custeados pela CONTRATADA, compreendem também:

- a) registros na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), ANBIMA (Associação Nacional de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais) e utilização de sistemas da B3 (Bolsa de Valores);
- b) publicações legais, incluindo anúncio de início e de encerramento da oferta pública;
- c) registros em cartório de registro de títulos e documentos;
- d) outros custos como material publicitário, viagens e apresentações a potenciais investidores da operação.

Após a emissão dos Valores Mobiliários, os serviços de caráter recorrente, necessários à manutenção da Operação de Securitização, serão custeados pelo Veículo Securitizador, com suporte no fluxo financeiro gerado pelos Direitos Creditórios cedidos, até liquidação final da Operação de Securitização.

Os Serviços Auxiliares necessários à manutenção da Operação de Securitização, referidos no item anterior, serão assumidos ou contratados pelo Veículo Securitizador, mediante indicação da CONTRATADA e anuência do CONTRATANTE, compreendendo exemplificativamente (Serviços Acessórios):

- a) agência de classificação de risco (rating);
- b) agente fiduciário da emissão dos Valores Mobiliários;
- c) banco custodiante;
- d) banco escriturador;
- e) gestão de recebíveis;
- f) Agente de Assessoramento à Cobrança;
- g) contabilidade do patrimônio separado;
- h) auditoria Independente do Veículo Securitizador.

2.1.1	() O serviço/fornecimento ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante. (x) O serviço/fornecimento não ocorrerá de forma continuada, tendo em vista se trata de atividade esporádica que deverá ser realizada em um período de tempo predeterminado.
2.2	() A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. (x) Não se aplica

3.1.1	<p>() O prazo de entrega dos bens é de dias, contados do(a), em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
3.1.2.	<p>() Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de (....) (dias).</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
3.1.3.	<p>() O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de (....).</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
3.1.4.	<p>() Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de (....) (dias).</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
3.2.1	<p>() Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de (....) (dias), contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Detalhado assinado pelas partes.</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
3.2.2	<p>() Os serviços rejeitados deverão ser refeitos, corrigidos ou substituídos no prazo de (....) dias.</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
3.2.3	<p>() Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de (....) (dias).</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
4.1.	<p>() O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (por extenso).</p> <p>() O valor mensal da contratação será de R\$ (valor por extenso).</p> <p>No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.</p> <p>() O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (valor por extenso), sendo meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.</p> <p>4.1.1. A remuneração da CONTRATADA possui natureza contingente e corresponderá ao percentual de ____% (____), calculado sobre o total dos Valores Mobiliários distribuídos no mercado de capitais, da classe sênior e da classe mezanino, se houver, incluindo aqueles subscritos em caráter obrigatório pela CONTRATADA (Remuneração).</p> <p>4.1.2. A Remuneração somente será devida se a Operação de Securitização for concluída de forma exitosa, com a efetiva distribuição dos Valores Mobiliários no mercado de capitais e a subscrição da parcela destinada à CONTRATADA, por si ou por outra entidade do mesmo grupo econômico.</p> <p>4.1.3. A Remuneração abrange todos os custos, tributos, encargos e despesas necessárias à execução dos Serviços Contratados, até a emissão e distribuição dos Valores Mobiliários, notadamente a remuneração porventura devida aos subcontratados na fase de estruturação e implementação, os emolumentos de registro da Oferta Pública, a publicação de avisos ou anúncios, e as despesas de divulgação (<i>road show</i>).</p> <p>4.1.4 A CONTRATADA descontará o valor da sua Remuneração dos recursos captados com a Operação de Securitização, transferindo ao Veículo Securitizador o saldo remanescente, que será utilizado para pagamento do preço da cessão dos Direitos Creditórios devido ao CONTRATANTE.</p> <p>DO ASSESSORAMENTO À COBRANÇA</p> <p>O serviço de assessoramento à cobrança dos Direitos Creditórios será contratado e custeado pelo Veículo Securitizador, mediante anuência do CONTRATANTE, com suporte no fluxo financeiro de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos, a exemplo de outras despesas autorizadas pela regulação da CVM.</p> <p>Caberá ao Agente de Assessoramento à Cobrança apoiar o CONTRATANTE na cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, respeitadas as informações protegidas pelo sigilo fiscal, devendo executar as seguintes atividades, dentre outras que julgar relevantes para ampliar a arrecadação:</p> <p>a) análise e segmentação da base de devedores, conforme perfil e valor do débito;</p> <p>b) apoio na estruturação de estratégias de cobrança administrativa amigável e de renegociação de dívidas;</p> <p>c) emissão e envio de notificações, cartas de cobrança, e-mails, SMS, entre outros meios de comunicação com os contribuintes;</p> <p>d) suporte nas atividades de atendimento a contribuintes para regularização de débitos;</p> <p>e) fornecimento de plataforma tecnológica para gestão das cobranças, com acesso pelo ente federado;</p> <p>f) integração com bases de dados externas (ex: Receita Federal, Serasa, Cartórios) para qualificação dos devedores e suporte às ações de cobrança;</p> <p>g) realização de atividades preparatórias para protesto extrajudicial de dívidas inscritas em dívida ativa, incluindo análise documental e emissão de certidões;</p> <p>h) geração de relatórios gerenciais e estatísticos periódicos sobre as ações realizadas e resultados obtidos;</p> <p>i) sugestões de aprimoramento na política de cobrança estadual, inclusive com propostas legislativas, se for o caso; e,</p> <p>j) treinamento de equipe interna, quando necessário.</p> <p>O Veículo Securitizador e o Agente de Assessoramento à Cobrança deverão observar o seguinte:</p> <p>a) abster-se de apresentar qualquer manifestação, escrita ou oral, bem como despachar perante órgãos administrativos ou judiciais, no que se refere ao crédito cedido.</p> <p>b) não realizar protesto judicial ou extrajudicial dos devedores dos direitos creditórios cedidos;</p> <p>c) municiar o CONTRATANTE com informações e pesquisa de bens do devedor, para impulsionamento da cobrança;</p> <p>d) contatar o devedor dos direitos creditórios cedidos, por via telefônica, apenas em dias úteis e no horário de expediente comercial, com as cautelas exigidas pela legislação aplicável;</p> <p>e) observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados e os sigilos legais, bem como garantir a confidencialidade das informações recebidas e a segurança no tratamento de dados pessoais e financeiros envolvidos.</p> <p>A remuneração do Agente de Assessoramento à Cobrança terá caráter contingente e corresponderá a 20% (vinte por cento) do montante que exceder ao somatório das seguintes parcelas, apuradas trimestralmente nas respectivas bases:</p>

	<p>a) fluxo dos valores parcelados inscritos ou não em dívida ativa. <u>Base</u>: valor previsto de arrecadação do trimestre civil em avaliação, considerados os valores na data da cessão. <u>Apuração</u>: valores verificados pela SEFAZ e PGE no trimestre civil;</p> <p>b) arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e inscritos em dívida ativa. <u>Base</u>: média da arrecadação do trimestre civil relativos aos 5 (cinco) exercícios anteriores, atualizados pelo IPCA. <u>Apuração</u>: arrecadação verificada no trimestre civil;</p> <p>c) arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e não inscritos em dívida ativa. <u>Base</u>: estimativa de arrecadação para o trimestre civil. <u>Apuração</u>: arrecadação verificada no trimestre civil;</p> <p>d) taxa de remuneração aos investidores (<i>spread</i> acima da taxa DI). <u>Base</u>: valor de remuneração do trimestre civil em avaliação. <u>Apuração</u>: valor de remuneração verificado no trimestre civil; e,</p> <p>e) custo de manutenção da operação (prestadores de serviços). <u>Base</u>: custo de manutenção da operação do trimestre civil em avaliação. <u>Apuração</u>: custo de manutenção verificado no trimestre civil.</p> <p>Os Direitos Creditórios cedidos serão registrados em controle apartado e escrituração própria, contendo, no mínimo:</p> <p>a) identificação do devedor;</p> <p>b) valores de principal e acessórios;</p> <p>c) número da CDA ou do processo administrativo/auto de infração;</p> <p>d) informações sobre o respectivo parcelamento, quando for o caso;</p> <p>e) data da cessão.</p> <p>O meio de pagamento dos créditos cedidos será o mesmo utilizado para créditos não cedidos.</p> <p>Após abatimento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, os valores remanescentes serão entregues ao Veículo Securitizador cessionário.</p>
6.2	<p>() Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA-E, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato.</p> <p>() Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice (...).</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
7.1.	<p>As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:</p> <p>Gestão/Unidade: 13101</p> <p>Fonte: 500 – Recursos Próprio</p> <p>Programa de Trabalho: 04.122.0109.2000</p> <p>Elemento de Despesa: _____</p>
8.1.	<p>(x) Não será exigida garantia de execução da CONTRATADA.</p> <p>() No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar garantia contratual, correspondente a ____% (_____ por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p> <p>8.1.1. Caso a contratada opte pelo seguro-garantia, o prazo para prestação da garantia será no mínimo de 1 (um) mês anteriormente à assinatura do contrato, conforme art. 96, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.</p>
9.3	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATANTE:</p> <p>I fornecer à CONTRATADA, com tempestividade e completude, as informações necessárias à qualificação dos créditos a serem cedidos e securitizados;</p> <p>II emitir as autorizações e documentos formais exigidos pelos órgãos reguladores ou pela legislação vigente para a realização da oferta;</p> <p>III acompanhar a execução dos serviços por meio de unidade fiscalizadora designada, podendo requisitar esclarecimentos e determinar ajustes a qualquer tempo;</p> <p>IV efetuar o pagamento da remuneração devida, na forma estabelecida na Cláusula Quarta;</p> <p>V manter a CONTRATADA informada quanto a qualquer alteração normativa ou administrativa que possa impactar o objeto do Contrato.</p>
10.1.4, "a.2"	<p>() O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.</p> <p>(X) Não se aplica.</p>
10.1.4, "c"	<p>() O objeto com avarias ou defeitos deverá ser (substituído/reparado) no prazo de (...)</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
10.1.4, "d"	<p>() Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.</p> <p>(x) Não se aplica.</p>
10.1.4, "e"	<p>() A empresa contratada deverá dar garantia do fabricante de no mínimo (...), a contar da data do fornecimento e aceite por parte da (...).</p> <p>(x) Não se aplica ao caso a exigência de garantia do fabricante.</p>

10.3.	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATADA:</p> <p>I executar os serviços objeto deste Contrato com observância das normas da CVM, do Banco Central do Brasil e demais reguladores competentes;</p> <p>II elaborar, submeter e registrar todos os documentos necessários à estruturação e oferta dos valores mobiliários, inclusive prospectos, termos de securitização, pareceres técnicos e contratos acessórios;</p> <p>III atuar como coordenadora da oferta pública para distribuição dos Valores Mobiliários, promovendo a divulgação e captação de investidores;</p> <p>IV prestar informações completas e tempestivas ao CONTRATANTE sobre a execução das fases, com apresentação de relatórios sempre que solicitado;</p> <p>V manter sigilo sobre todas as informações e documentos fornecidos pelo CONTRATANTE, utilizando-os exclusivamente para a execução do objeto;</p> <p>VI assegurar que todos os atos praticados em nome do CONTRATANTE preservem sua imagem institucional e observem as normas de integridade, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro;</p> <p>VII adotar todas as medidas necessárias para viabilizar a execução da operação, arcando com os custos e despesas operacionais que não estejam expressamente atribuídos ao CONTRATANTE neste Contrato.</p>
11.4.	<p>A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:</p> <p>a) Nos termos do Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.</p> <p>b) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.</p> <p>b) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.</p>
12.1.1	<p>Sem prejuízo das penalidades previstas na Parte Geral deste Contrato, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções:</p> <p>a) O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 154 a 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>b) As sanções poderão incluir advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade.</p> <p>c) A multa poderá ser descontada dos valores eventualmente devidos ou cobrada judicialmente, sem prejuízo da responsabilização civil e penal.</p>
13.1.	<p>O Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou nas seguintes situações específicas:</p> <p>I. por descumprimento contratual devidamente constatado;</p> <p>II. por inexecução culposa de qualquer das fases previstas na Cláusula Terceira;</p> <p>III. por alteração normativa que inviabilize a continuidade da operação;</p> <p>IV. por decisão unilateral do CONTRATANTE, por conveniência administrativa, mediante comunicação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.</p>
15.1.	<p>O prazo de vigência da contratação é de 27 (vinte e sete) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável nos termos do Artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p>

15.6.	<p>(x) A execução de cada fase observará os prazos definidos no cronograma a ser aprovado pelo CONTRATANTE, que poderá ajustar os prazos de acordo com a necessidade administrativa ou com exigências dos órgãos reguladores.</p> <p>FASE 1 – Estruturação preliminar, compreendendo:</p> <p>a) Elaboração e apresentação de cronograma para modelagem, estruturação e distribuição da Operação de Securitização, contendo o detalhamento de todos os eventos e respectivos prazos;</p> <p>b) Análise do fluxo de recebíveis sob os aspectos estatísticos (concentração de valores por contribuinte devedor; valores a receber por mês de vencimento e verificação de concentração do fluxo; grau de inadimplência; histórico de comportamento vencimento/pagamento/inadimplência; projeção de inadimplência) e outras variáveis para fins de identificar o comportamento do fluxo de recebíveis que será utilizado para lastro e modelagem da Operação de Securitização;</p> <p>c) Obtenção de <i>rating</i> preliminar para a Operação de Securitização, se necessário;</p> <p>d) Estruturação conceitual da Operação de Securitização e modelagem financeira com base no fluxo dos recebíveis;</p> <p>e) Indicação do melhor veículo securitizador para a estrutura da operação (emissor dos Valores Mobiliários);</p> <p>f) Análise de cenários com indicação de valor da Operação de Securitização, quantidade de valores mobiliários a subscrever, remuneração, prazo, carência, fluxo de amortização, acompanhado de comparação das vantagens e desvantagens de cada alternativa;</p> <p>g) Proposição de estrutura preliminar para a Operação de Securitização; e</p> <p>h) Apresentação de Relatório Técnico indicando a modelagem financeira para a Operação de Securitização, abordando, inclusive, as questões referidas nas alíneas anteriores.</p> <p>FASE 2 – Documentos da Operação de Securitização, compreendendo:</p> <p>a) Definição da estrutura jurídica da Operação de Securitização;</p> <p>b) Identificação da documentação necessária à realização da Operação de Securitização;</p> <p>c) Elaboração e apresentação de minutas de todos os instrumentos e documentos legais exigidos pela estrutura da Operação de Securitização e emissão de opinião legal.</p> <p>FASE 3 – Formatação final da Operação de Securitização, compreendendo:</p> <p>a) Preparação das documentações exigidas pela legislação vigente e versões finais dos contratos quando necessários, considerando os ajustes a serem feitos em atendimento à orientação da Procuradoria Geral do Estado;</p> <p>b) Sondagem preliminar de interesse dos potenciais investidores;</p> <p>c) Estimativa do volume financeiro da Operação de Securitização, a ser levado a mercado e da taxa de remuneração;</p> <p>d) Obtenção de <i>rating</i> definitivo para a Operação de Securitização;</p> <p>e) Avaliação das melhores condições de captação, considerando demanda, custo, prazo de amortização dos Valores Mobiliários, nível de subordinação e destinação dos recursos;</p> <p>f) Pedido e obtenção de registro definitivo de distribuição pública de valores mobiliários junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, se necessário;</p> <p>g) Assessoramento no registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, para o veículo securitizador definido, se necessário;</p> <p>h) Preparação de material informativo (road-show) para investidores.</p> <p>i) Subcontratação de outros prestadores de serviço auxiliares, necessários à implementação da Operação de Securitização;</p> <p>j) Contratação do Agente de Assessoramento à Cobrança pelo Veículo Securitizador, mediante indicação da CONTRATADA e anuência do CONTRATANTE.</p> <p>FASE 4 – Captação de recursos, compreendendo:</p> <p>a) Apresentação da estrutura da Operação de Securitização para potenciais investidores;</p> <p>b) Atendimento a dúvidas e reuniões bilaterais com potenciais investidores;</p> <p>c) Publicação dos avisos necessários à realização da Operação de Securitização;</p> <p>d) Apuração do volume financeiro da operação e taxa de remuneração em processo de <i>bookbuilding</i>, sujeitando-se a efetiva aceitação das ordens coletadas e aprovação pelo CONTRATANTE; e,</p> <p>e) Liquidação financeira da subscrição dos valores mobiliários, com a confirmação dos recursos creditados em conta bancária indicada pelo CONTRATANTE.</p> <p>O CONTRATANTE emitirá, por escrito, autorização para o início de cada fase, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da emissão da ordem inicial de serviço, admitindo-se prorrogação, mediante justificativa fundamentada e anuência do CONTRATANTE.</p> <p>Ao final de cada Fase, a CONTRATADA deverá elaborar um relatório detalhado sobre as atividades realizadas, consolidando as informações levantadas e os documentos produzidos.</p> <p>O CONTRATANTE deverá aprovar a proposta de estruturação e as demais condições da Operação de Securitização, assim como a minuta dos instrumentos jurídicos, conforme apresentadas pela CONTRATADA.</p> <p>O CONTRATANTE poderá ainda interromper a qualquer momento a execução dos Serviços Contratados, sem qualquer ônus, caso entenda que a Operação de Securitização se tornou economicamente inviável ou juridicamente inadequada, quando então a CONTRATADA fará jus tão somente ao ressarcimento das despesas incorridas e efetivamente comprovadas com contratação de terceiros, limitado ao valor máximo de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), conforme estimativa demonstrada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), notadamente em seu Anexo II.</p> <p>Uma vez concluída a Operação de Securitização com a liquidação financeira da oferta pública dos Valores Mobiliários, a CONTRATADA ficará obrigada a apoiar o CONTRATANTE durante o prazo de 2 (dois) anos, para atendimento de eventuais questionamentos.</p> <p>() Não se aplica.</p>
-------	---

16.1	<p>() É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.</p> <p>(X) Será permitida a subcontratação de ____ % (_____ por cento) do objeto contratado, na forma indicada no Termo de Referência, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.</p> <p>16.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.</p> <p>16.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.</p> <p>16.1.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.</p> <p>16.1.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.</p> <p>16.1.5. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, nos limites estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato.</p> <p>16.1.6. As subcontratações a serem realizadas pela CONTRATADA e, quando cabível, por meio da Companhia Securitizadora ou Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, somente poderão ocorrer mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, e deverão abranger apenas serviços assessoriais específicos e que sejam necessários ou pertinentes à boa execução da Operação de Securitização.</p> <p>16.1.7. Durante as etapas de estruturação e implementação da Operação de Securitização, até a emissão dos Valores Mobiliários e liquidação financeira da oferta pública, a CONTRATADA fica integralmente responsável pela perfeita execução dos serviços subcontratados, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades dos respectivos prestadores, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações correspondentes ao objeto da subcontratação.</p> <p>16.1.8. As subcontratações serão formalizadas de acordo com o seguinte procedimento:</p> <p>I. Submissão, pela CONTRATADA, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição do serviço que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;</p> <p>II. Autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;</p> <p>III. Apresentação pela CONTRATADA dos documentos do subcontratado relativos à regularidade fiscal e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/ 2021;</p> <p>IV. A capacidade técnica dos subcontratados será aferida pela CONTRATADA mediante a observância dos seguintes critérios:</p> <p>a) Prospecção de prestador de serviços com experiência consistente em atuação regular nas operações de emissão de valores mobiliários colocadas no mercado de capitais;</p> <p>b) Comprovação de habilitação técnica necessária à execução do serviço, bem como da experiência profissional da equipe técnica alocada na prestação do serviço;</p> <p>c) A habilitação técnica deverá ser demonstrada por meio de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado/público ou por meio de documento público que possibilitará aferir tal qualificação técnica, por exemplo – prospecto de operação realizada no mercado de capitais e que esteja disponível na internet – site de emissor, CVM, ANBIMA, etc. Adicionalmente, deverá apresentar comprovante de registro do prestador de serviço em entidade regulatória, quando requerido;</p> <p>d) A experiência profissional deverá ser demonstrada por meio de currículo individual da equipe técnica designada para a prestação do serviço contratado.</p> <p>V. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo CONTRATANTE, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos, após exame da documentação do subcontratado apresentada pela CONTRATADA. A CONTRATADA poderá substituir, no prazo que lhe for assinalado pelo CONTRATANTE, o subcontratado cuja capacidade técnica não seja demonstrada conforme aqui previsto, ficando mantido o objeto;</p> <p>VI. Apresentação pela CONTRATADA de cópia do Termo de Subcontratação, ou ajuste equivalente celebrado entre a CONTRATADA e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo. Este procedimento também é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.</p> <p>16.1.9. Os custos das subcontratações correrão à conta da CONTRATADA nos serviços realizados na etapa de estruturação e implementação da operação e à conta do fluxo financeiro produzido pelos direitos creditórios na etapa de manutenção da Operação de Securitização.</p> <p>16.1.10. Os serviços necessários à manutenção da Operação de Securitização, serão assumidos ou contratados pelo Veículo Securitizador, mediante indicação da Instituição Financeira com anuência da Secretaria de Estado da Fazenda e serão custeados pelo Veículo Securitizador, com suporte no fluxo financeiro gerado pelos Direitos Creditórios cedidos, até liquidação final da Operação de Securitização.</p> <p>16.1.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente de órgão ou entidade integrante da administração indireta do Estado, ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.</p> <p>16.1.12. A CONTRATADA deverá atuar como empresa coordenadora líder da oferta pública no contexto da Operação de Securitização e as eventuais subcontratações ou associações a outras instituições serão de sua inteira responsabilidade, inclusive pela qualidade dos serviços de terceiros prestados, pela remuneração e pelas despesas relacionadas aos serviços necessários à consecução do objeto da presente licitação, e seu pagamento deverá ser realizado diretamente pela CONTRATADA aos terceiros contratados, não implicando qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.</p>
17.14	<p>A aplicação da LGPD ao presente contrato abrange, ainda, as seguintes disposições:</p> <p>17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.</p> <p>17.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.</p> <p>17.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.</p>

17.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ATI, ou a entidade que a substituir, durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

17.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

17.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

17.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

17.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

17.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

	<p>17.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.</p> <p>17.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.</p> <p>17.14. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo sobre quaisquer informações, documentos ou dados recebidos do CONTRATANTE ou acessados em razão da execução deste Contrato, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para sua finalidade e a não os divulgar a terceiros sem autorização expressa.</p> <p>17.15. O dever de confidencialidade subsistirá mesmo após a extinção contratual, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, salvo se houver determinação legal ou judicial em sentido contrário.</p>
18.1	<p>() Não se aplica ao presente contrato a previsão de matriz de riscos.</p> <p>(X) São de responsabilidade das partes, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste Contrato e no Termo de Referência, os riscos a seguir relacionados, conforme matriz de riscos em anexo:</p> <p>a) Planejamento da Contratação</p> <p>b) Seleção do Fornecedor</p> <p>c) Gestão Contratual</p>
18.3	<p>Sem prejuízo das providências previstas na Parte Geral deste Contrato, poderão ser tomadas as seguintes providências caso ocorram as situações descritas no item 18.1 da Parte Específica</p> <p>[...]</p>

Fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Estado de Piauí, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença de testemunhas.

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
Secretário da Fazenda
P/ CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
P/CONTRATADA

Testemunhas:

Ricardo Cardoso Pires - Superintendente SUPAFT
Paulo Sérgio Patrício de Lima – Supervisor NUCON

Documento assinado eletronicamente por **PAULO SERGIO PATRICIO DE LIMA - Matr.0003093-7, Agente de Tributos da Fazenda Estadual**, em 10/03/2026, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0022894208** e o código CRC **63FE0A43**.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº 00009.010671/2025-65

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no edital do pregão acima citado.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação bem como a Minuta de Contrato que o integra.

2.2. Caso nos venha a ser adjudicado o objeto do presente Pregão, este será executado em estrita observância ao disposto no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026** e aos seus Anexos.

3. PREÇO DO FORNECIMENTO

3.1. Para efeito deste Pregão, atribui-se como Preço Máximo a taxa máxima de 5% (cinco por cento) incidente sobre o total dos Valores Mobiliários distribuídos no mercado de capitais, das classes sênior e da classe mezanino, se houver, incluindo aqueles subscritos em caráter obrigatório pela Instituição Financeira, por meio da Operação de Securitização, de acordo com o item 8 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

3.2. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, no mínimo, contados a partir da data de sua apresentação.

3.3. A Remuneração abrange todos os custos, tributos, encargos e despesas necessárias à execução dos Serviços Contratados, até a emissão e distribuição dos Valores Mobiliários, notadamente a remuneração porventura devida aos subcontratados, na fase de estruturação e implementação, os emolumentos de registro da Oferta Pública, a publicação de avisos ou anúncios, e as despesas de divulgação (*road show*).

3.4. Em caso de divergências entre os valores apresentados nas propostas escritas, será adotado como critério de preferência o valor escrito por extenso sobre o expresso em algarismo.

Teresina, xxx de xxxx de 2026.

Assinatura e carimbo da proponente

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO Nº 00009.010671/2025-65

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada no (endereço completo)_____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ/PI.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante legal

ANEXO V

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR (ES)

PROCESSO Nº 00009.010671/2025-65

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

Declaro, para os devidos fins, que a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____/_____, Inscrição Estadual sob o número _____, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal; na Lei n.º 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999 e inciso V, do artigo 13, do Decreto n.º 3.555/2000, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante legal

ANEXO VI

ORÇAMENTO

DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	TAXA DE REMUNERAÇÃO %
O objeto deste Pregão consiste na contratação de instituição financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela CVM para atuar no sistema de distribuição de valores mobiliários (Instituição Financeira), de forma isolada ou em consórcio, para assessorar tecnicamente o Estado na estruturação e na implementação de operação de securitização de recebíveis lastreada em créditos tributários (Operação de Securitização).	Unidade	1	



Documento assinado eletronicamente por **EMILIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JUNIOR - Matr.0434161-9, Secretário(a) da Fazenda**, em 10/03/2026, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0022896441** e o código CRC **C47C284B**.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

ESTRUTURAÇÃO DE OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ

PRODUTO 2
ESTUDO DE VIABILIDADE - ATUALIZAÇÃO

SÃO PAULO
FEVEREIRO/2026

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
2. ANÁLISE PRELIMINAR DO ESTOQUE/FLUXO DE RECEBÍVEIS	3
3. ESTRUTURA CONCEITUAL DA OPERAÇÃO	10
4. AVALIAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS – SEGMENTO RENDA FIXA	12
5. PARÂMETROS PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	20
6. ALTERNATIVAS PARA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO	25

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório refere-se à atualização das informações e dos valores relativos aos direitos creditórios do estado do Piauí, conforme apresenta-se nesta Análise de Viabilidade - Produto 2, a partir das informações repassadas pela SEFAZ/PI à equipe FIPE, nas datas de 16/01/2026, 30/01/2026 e 03/02/2026.

Registra-se que a atualização da Análise de Viabilidade – Produto 2, foi solicitada pela SEFAZ/PI, tendo em vista que as tratativas de contratação direta com o Banco do Brasil, para a estruturação e distribuição da operação de securitização, não evoluíram e, assim, prioriza-se a retomada do projeto, visando a licitação de uma instituição financeira para assessoria técnica nas atividades de estruturação e de distribuição de uma operação de securitização dos direitos creditórios do estado do Piauí.

A partir das análises das informações recebidas e interações com a equipe técnica da SEFAZ/PI, conclui-se os estudos de viabilidade na data 09/02/2026. No processo de avaliação para aferir a viabilidade de realização da operação de securitização dos direitos creditórios, com base no fluxo de recebíveis e suas características, abordou-se os seguintes tópicos:

- a) Análise preliminar do estoque/fluxo de recebíveis, bem como a inexistência de ônus, gravames ou quaisquer limitações de alienação incidente sobre os mesmos;
- b) Estrutura conceitual da operação de securitização;
- c) Avaliação do mercado de capitais - segmento renda fixa; e,
- d) Apresentação de alternativas e parâmetros para a realização da operação de securitização.

2. ANÁLISE PRELIMINAR DO ESTOQUE/FLUXO DE RECEBÍVEIS

No período compreendido entre os dias 16/01/2026 a 09/02/2026, procedeu-se análise das informações recebidas (ordem cronológica de atualização das informações sobre o fluxo de recebimento está disposta no item 1) e, quando necessário, houve contatos diversos por meio de WhatsApp com técnicos da SEFAZ/PI para esclarecimentos de determinados pontos específicos das informações recebidas. Além disso, realizou-se videoconferência com a equipe técnica da SEFAZ/PI, na data de 27/01/2026, para entendimentos relativos às informações recebidas e esclarecimentos sobre temas inerentes ao Estudo de Viabilidade - Produto 2, conforme tópicos abaixo abordados:

- a) Natureza econômica dos créditos tributários relativos a Programa de Parcelamentos e estoque da dívida ativa (não parcelados) “direitos creditórios”;
- b) Legislação estadual sobre a constituição de Programa de Parcelamentos;
- c) Processo de originação e formalização dos direitos creditórios;
- d) Critérios de correção e atualização da carteira de direitos creditórios – fluxo de parcelamentos;
- e) Mecanismo de recebimento/arrecadação dos direitos creditórios;
- f) Principais aspectos quantitativos dos direitos creditórios, tais como saldos em aberto, parcelas vincendas (programa de parcelamentos) e fluxo de recebimento esperado, além de histórico de recebimento de exercícios anteriores.

Registra-se que a SEFAZ/PI decidiu dispor somente de direitos creditórios originários de créditos tributários inscritos e não inscritos em dívida ativa para fins de securitização, os quais servirão de lastro para a emissão de valores mobiliários no âmbito do mercado de capitais.

Nas informações prestadas, verifica-se a existência de créditos tributários inscritos e não inscritos em dívida ativa em programas de parcelamentos, cuja atualização é pela Taxa Selic.

Relativamente às demais informações colhidas junto aos técnicos da SEFAZ/PI, verifica-se que o processo de originação do direito creditório é automatizado, controlado por sistema de informação e formalizado por meio de CDA – Certidão de Dívida Ativa, quando inscrito em dívida ativa. Com relação ao mecanismo de arrecadação, constata-se a emissão de documentos de arrecadação/boletos para posterior pagamento pelos contribuintes na rede arrecadadora (bancos), cujos recursos financeiros são direcionados ao banco centralizador e depositados na conta única do estado do Piauí.

Considera-se, com base nos materiais recebidos e nas interações com a equipe técnica da SEFAZ/PI, a inexistência de quaisquer ônus, gravames ou limitações à alienação do fluxo de recebíveis “direitos creditórios”, na presente data. A confirmação deste fato deverá ser avaliada por assessoria legal a ser contratada por uma instituição financeira visando à estruturação e distribuição da operação de securitização dos direitos creditórios, com a emissão de opinião conclusiva a este respeito.

Pressupõe-se que não há óbice para a venda em definitivo dos direitos creditórios, portanto, passou-se à avaliação do estoque e do fluxo financeiro de créditos tributários inscritos

e não inscritos em dívida ativa, para fins de diagnóstico sobre a viabilidade de realização de uma operação de securitização junto ao mercado de capitais.

A Tabela 1, a seguir, apresenta valores relativos ao estoque conforme a categorização indicada dos créditos tributários de titularidade do estado do Piauí, na posição de 06/01/2026.

TABELA 1 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	VALOR (R\$)
1 - Valor total de créditos <u>inscritos</u> em dívida ativa	9.196.709.120
1.1. Originados de transação, negócio jurídico processual ou confissão de dívida (parcelamentos especiais).	0
1.2. Originados de adesão à programa de parcelamento, especial ou não, ainda que rompido, cancelado ou rescindido.	111.934.540
1.3. Originados de declaração fiscal sem o respectivo recolhimento da obrigação tributária.	1.550.137.940
1.4. Originados de lançamento tributário não impugnado na fase administrativa e para o qual não caiba mais reclamação ou recurso, nos termos do art. 145, I, do Código Tributário Nacional, e não impugnado ou contestado judicialmente.	1.203.206.300
1.5. Outros créditos não classificados nos subitens anteriores.	6.331.430.340
2 - Valor total de créditos <u>não inscritos</u> em dívida ativa	2.401.430.800
2.1. Originados de adesão a programa de parcelamento, especial ou não, ainda que rompido, cancelado ou rescindido.	355.851.330
2.2. Originados de declaração fiscal sem o respectivo recolhimento da obrigação tributária.	655.399.750
2.3. Originados de lançamento tributário não impugnado na fase administrativa e para o qual não caiba mais reclamação ou recurso, nos termos do art. 145, I, do Código Tributário Nacional, e não impugnado ou contestado judicialmente.	8.034.460
2.4. Outros créditos não classificados nos subitens anteriores.	1.382.145.260
3 - TOTAL (1) + (2)	11.598.139.920

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Posição: 06/01/2026.

Nos termos previstos na Lei Complementar 208/2024, além de outras condicionantes, a cessão dos direitos creditórios deverá abranger apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito, assim como recair somente sobre o produto de créditos já constituídos e reconhecidos pelo devedor ou contribuinte, inclusive mediante a formalização de parcelamento (art. 1º, § 1º, V).

Neste sentido, deve-se excluir para possível cessão, valores não reconhecidos pelos contribuintes, estabelecendo assim, nova base a seguir demonstrada, na posição de 06/01/2026, conforme Tabela 2 abaixo:

TABELA 2 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RECONHECIDOS PELOS CONTRIBUINTES

CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	VALOR (R\$)
1 - Valor total de créditos <u>inscritos</u> em dívida ativa	2.865.278.780
1.1. Originados de transação, negócio jurídico processual ou confissão de dívida (parcelamentos especiais).	0
1.2. Originados de adesão à programa de parcelamento, especial ou não, ainda que rompido, cancelado ou rescindido.	111.934.540
1.3. Originados de declaração fiscal sem o respectivo recolhimento da obrigação tributária.	1.550.137.940
1.4. Originados de lançamento tributário não impugnado na fase administrativa e para o qual não caiba mais reclamação ou recurso, nos termos do art. 145, I, do Código Tributário Nacional, e não impugnado ou contestado judicialmente.	1.203.206.300
2 - Valor total de créditos <u>não inscritos</u> em dívida ativa	1.019.285.540
2.1. Originados de adesão a programa de parcelamento, especial ou não, ainda que rompido, cancelado ou rescindido.	355.851.330
2.2. Originados de declaração fiscal sem o respectivo recolhimento da obrigação tributária.	655.399.750
2.3. Originados de lançamento tributário não impugnado na fase administrativa e para o qual não caiba mais reclamação ou recurso, nos termos do art. 145, I, do Código Tributário Nacional, e não impugnado ou contestado judicialmente.	8.034.460
3 - TOTAL (1) + (2)	3.884.564.320

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Posição: 06/01/2026.

Parte relevante para o processo de securitização dos direitos creditórios concentra-se no programa de parcelamentos. Na Tabela 3, a seguir, demonstra-se, por ano, o fluxo de parcelas vincendas do programa de parcelamentos, na posição de 06/01/2026.

**TABELA 3 – FLUXO FINANCEIRO DE PARCELAMENTOS
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Valores em R\$

ANO	NÃO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA	INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA	TOTAL
2026	112.018.430	31.752.620	143.771.050
2027	85.957.510	26.337.890	112.295.400
2028	74.062.160	22.821.370	96.883.530
2029	65.747.770	20.983.180	86.730.950
2030	17.741.070	10.026.680	27.767.750
2031	210.760	12.800	223.560
2032	113.630	0	113.630
TOTAL	355.851.330	111.934.540	467.785.870

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Posição: 06/01/2026.

Adicionalmente, verificou-se o fluxo de recebimento da dívida ativa tributária em anos anteriores, exceto os originários de parcelamentos, conforme disposto na Tabela 4 da página seguinte.

**TABELA 4 – FLUXO VEGETATIVO DE PAGAMENTO DE CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, NÃO ORIGINÁRIOS DE
PARCELAMENTOS**

ANO	VALOR ORIGINAL (R\$)	VALOR A PREÇOS DE DEZEMBRO/2025 (R\$) [1]
2021	10.214.880	12.356.714
2022	6.841.330	7.823.243
2023	9.156.320	10.008.014
2024	10.703.650	11.160.094
2025	8.097.500	8.097.500
TOTAL	45.013.680	49.445.565
MÉDIA	9.002.736	9.889.113

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Posição: 06/01/2026.

[1] Valor original atualizado pelo IPCA/IBGE compreendido entre janeiro do ano seguinte até dezembro/2025. Utilizou-se a calculadora do cidadão disponibilizada no site BACEN para realização dos cálculos. Endereço eletrônico:

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

Conforme estabelecido na Lei Complementar 208/2024, a cessão dos direitos creditórios não poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras constitucionais, pertençam a outros entes da Federação (art. 1º, § 3º).

Com base nas informações prestadas pela equipe SEFAZ/PI, do total de créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes, aqueles não inscritos em dívida ativa, representam cerca de 93% ao ICMS, 4% ao IPVA e 3% ao ITCMD. Registra-se que a cota-parte destinada aos municípios é de 25% para a arrecadação de ICMS e de 50% para IPVA. Já o ITCMD a arrecadação é 100% de titularidade do Estado. Verifica-se, mediante cálculos, que o repasse aos municípios é de 25,25% do que se arrecada com os impostos acima mencionados.

Também como base nas informações prestadas pela SEFAZ/PI, para os créditos tributários inscritos em dívida ativa, considera-se 100% como originários do ICMS, portanto com repasse de 25% aos municípios.

Em observância ao dispositivo legal, atendidas as demais condições previstas na mencionada lei, e na edição de lei autorizativa específica para a realização da cessão dos direitos creditórios de titularidade do estado do Piauí, apresenta-se o fluxo de recebíveis apto para possível realização de cessão, na posição de 06/01/2026, conforme Tabela 5, a seguir:

TABELA 5 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE CESSÃO

Valores em R\$

CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	VALOR BRUTO	REPASSE MUNICÍPIOS	VALOR LÍQUIDO
1. Valores parcelados – <u>não inscritos</u> em dívida ativa [1]	355.851.330	89.852.461	265.998.869
2. Valores parcelados - <u>inscritos</u> em dívida ativa [2]	111.934.540	27.983.635	83.950.905
3. Demais valores - <u>não inscritos</u> em dívida ativa [1]	663.434.210	167.517.138	495.917.072
4. Demais valores - <u>inscritos</u> em dívida ativa [2]	2.753.344.240	688.336.060	2.065.008.180
Total de créditos passíveis de cessão	3.884.564.320	973.689.294	2.910.875.026

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Posição: 06/01/2026.

[1] 93% referem-se ao ICMS, 4% ao IPVA e 3% ao ITCMD. Cota-parte destinada aos municípios: 25% da arrecadação de ICMS e de 50% para IPVA. ITCMD: 100% da arrecadação pertencente ao Estado.

[2] Considera-se 100% originários de ICMS. Cota-parte destinada aos municípios: 25% da arrecadação do ICMS.

Conclui-se que o fluxo de recebíveis existente – Tabela 5, na data de 06/01/2026, além de não possuir impedimentos/limitações para possível alienação dos direitos creditórios, apresenta montante financeiro adequado para a realização de uma operação de securitização dos direitos creditórios de titularidade do estado do Piauí.

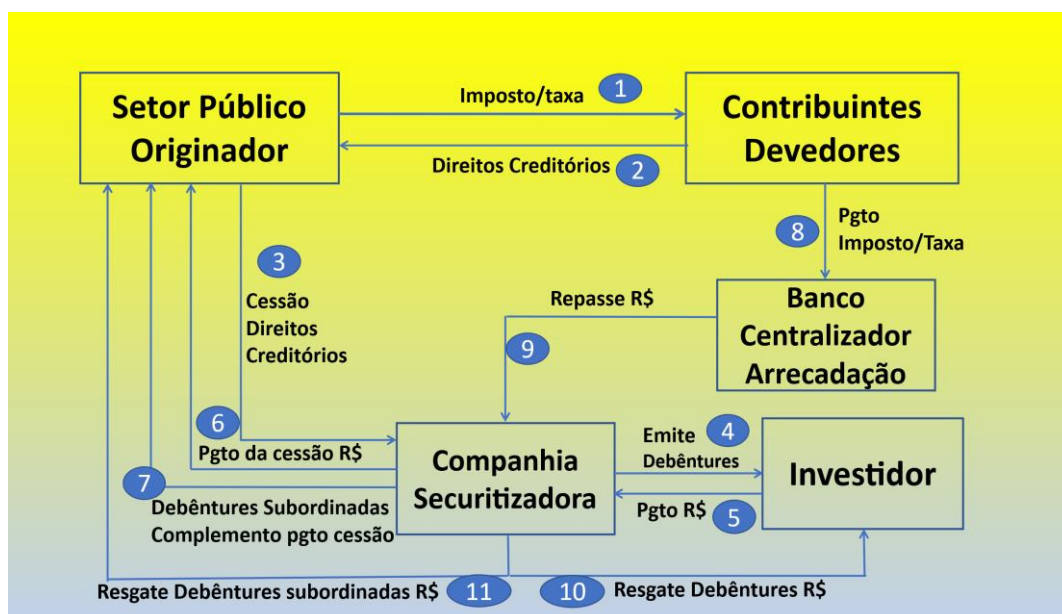
Na página seguinte, apresenta-se estrutura conceitual de uma operação de securitização de direitos creditórios, podendo ser realizada por uma companhia securitizadora ou por um FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (veículos securitizadores), a saber:

- (i) emissão de valores mobiliários – debêntures, emitidas por uma companhia securitizadora; e,
- (ii) emissão de valores mobiliários – cotas de FIDC, emitidas por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

3. ESTRUTURA CONCEITUAL DA OPERAÇÃO

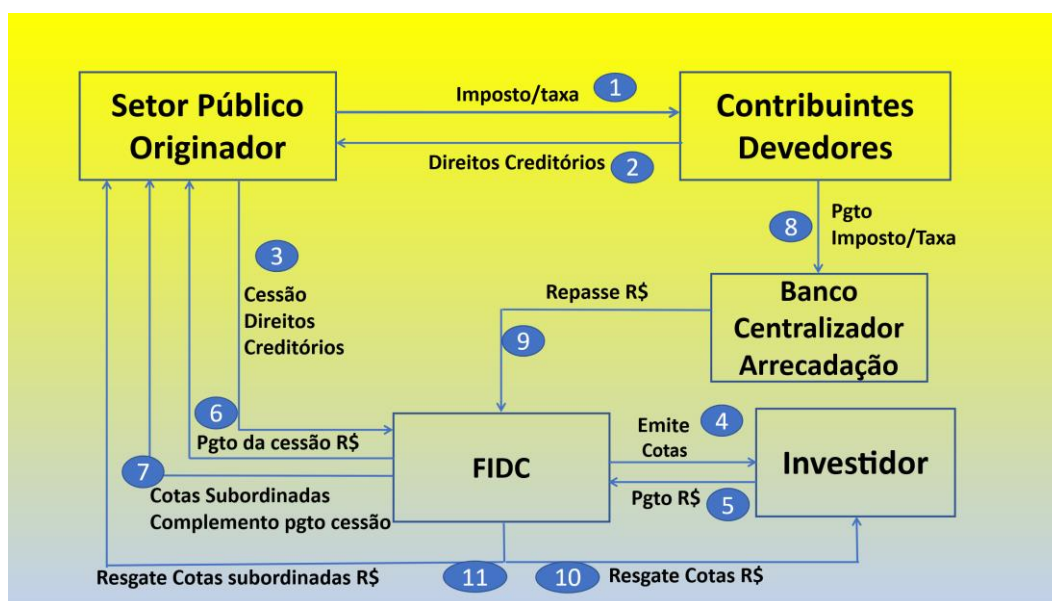
Verificada a viabilidade de realização de operação de securitização do fluxo de recebíveis, apresenta-se a seguir alternativas de estrutura conceitual de operação com lastro em direitos creditórios.

FIGURA 1 – ESTRUTURA EMISSÃO DE DEBÊNTURES



Elaboração: Equipe Fipe.

FIGURA 2 – ESTRUTURA FUNDO DIREITOS CREDITÓRIOS



Elaboração: Equipe Fipe.

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES

- 1 -** Setor Público é o originador dos impostos/taxas para os contribuintes.
- 2 -** Contribuintes que não pagaram seus impostos geraram direitos creditórios ao Setor Público.
- 3 -** Setor Público realizará cessão onerosa dos direitos creditórios a uma Companhia Securitizadora ou FIDC.
- 4 -** O veículo securitizador (se Companhia Securitizadora) emitirá Debêntures – Classe Sênior/Mezanino com lastro no fluxo de recebíveis (garantia real) aos investidores. O veículo securitizador (se FIDC) emitirá Cotas – Classe Sênior/Mezanino com lastro no fluxo de recebíveis (garantia real) aos investidores.
- 5 -** Investidores realizarão os pagamentos R\$ pelas aquisições dos títulos (Debêntures ou Cotas de FIDC).
- 6 -** Veículo securitizador realizará o pagamento R\$ ao Setor Público relativo aos recursos captados junto aos investidores.
- 7 -** Veículo securitizador emitirá ao Setor Público, Debêntures (se Companhia Securitizadora) ou Cotas (se FIDC), classe subordinada, como complemento do pagamento da cessão onerosa dos direitos creditórios.
- 8 -** Contribuintes devedores realizarão os pagamentos R\$ dos direitos creditórios (impostos/taxas) na rede conveniada de arrecadação do Setor Público. Os recursos serão transferidos pela rede arrecadadora para o Banco centralizador da arrecadação do Setor Público.
- 9 -** O Banco centralizador da arrecadação transferirá para a conta do veículo securitizador (Companhia Securitizadora ou FIDC) os recursos financeiros da parte que foi cedida na forma prevista no contrato de cessão onerosa dos direitos creditórios.
- 10 -** O veículo securitizador (Companhia Securitizadora ou FIDC) realizará os pagamentos R\$ aos investidores pelos resgates dos ativos classes Sênior/Mezanino.
- 11 -** O veículo securitizador (Companhia Securitizadora ou FIDC) realizará o pagamento R\$ ao Setor Público pelo resgate dos ativos classe Subordinada.

4. AVALIAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS – SEGMENTO RENDA FIXA

Verificada a viabilidade de realização de uma operação financeira com lastro no fluxo de recebíveis de titularidade do estado do Piauí, bem como a apresentação de estrutura conceitual de uma operação de securitização (Itens 2 e 3), há necessidade de avaliação das condições de mercado voltadas para o segmento de renda fixa - RF, visando a constatação ou não de ambiente de negócio favorável à distribuição da operação de securitização no mercado de capitais.

Neste sentido, analisou-se o comportamento do mercado de capitais a partir de dados extraídos de fonte pública – site da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, posição de setembro/2025, conforme Tabelas a seguir:

TABELA 6 – RANKING ANBIMA / COORDENADORES DE OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO – POSIÇÃO: SETEMBRO/2025

Coordenadores	Renda Fixa - RF / Securitização 2025		
	Ranking 2025	R\$ mil	Participação
ITAU BBA	1º	18.427.973	26,81%
XP INVESTIMENTOS	2º	9.927.828	14,44%
BRADESCO BBI	3º	6.929.219	10,08%
BTG PACTUAL	4º	6.752.033	9,82%
SANTANDER	5º	6.636.234	9,65%
SAFRA	6º	5.658.841	8,23%
BB-BI	7º	3.746.054	5,45%
BR PARTNERS	8º	1.933.554	2,81%
UBS BB	9º	1.700.024	2,47%
VOTORANTIM	10º	1.629.193	2,37%
ABC BRASIL	11º	990.148	1,44%
GALAPAGOS CAPITAL INVEST.	12º	957.866	1,39%
BNP PARIBAS	13º	700.000	1,02%
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	14º	586.512	0,85%
OPEA SECURITIZADORA	15º	560.014	0,81%
CEF	16º	345.000	0,50%
MODAL	17º	283.710	0,41%
RABOBANK	18º	201.483	0,29%
DAYCOVAL	19º	175.015	0,25%
PLANNER	20º	162.000	0,24%
INTER	21º	123.393	0,18%
One Corporate	22º	122.000	0,18%

Coordenadores	Renda Fixa - RF / Securitização 2025		
	Ranking 2025	R\$ mil	Participação
GENIAL CV	23º	77.085	0,11%
BANCO BS2	24º	40.000	0,06%
ASA ASSET 2 GESTÃO DE RECURSOS LTDA	25º	36.000	0,05%
BAMBOO SEC	26º	34.000	0,05%
ORIZ ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA	27º	4.844	0,01%
Total		68.740.023	100,00%

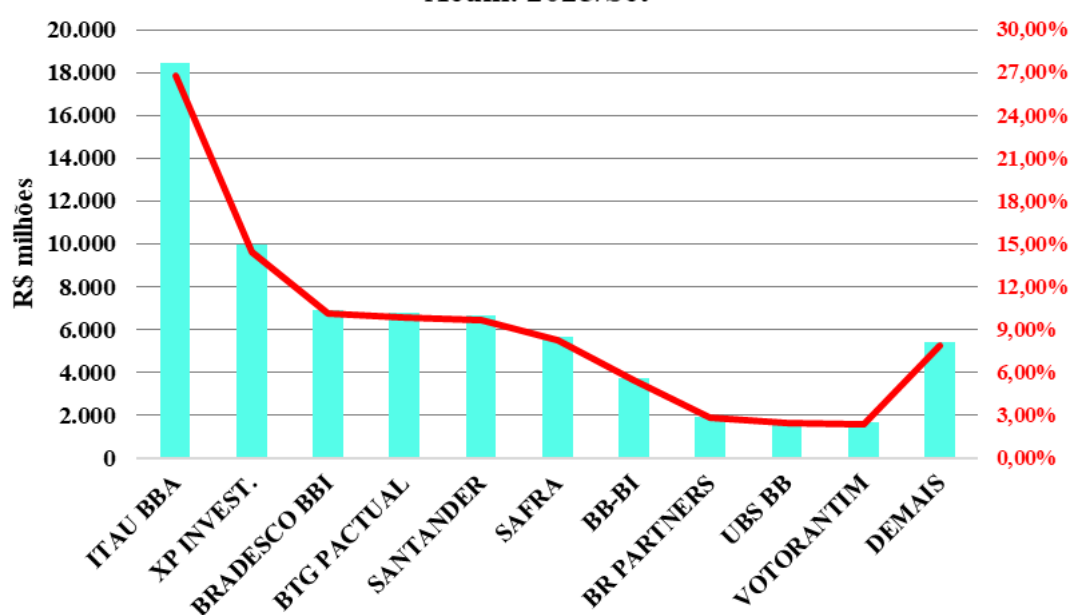
Fonte: Ranking Anbima de Renda Fixa e Híbridos - Originação, posição Setembro/2025, publicado em 30/10/2025, conforme consulta realizada no dia 10/11/2025, no seguinte Endereço Eletrônico:

<https://data.anbima.com.br/publicacoes/ranking-de-renda-fixe-e-hibridos>.

Elaboração: Equipe Fipe.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DE MERCADO

Coordenadores R.F. Securitização (10 maiores)
Acum. 2025/Set



Fonte: ANBIMA. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 7 - RANKING ANBIMA / DISTRIBUIDORES DE OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO – POSIÇÃO: SETEMBRO/2025

Distribuidores	Renda Fixa - RF / Securitização 2025		
	Ranking 2025	R\$ mil	Participação
ITAU BBA	1º	11.655.853	24,33%
XP INVESTIMENTOS	2º	6.579.220	13,73%
SAFRA	3º	5.578.603	11,64%
BRADESCO BBI	4º	5.019.693	10,48%
BTG PACTUAL	5º	4.681.833	9,77%
SANTANDER	6º	3.883.300	8,11%
BB-BI	7º	3.238.383	6,76%
BR PARTNERS	8º	1.119.110	2,34%
GALAPAGOS CAPITAL INVEST.	9º	957.866	2,00%
VOTORANTIM	10º	745.457	1,56%
UBS BB	11º	694.622	1,45%
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	12º	586.512	1,22%
OPEA SECURITIZADORA	13º	560.014	1,17%
BNP PARIBAS	14º	512.000	1,07%
INTER	15º	489.597	1,02%
ABC BRASIL	16º	473.495	0,99%
RABOBANK	17º	201.483	0,42%
DAYCOVAL	18º	194.783	0,41%
PLANNER	19º	162.000	0,34%
GENIAL CV	20º	146.411	0,31%
DEMAIS INSTITUIÇÕES		430.214	0,90%
Total		47.910.449	100,00%

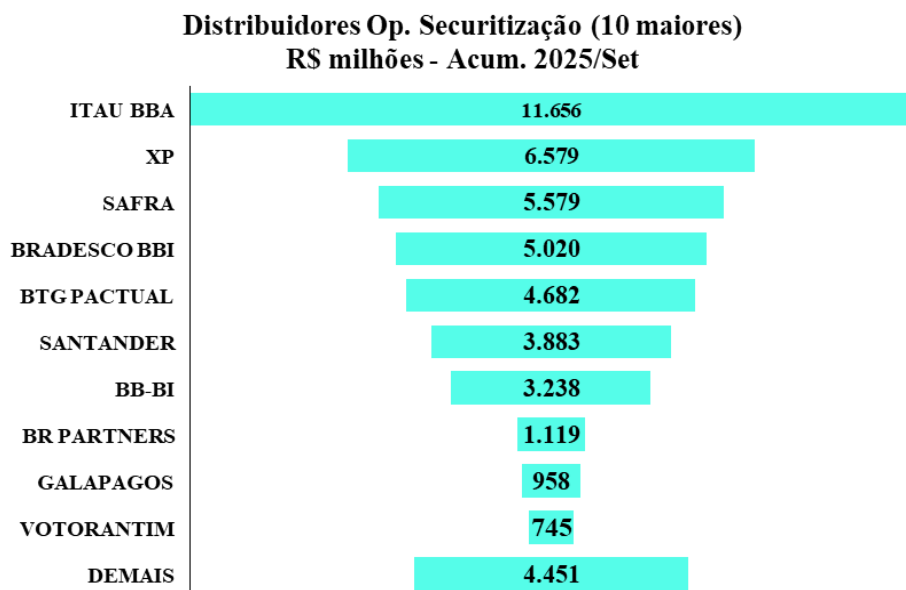
Fonte: Ranking Anbima de Renda Fixa e Híbridos - Distribuição, posição Setembro/2025, publicado em 30/10/2025, conforme consulta realizada no dia 10/11/2025, no seguinte

Endereço Eletrônico:

<https://data.anbima.com.br/publicacoes/ranking-de-renda-fixe-e-hibridos>.

Elaboração: Equipe Fipe.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DE MERCADO



Fonte: ANBIMA. Elaboração: Equipe Fipe.

**TABELA 8 – ANBIMA / BOLETIM DE MERCADO DE CAPITAIS / INVESTIDORES
EM CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO – CRA**

POSIÇÃO: SETEMBRO/2025 – (Valores em R\$ milhões)

Mês	Investidores Institucionais	Fundos de Investimento	Intermediários ligados à Oferta	Subtotal	Pessoas Físicas	Total
jan/25	1	876	1.231	2.108	167	2.275
fev/25	39	365	493	897	1.229	2.126
mar/25	37	260	280	577	1.175	1.752
abr/25	57	124	1.289	1.470	1.834	3.304
mai/25	34	218	397	649	2.183	2.832
jun/25	58	140	689	887	1.174	2.061
jul/25	145	276	379	800	1.520	2.320
ago/25	80	521	2.560	3.161	3.325	6.486
set/25	270	107	3.181	3.558	2.503	6.061
TOTAL	721	2.887	10.499	14.107	15.110	29.217

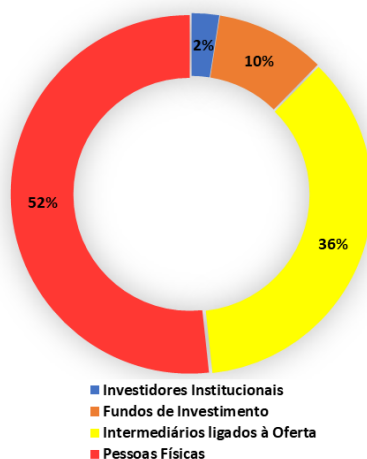
Fonte: Boletim de mercado de capitais, posição Setembro/2025, publicado em 20/10/2025, conforme consulta realizada no dia 10/11/2025, no seguinte Endereço eletrônico:

<https://data.anbima.com.br/publicacoes/boletim-de-mercado-de-capitais/setembro-tem-segundo-maior-resultado-do-ano-em-volume-encerrado-impulsionado-por-debentures-e-retomada-de-fidc>

Elaboração: Equipe Fipe.

GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO INVESTIDORES EM CRA

Participação Investidores em CRA - Acum. 2025/Set



Fonte: ANBIMA. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 9 – ANBIMA / BOLETIM DE MERCADO DE CAPITAIS / INVESTIDORES EM CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS – CRI

POSIÇÃO: SETEMBRO/2025

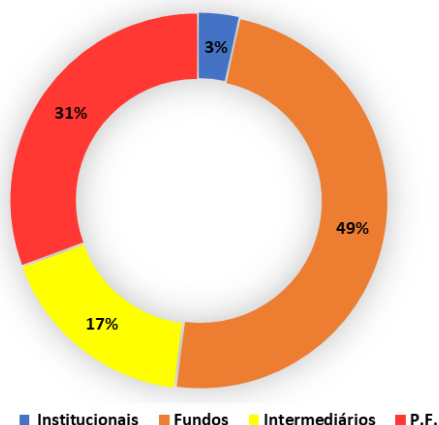
INVESTIDORES / CRI - CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS						
Valores em R\$ milhões						
Mês	Investidores Institucionais	Fundos de Investimento	Intermediários ligados à Oferta	Subtotal	Pessoas Físicas	Total
jan/25	411	2.150	420	2.981	1.125	4.106
fev/25	49	1.019	238	1.306	1.113	2.419
mar/25	24	2.566	915	3.505	1.438	4.943
abr/25	94	3.184	481	3.759	525	4.284
mai/25	258	1.082	286	1.626	1.090	2.716
jun/25	104	3.520	629	4.253	1.352	5.605
jul/25	91	1.280	949	2.320	1.106	3.426
ago/25	17	816	978	1.811	655	2.466
set/25	133	1.121	1.068	2.322	2.149	4.471
TOTAL	1.181	16.738	5.964	23.883	10.553	34.436

Fonte: Boletim de mercado de capitais, posição Setembro/2025, publicado em 20/10/2025, conforme consulta realizada no dia 10/11/2025, no seguinte Endereço eletrônico: <https://data.anbima.com.br/publicacoes/boletim-de-mercado-de-capitais/setembro-tem-segundo-maior-resultado-do-ano-em-volume-encerrado-impulsionado-por-debentures-e-retomada-de-fidc>

Elaboração: Equipe Fipe.

GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO INVESTIDORES EM CRI

Participação Investidores em CRI - Acum. 2025/Set



Fonte: ANBIMA. Elaboração: Equipe Fipe.

**TABELA 10 – ANBIMA / BOLETIM DE MERCADO DE CAPITAIS /
INVESTIDORES EM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
POSIÇÃO: SETEMBRO/2025**

INVESTIDORES / COTAS DE FIDC - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - Valores em R\$ milhões							
Mês	Investidores Institucionais	Fundos de Investimento	Intermediários ligados à Oferta	Subtotal	Pessoas Físicas	Investidores Estrangeiros	Total
jan/25	291	2.316	810	3.417	96	8	3.521
fev/25	239	3.723	2.057	6.019	183	4	6.206
mar/25	255	2.698	2.372	5.325	412	40	5.777
abr/25	159	5.751	2.684	8.594	470	40	9.104
mai/25	378	4.554	416	5.348	493	0	5.841
jun/25	1.458	4.559	3.568	9.585	896	1	10.482
jul/25	154	4.837	292	5.283	473	18	5.774
ago/25	535	2.723	2.046	5.304	478	3	5.785
set/25	532	6.525	988	8.045	608	0	8.653
TOTAL	4.001	37.686	15.233	56.920	4.109	114	61.143

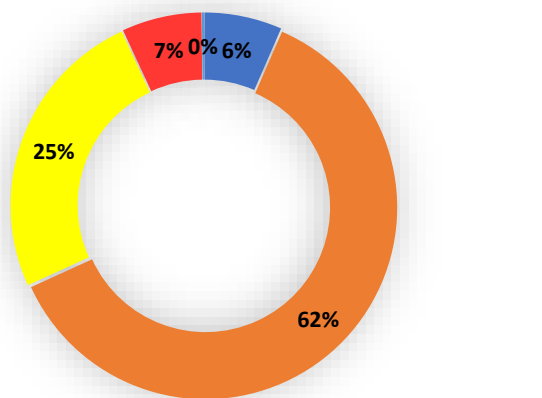
Fonte: Boletim de mercado de capitais, posição Setembro/2025, publicado em 20/10/2025, conforme consulta realizada no dia 10/11/2025, no seguinte Endereço eletrônico:

<https://data.anbima.com.br/publicacoes/boletim-de-mercado-de-capitais/setembro-tem-segundo-maior-resultado-do-ano-em-volume-encerrado-impulsionado-por-debentures-e-retomada-de-fidc>

Elaboração: Equipe Fipe.

GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO INVESTIDORES EM FIDC

Participação Investidores em FIDC- Acum. 2025/Set



■ Institucionais ■ Fundos ■ Interm. ■ P.F. ■ Estrangeiros

Fonte: ANBIMA. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 11 – ANBIMA / RANKING DE GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO - POSIÇÃO: SETEMBRO/2025

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - POR CATEGORIA ANBIMA						
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E ASSETS - R\$ milhões						
Gestor	Renda Fixa	Multimercados	Previdência	Outros [1]	Total	%
BB ASSET	1.224.517	21.595	423.771	98.650	1.768.534	17,51
ITAU UNIBANCO	677.739	165.228	270.316	80.029	1.193.312	11,82
BRADESCO	492.261	55.161	297.325	49.826	894.573	8,86
CAIXA ASSET	359.127	7.702	186.790	12.098	565.717	5,60
BTG PACTUAL	172.162	112.862	33.333	237.320	555.678	5,50
BRL DTVM	2.278	6.179	0	441.246	449.703	4,45
BANCO SANTANDER	256.181	30.864	108.041	7.362	402.447	3,98
REAG INVESTIMENTOS	1.018	137.689	87	203.788	342.581	3,39
XP ASSET	74.878	70.513	23.825	58.525	227.741	2,25
SICREDI	148.640	1.508	7.147	224	157.518	1,56
OPPORTUNITY ASSET	5.208	20.619	120	126.093	152.040	1,51

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - POR CATEGORIA ANBIMA						
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E ASSETS - R\$ milhões						
Gestor	Renda Fixa	Multimercados	Previdência	Outros [1]	Total	%
KINEA INVEST.	39.821	9.024	57.235	43.620	149.699	1,48
SAFRA	69.441	17.597	10.110	4.245	101.394	1,00
OLIVEIRA TRUST DTVM	5.864	7.337	0	73.029	86.230	0,85
PLURAL	5.099	12.822	1.371	55.029	74.321	0,74
DEMAIS	607.961	740.205	227.757	1.402.480	2.978.403	29,49
TOTAL	4.142.195	1.416.903	1.647.227	2.893.564	10.099.890	100,00

[1] Categoria: Ações, Cambial, ETF, FIDC, FIP, FII e Off-Shore.

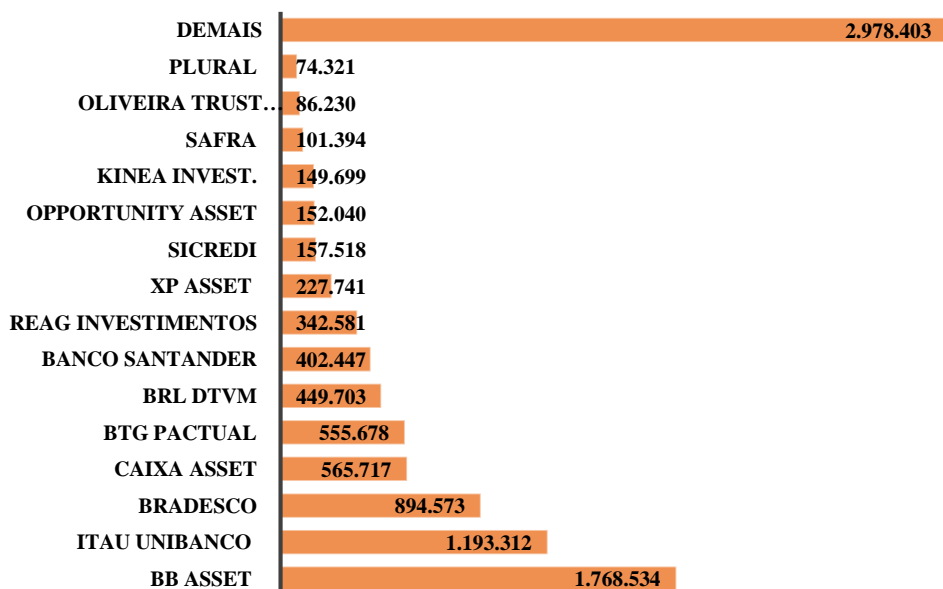
Fonte: Ranking de Gestão de Fundos de Investimento, patrimônio líquido por categoria ANBIMA, posição Setembro/2025, publicado em 21/10/2025, conforme consulta realizada no dia 10/11/2025, no seguinte Endereço eletrônico:

<https://data.anbima.com.br/publicacoes/ranking-de-gestores-de-fundos-de-investimento>

Elaboração: Equipe Fipe.

GRÁFICO 6 – RANKING ANBIMA / GESTÃO DE FUNDOS

Ranking ANBIMA Gestão de Fundos, R\$ milhões - Set/2025



Fonte: ANBIMA. Elaboração: Equipe Fipe.

Os fundos de investimento, em especial, dos segmentos de Renda Fixa, Multimercados e Previdência, são os principais investidores das operações de securitização. Os três segmentos referidos, apresentam patrimônio líquido na casa dos R\$ 7,2 trilhões, demonstrando capacidade financeira e potencial para investimentos em operações do segmento de renda fixa, no qual se inclui as operações de securitização.

Verifica-se nas estruturas de securitização com emissões dos CRA, CRI e cotas de FIDC, a presença significativa de investidores do segmento institucional (fundos de pensão, seguradoras, bancos, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e gestora de recursos), além dos fundos de investimento e de intermediários ligados à oferta (instituições financeiras – coordenadores e distribuidores das operações).

Diante das constatações acima, observa-se que o ambiente de negócios voltado para emissões de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais se mostra ativo, com instituições financeiras atuando na coordenação e distribuição das operações e, de outro lado, a forte presença de investidores das operações de securitização de variados setores da economia.

Portanto, conclui-se que há mercado firme para emissão de operação de securitização na forma pretendida pelo estado do Piauí.

5. PARÂMETROS PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

Por tratar-se de operações de securitização exitosas – segmento setor público, é razoável analisar as condições de estruturação e conhecer as informações gerais relativas à operação de securitização dos direitos creditórios realizada pelo estado de Minas Gerais e nas três emissões feitas pela Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, referentes às operações de securitização dos direitos creditórios de titularidade do estado de São Paulo, na forma apresentada na tabela a seguir:

**TABELA 12 – OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO REALIZADAS PELOS
ESTADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO**

	Série Única (1) MG	1ª EMISSÃO em Duas Séries (2) SP	2ª EMISSÃO em Duas Séries (3) SP	3ª EMISSÃO Série Única (4) SP
FLUXO CEDIDO R\$ MM	1.819	2.080	5.904	
DATA EM. DEB GAR. REAL	set-12	mar-12	dez-14	jul-15
DEB. GAR. REAL R\$ MM	316	600	800	740
CUSTO ESTR/DISTR. R\$ MM	8,25	N/D	15	15,37
CAPTAÇÃO LÍQUIDA R\$ MM	307,75	600	785	724,63
DESTINAÇÃO	Amortização Debêntures. Subordinadas	Pagamento Cessão	Pagamento Cessão	Amortização. Debêntures Subordinadas
LASTRO	Parcelamentos	Parcelamentos	Parcelamentos	Parcelamentos
TAXA	DI + 3,25% aa	DI + 2,90% aa	DI + 2,60% aa	DI + 2,50% aa
PRAZO AMORT.	60 meses	46 meses	60 meses	60 meses
COLOCAÇÃO	Gar. Firme	Melhores. Esforços	Melhores Esforços	Gar. Firme
DATA EMISSÃO DEB SUBORD	jul-12	mar-12	dez-14	
DEB. SUBORD. R\$ MM	1.819	1.154	5.119	
TAXA	85% do DI	Até 100% Selic Cap. Simples	12,28% aa	
PRAZO	120 meses	156 meses	115 meses	
ICSD FLUXO CEDIDO/ DEB GR	5,8	3,5	7,4	3,8

Fonte: Informações extraídas dos Prospectos definitivos da emissão de MG e da 3ª emissão de SP

(1) A captação com a emissão no valor de R\$ 307,75 MM foi destinada para pagamento das Debêntures Subordinadas de titularidade do Estado MG.

(2) Integralização de Capital na Securitizadora CPSEC: R\$ 326 MM. Com os recursos integralizados + captação (R\$ 600 MM), foram pagos ao Estado de SP parte da cessão em espécie (valor pago: R\$ 926 MM). A outra parte R\$ 1.154 MM foi paga com Debêntures Subordinadas, perfazendo R\$ 2.080 MM de Fluxo cedido à CPSEC.

(3) Fluxo Cedido: R\$ 5.904 MM à CPSEC; pagos ao Estado SP: R\$ 785 MM captados e com R\$ 5.119 MM em Debêntures Subordinadas emitidas pela CPSEC.

(4) A captação com a 3ª emissão no valor de R\$ 724,6 MM foi destinada para pagamento das Debêntures Subordinadas de titularidade do Estado SP emitidas na 2ª emissão.

Nota-se que as referidas operações foram realizadas no mercado de capitais e, em comum, apresentaram as seguintes características:

- a) Lastreadas no fluxo de recebimento oriundo de parcelamentos;
- b) Com taxa de remuneração DI + spread (2,50% a.a. a 3,25% a.a.);

c) Com prazo de até 60 meses (5 anos); e,

d) Com índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD de, pelo menos, 3,5 x.

Ressalta-se a necessidade de verificação de operações do setor privado, lastreadas em direitos creditórios, realizadas recentemente no mercado de capitais (informações extraídas de prospectos definitivos de domínio público), conforme Tabela a seguir:

TABELA 13 – OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

DATA	TIPO	LASTRO DIREITOS CREDITÓRIOS	VEÍC. SECURITIZ	SÉRIE	VALOR EMISSÃO R\$	RATING	TAXA A.A.	VENC.	REG. DISTR.
30/01/25	CRA	BOA SAFRA SEMENTES	OPEA SECURITIZADORA	1ª	380.074.000	MOODY'S AABr	15,41%	15/01/30	Gar. Firme
				2ª	59.718.000		DI + 0,40%	15/01/30	
				3ª	35.497.000		IPCA + 8,74%	15/01/32	
				4ª	24.711.000		IPCA + 8,95%	15/01/35	
					500.000.000				
27/02/25	FIDC	MULTICARTEIRA	FIDC XP	ÚNICA	240.000.000	AUSTIN brA	CDI + 2% (Alvo)	72 MESES	Melh. Esforços
08/04/25	FIDC	MULTICARTEIRA	FIDC XP	1ª Sên.	320.000.000	NÃO	CDI + 4% (Alvo)	7 ANOS	Melh. Esforços
				2ª Sub.	40.000.000		Sem Prioridade		
					360.000.000				
17/04/25	FIDC	MULTICARTEIRA	FIDC XP	ÚNICA	350.000.000	AUSTIN brA	CDI + 3% (Alvo)	5 ANOS	Melh. Esforços
16/05/25	CRI	MELNICK	VERT SECURITIZADORA	ÚNICA	100.000.000	MOODY'S	101% do DI	29/05/28	Gar. Firme
23/05/25	CRA	UBY AGROQUÍMICA	ECOAGRO SECURITIZADORA	1ª	228.199.000	NÃO	18,00%	22/05/28	Gar. Firme
				2ª	25.121.000		125% do DI	22/05/28	
				3ª	96.680.000		DI + 3,35%	21/05/29	
					350.000.000				
29/05/25	CRI	CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS	PROVÍNCIA SECURITIZADORA	1ª Sên.	262.500.000	MOODY'S AAABr	IPCA + 8,23%	17/05/32	Gar. Firme e Melh. Esf. col. Privada
				2ª Mez.	52.500.000		IPCA + 10%	17/05/32	
				3ª Sub.	35.000.000		IPCA + 11%	15/10/32	
					350.000.000				
30/10/25	CRI	TENDA CONSTRUTORA	OPEA SECURITIZADORA	1ª	89.108.000	S&P brA+	DI + 1,05%	15/10/30	Gar. Firme
				2ª	67.814.000		IPCA + 9,00	15/10/30	
				3ª	133.429.000		14,45%	15/10/30	
				4ª	9.649.000		IPCA + 8,99%	15/10/32	
					300.000.000				
31/10/25	CRI	LAVVI EMPREEN IMOBILIÁRIOS	OPEA SECURITIZADORA	1ª	257.981.000	S&P brAA	101% Taxa DI	15/10/32	Gar. Firme
				2ª	73.927.000		13,80%	15/10/35	
				3ª	68.092.000		IPCA + 7,89%	15/10/35	
					400.000.000				
05/11/25	CRA	JALLES MACHADO	ECOAGRO SECURITIZADORA	1ª	200.000.000	S&P brAAA	99% Taxa DI	15/10/31	Gar. Firme
				2ª	200.000.000		13,43%	15/10/35	
					400.000.000				

Fonte: Informações extraídas dos Prospectos definitivos das emissões, disponíveis nos sites das emissoras, CVM e B3.

Verifica-se que as emissões de valores mobiliários foram realizadas em diferentes veículos de securitização (compatível com a atividade-fim dos titulares dos direitos creditórios), com prazos de 3 anos a 10 anos e taxas de remuneração variadas (prefixadas, correção por IPCA + *spread* e DI + *spread*).

Registra-se que a atividade de distribuição de operações com emissão de valores mobiliários no mercado de capitais é competência restrita à instituição financeira (Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários – CTVM, Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM e Bancos de Investimento, Comercial e Múltiplo) autorizadas pelo Banco Central do Brasil na forma da Lei federal nº 4.595/1964 e alterações posteriores, Lei federal nº 4.728/1965 e alterações posteriores e Lei federal nº 6.385/1976 e alterações posteriores; Resoluções do CMN nº 5.008/2022, 5.046/2022 e 5.060/2023, todas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Ressalta-se que, além da observância da legislação comentada acima, deve-se obedecer, para fins de realização de operação com emissão de valores mobiliários, as resoluções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, notadamente as Resoluções nº 160/2022 e nº 161/2022, e suas respectivas alterações.

Assim, a distribuição da operação de securitização dos direitos creditórios, na forma pretendida pelo estado do Piauí, deverá ser realizada por uma instituição financeira, na qualidade de coordenador líder da operação, observando-se as opções de regimes de distribuição de operações no mercado de capitais, com as respectivas definições:

- 1) Melhores Esforços: o coordenador líder da operação se compromete a empenhar seus melhores esforços para distribuir os valores mobiliários no mercado, não se responsabilizando pela colocação parcial e/ou integral da emissão.

Risco: não há certeza de que a operação se realizará parcial ou integralmente como pretendida, pois a subscrição dependerá de demanda dos investidores (risco de não realizar a operação de securitização).

Vantagem: potencial aumento no interesse de instituições financeiras na participação no processo de estruturação e distribuição da operação de securitização no mercado, já que o coordenador líder não é obrigado a colocar a operação no mercado (não assume o compromisso em alocar recursos na operação).

- 2) Garantia Firme: o coordenador líder ficará obrigado a adquirir os títulos (remanescentes ou totalidade), caso não houver demanda dos investidores para a subscrição dos valores mobiliários.

Risco: probabilidade de redução ou até desinteresse de instituições financeiras no processo de estruturação e distribuição da operação (bancos assumem o compromisso em alocar recursos para aquisição da operação).

Vantagem: certeza de realização da operação, independentemente da demanda do mercado de capitais, no percentual estabelecido como garantia firme.

- 3) Misto: trata-se de regime com combinação de elementos dos regimes de melhores esforços e de garantia firme. Nesta modalidade, por exemplo, o coordenador líder poderá prestar garantia firme para uma parcela da emissão e envidar seus melhores esforços de distribuição para a outra parte restante.

Risco: não há a garantia de distribuição integral da operação (garantia é restrita à parte coberta pelo regime de garantia firme);

Vantagem: possibilita oferecer solução intermediária, permitindo que o Estado e o coordenador líder compartilhem os riscos e benefícios da operação. O regime misto permite adaptação às necessidades específicas da operação e dos participantes envolvidos.

- 4) Alternativamente, vislumbra-se a possibilidade em adotar a distribuição da operação de securitização pelo regime de melhores esforços, combinada com a obrigatoriedade da instituição financeira – coordenador líder da operação – em adquirir percentual dos ativos emitidos (aquisição de parte da operação – valores mobiliários de classe sênior e/ou mezanino).

Risco: probabilidade de redução ou até desinteresse de instituições financeiras no processo de estruturação e distribuição da operação (bancos assumem o compromisso em alocar recursos para aquisição da operação, ainda que parcialmente);

Vantagem: sinaliza para o mercado de capitais tratar-se de operação de qualidade, já que a instituição financeira (coordenador líder) responsável pela estruturação da operação adquirirá parte dos ativos que serão distribuídos no mercado (classe sênior e/ou mezanino), o que possivelmente despertará o interesse de potenciais investidores na operação.

Com relação à adoção por uma das modalidades de regime de distribuição, verifica-se nas operações realizadas pelos estados de Minas Gerais e de São Paulo – setor público e, as demais feitas pelo setor privado (Tabelas 12 e 13), a opção pelos regimes de garantia firme e de melhores esforços.

Menos comum no mercado, a utilização de regime de distribuição no formato misto, o que não significa ser inviável a sua utilização, já que possibilita a flexibilização no compartilhamento de riscos, com potencial de trazer para a operação maior eficiência na distribuição dos ativos no mercado de capitais, tornando-se atrativa na emissão que demandar estruturação customizada, elaborada para atender necessidades específicas, não seguindo um modelo usual e de caráter padronizado.

A opção por uma das modalidades de regime de distribuição deverá ser decidida pelo estado do Piauí previamente à contratação de uma instituição financeira para atuar na condição de coordenador líder da operação pretendida.

Para fins de apoio ao Estado na decisão, dentre as opções acima descritas, recomenda-se a adoção pelo regime de distribuição da operação de “melhores esforços”, combinado com a obrigação da instituição financeira – coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários (classe sênior e/ou mezanino) correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais, tendo em vista apresentar benefícios à realização da operação com:

- (i) o alinhamento de interesses, já que a instituição financeira participante da estruturação adquirirá parte da operação (subscrição da classe de ativos sênior e/ou mezanino) juntamente com o Estado (subscrição da classe de ativos subordinada);
- (ii) a transmissão de credibilidade e confiança aos potenciais investidores;
- (iii) a promoção de incentivo aos investidores na aquisição da operação; e,
- (iv) a presença da instituição financeira como estruturadora e também investidora da operação, sinalizará aos demais investidores o sentimento de convicção de que a operação é de excelência, podendo influenciar no aumento significativo pela procura do ativo “demanda aquecida”, com potencial diminuição do custo de captação – redução da taxa de remuneração aos investidores.

6. ALTERNATIVAS PARA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO

ALTERNATIVA 1: CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ORIUNDOS DE PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS + POTENCIAL DE ARRECADAÇÃO VEGETATIVA DA DÍVIDA ATIVA.

Apresenta-se na Tabela 14 abaixo o fluxo estimado de arrecadação de créditos tributários parcelados + arrecadação vegetativa estimada da dívida ativa, para o período referente ao 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031.

Vislumbra-se a delimitação de fluxo potencial de recebimento para lastro de uma operação de securitização com prazo de 60 meses.

TABELA 14 – FLUXO ESTIMADO DE ARRECADAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARCELADOS + ARRECADAÇÃO VEGETATIVA DA DÍVIDA ATIVA – CICLO 2026/2 a 2031/1, LIQUIDO DA COTA-PARTE PERTENCENTES AOS MUNICÍPIOS - (R\$)

CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	2026/2	2027	2028	2029	2030	2031/1	TOTAL (R\$)
Parcelamentos - Não Inscritos em Dívida Ativa.	36.921.686	64.253.239	55.361.465	49.146.458	13.261.450	81.971	219.026.268
Parcelamentos - Inscritos em Dívida Ativa.	11.080.815	19.753.418	17.116.028	15.737.385	7.520.010	9.600	71.217.255
Inscritos em D.A. - arrecadação vegetativa estimada. [1]	1.155.375	2.310.750	2.310.750	2.310.750	2.310.750	1.155.375	11.553.752
TOTAL (R\$)	49.157.876	86.317.407	74.788.242	67.194.593	23.092.210	1.246.946	301.797.275

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Posição: 06/01/2026

[1] Média dos valores arrecadados verificados nos últimos 5 anos (2021 a 2025) - corrigido pelo IPCA.

Apuração com base na proporção dos créditos inscritos em dívida ativa reconhecidos pelos contribuintes em relação ao total dos créditos inscritos em dívida ativa.

ALTERNATIVA 1 / OPÇÃO 1: Utilização exclusiva do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos (período de 60 meses – 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031) para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em duas séries.

Trata-se de opção “tradicional” com estrutura conhecida pelo mercado de capitais, conforme operações realizadas pelos estados de Minas Gerais e de São Paulo, em particular a observância do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, no mínimo de 3,5 x (Fluxo de Recebimento/Emissão de valores mobiliários classe sênior).

Sugere-se a realização da operação com prazo de 60 meses e emissão de classe de ativos em duas séries:

1ª série: emissão de valores mobiliários da classe sênior, lastreadas no fluxo de recebimento oriundos de programas de parcelamentos e distribuída no mercado de capitais para subscrição de investidores;

2ª série: emissão de valores mobiliários da classe subordinada, de subscrição privada pelo estado do Piauí, tendo como lastro o excedente do fluxo de recebimento relativos aos programas de parcelamentos que serviram de lastro para a emissão da 1ª série.

Apresenta-se nas Tabelas 15 e 16 a seguir, a estrutura financeira e parâmetros estimados para a realização da operação.

TABELA 15 – OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO COM EMISSÃO EM DUAS SÉRIES

Valores em R\$

Ano	Fluxo Recebíveis	Série 1 - Sênior		Sobra Fluxo		Série 2 Subordinada
		Valor	ICSD*	Valor	%	
2026/2	48.002.501	13.715.000	3,5	34.287.501	71,43%	34.287.501
2027	84.006.656	24.001.902	3,5	60.004.754	71,43%	60.004.754
2028	72.477.492	20.707.855	3,5	51.769.637	71,43%	51.769.637
2029	64.883.843	18.538.241	3,5	46.345.602	71,43%	46.345.602
2030	20.781.460	5.937.560	3,5	14.843.900	71,43%	14.843.900
2031/1	91.571	26.163	3,5	65.408	71,43%	65.408
Total	290.243.523	82.926.721	3,5	207.316.802	71,43%	207.316.802

(*) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe

TABELA 16 - PARÂMETROS ESTIMADOS DA OPERAÇÃO

Previsão de realização da operação	2º trimestre/2026
Cessão do Fluxo de Recebimento 2026/2 a 2031/1	R\$ 290.243.523
Ativo – Classe Sênior (compradas pelos investidores)	R\$ 82.926.721
Ativo – Classe Subordinada (subscrita pelo Estado)	R\$ 207.316.802
Prazo de amortização	5 anos – 2026/2 a 2031/1
Taxa de remuneração – Classe Sênior	DI + 3% a.a. (A definir)
Remuneração da Classe Subordinada	Sem remuneração definida, resgatada pela sobra do fluxo de recebimento (descontados os custos de manutenção da operação e o resgate dos ativos - classe Sênior). Possibilidade de resgate da classe subordinada com direitos creditórios inadimplidos – dação em pagamento.
Regime de Distribuição	Melhores Esforços, Garantia Firme ou, alternativamente, Misto. Possibilidade de instituir obrigação à instituição financeira para aquisição de parte da operação (sugere-se 20% da operação). A definir

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Sugere-se que a taxa de remuneração aos detentores dos ativos classe sênior seja atrelada à Taxa DI, considerando que o fluxo de recebimento parcelado é atualizado mensalmente pela Taxa Selic. Registra-se que a Taxa Selic e a Taxa DI possuem forte correlação positiva, daí o porquê a sugestão acima mencionada, o que representaria um custo efetivo de apenas 3% (diferença entre a atualização dos parcelamentos - ativo e remuneração dos títulos emitidos - passivo).

Considerando o valor da cessão dos direitos creditórios de R\$ 290.243.523, o pagamento ao Estado se dará: (a) com recursos captados na ordem de R\$ 82.926.721; e (b) subscrição, pelo Estado, dos ativos de classe subordinada, no valor de R\$ 207.316.802.

Com relação à adoção do regime de distribuição da operação, indica-se a opção “melhores esforços”, combinado com a obrigação da instituição financeira – coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários (classe sênior) correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais.

ALTERNATIVA 1 / OPÇÃO 2: Utilização exclusiva do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos (período de 60 meses – 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031) para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em três séries.

Esta opção é próxima à estrutura conceitual comentada para a OPÇÃO 1. A novidade na estrutura da operação é a inclusão de emissão da classe de ativos mezanino, que também é distribuída no mercado de capitais para aquisição de investidores. Portanto, as classes sênior e mezanino são destinadas para subscrição de investidores, já a classe subordinada é de subscrição privada do Estado.

Constata-se que o ICSD para a 1ª série - classe sênior, permanece em 3,5x o fluxo de recebimento de parcelamentos para o ciclo 2026/2 a 2031/1. Para a 2ª série – classe mezanino, o ICSD marca 7x o fluxo de recebimento, já que esta classe de ativos carrega mais risco em relação à classe sênior (classe sênior tem direito de preferência no recebimento em relação à classe mezanino).

Verifica-se nesta OPÇÃO 2 o potencial de incremento na captação de recursos, com aumento do volume financeiro da operação distribuída no mercado de capitais em relação à OPÇÃO 1.

Nas Tabelas 17 e 18 a seguir, registra-se as condições estimadas de estrutura financeira e parâmetros para a realização da operação.

TABELA 17 – OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO COM EMISSÃO EM TRÊS SÉRIES

Valores em R\$

Ano	Fluxo Recebíveis	Série 1 Sênior		Sobra Fluxo Valor	Série 2 Mezanino		Sobra Fluxo		Série 3 Subordinada
		Valor	ICSD		Valor	ICSD	Valor	%	
2026/2	48.002.501	13.715.000	3,5	34.287.501	4.898.214	7	29.389.286	61,2%	29.389.286
2027	84.006.656	24.001.902	3,5	60.004.754	8.572.108	7	51.432.647	61,2%	51.432.647
2028	72.477.492	20.707.855	3,5	51.769.637	7.395.662	7	44.373.975	61,2%	44.373.975
2029	64.883.843	18.538.241	3,5	46.345.602	6.620.800	7	39.724.802	61,2%	39.724.802
2030	20.781.460	5.937.560	3,5	14.843.900	2.120.557	7	12.723.343	61,2%	12.723.343
2031/1	91.571	26.163	3,5	65.408	9.344	7	56.064	61,2%	56.064
Total	290.243.523	82.926.721	3,5	207.316.802	29.616.686	7	177.700.116	61,2%	177.700.116

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 18 - PARÂMETROS ESTIMADOS DA OPERAÇÃO

Previsão de realização da operação	2º trimestre/2026
Cessão do Fluxo de Recebimento 2026/2 a 2031/1	R\$ 290.243.523
Ativo – Classe Sênior (compradas pelos investidores)	R\$ 82.926.721
Ativo – Classe Mezanino (compradas pelos investidores)	R\$ 29.616.686
Ativo – Classe Subordinada (subscrita pelo Estado)	R\$ 177.700.116
Prazo de amortização	5 anos – 2026/2 a 2031/1
Taxa de remuneração – Classe Sênior	DI + 3% a.a. (A definir)
Taxa de remuneração – Classe Mezanino	DI + 4% a.a. (A definir)
Remuneração da Classe Subordinada	Sem remuneração definida, resgatada pela sobra do fluxo de recebimento (descontados os custos de manutenção da operação e os resgates dos ativos - classes Sênior e Mezanino). Possibilidade de resgate da classe subordinada com direitos creditórios inadimplidos – dação em pagamento.
Regime de Distribuição	Melhores Esforços, Garantia Firme ou, alternativamente, Misto. Possibilidade de instituir obrigação à instituição financeira para aquisição de parte da operação (sugere- se 20% da operação). A definir

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Na forma registrada para a OPÇÃO 1, também se indica para esta OPÇÃO 2:

- (i) que as taxas de remunerações aos detentores dos ativos classes sênior e mezanino sejam atreladas à taxa DI;
- (ii) regime de distribuição de “melhores esforços” combinado com a obrigação da instituição financeira – coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários (classe sênior e/ou mezanino) correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais.

O pagamento ao Estado pelo valor da cessão dos direitos creditórios de R\$ 290.243.523, se dará: (a) com recursos captados (classes sênior e mezanino) na ordem de R\$ 112.543.407; e (b) subscrição, pelo Estado, dos ativos de classe subordinada, no valor de R\$ 177.700.116.

ALTERNATIVA 2: CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ORIUNDOS DE PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS + ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO VEGETATIVA DA DÍVIDA ATIVA + ARRECADAÇÃO POTENCIAL DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO PARCELADOS.

Nesta ALTERNATIVA 2, vislumbra-se o reposicionamento da estrutura da operação de securitização dos direitos creditórios em relação à estrutura apresentada neste relatório para as OPCÕES 1 e 2 da ALTERNATIVA 1, agregando para a operação de securitização os trabalhos técnicos do prestador de serviços Agente de Assessoramento à Cobrança, possibilitando o aumento na recuperação do fluxo de recebimento – sobretudo dos créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes e que não foram parcelados. Enfatiza-se que esta estrutura inova em relação àquelas já realizadas no setor público (operações dos estados de Minas Gerais e de São Paulo), objetivando o incremento na arrecadação ao estado do Piauí.

A principal vantagem para o Estado neste formato de operação consiste no melhor aproveitamento do fluxo de recebimento, possibilitando ampliar o valor da operação levada ao mercado de capitais para subscrição dos investidores e, adicionalmente, trazer mais agilidade nos processos de cobrança que, ao final, resultará no aumento da arrecadação.

Dada a relevância para a estrutura da operação, os serviços auxiliares de assessoramento à cobrança de créditos tributários inadimplidos, de acordo com as diretrizes que deverão ser fixadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE e pela Secretaria de Fazenda - SEFAZ, respectivamente, concentram-se nas seguintes atividades:

- a) Análise e segmentação da base de devedores, conforme perfil e valor do débito;
- b) Apoio na estruturação de estratégias de cobrança administrativa amigável e de renegociação de dívidas;
- c) Emissão e envio de notificações, cartas de cobrança, e-mails, SMS, entre outros meios de comunicação com os contribuintes;
- d) Suporte nas atividades de atendimento a contribuintes para regularização de débitos;
- e) Fornecimento de plataforma tecnológica para gestão das cobranças, com acesso pelo ente federado;

- f) Integração com bases de dados externas (ex: Receita Federal, Serasa, Cartórios) para qualificação dos devedores e suporte às ações de cobrança;
- g) Realização de atividades preparatórias para protesto extrajudicial de dívidas inscritas em dívida ativa, incluindo análise documental e emissão de certidões;
- h) Geração de relatórios gerenciais e estatísticos periódicos sobre as ações realizadas e resultados obtidos;
- i) Sugestões de aprimoramento na política de cobrança estadual, inclusive com propostas legislativas, se for o caso; e,
- j) Treinamento de equipe interna, quando necessário.

Ressalta-se que para a viabilidade de estruturação da operação lastreada no fluxo financeiro dos direitos creditórios – previsto nesta ALTERNATIVA 2 é condicionada à contratação dos serviços do Agente de Assessoramento à Cobrança e, como de praxe no mercado, sua remuneração poderá advir do compartilhamento dos resultados alcançados com a cobrança dos créditos inadimplidos, estabelecendo-se uma taxa de remuneração, denominada taxa de êxito a ser fixada no termo de referência do edital de licitação para a contratação de uma instituição financeira visando à estruturação e distribuição da operação, caso optar-se por uma das OPÇÕES da ALTERNATIVA 2 para fins de realização da operação de securitização.

Os serviços de apoio à cobrança, mencionados no parágrafo anterior, poderão ser remunerados por êxito, à taxa máxima de 20% incidente sobre o montante que exceder, trimestralmente, ao somatório das seguintes parcelas, apuradas nas respectivas bases:

- a) fluxo dos valores parcelados inscritos ou não em dívida ativa. Base: valor previsto de arrecadação do trimestre civil em avaliação, considerados os valores na data da cessão. Apuração: valores verificados pela SEFAZ e PGE no trimestre civil;
- b) arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e inscritos em dívida ativa. Base: média da arrecadação do trimestre civil relativos aos 5 (cinco) exercícios anteriores, atualizados pelo IPCA. Apuração: arrecadação verificada no trimestre civil;
- c) arrecadação estimada dos créditos tributários, não parcelados, reconhecidos pelos contribuintes e não inscritos em dívida ativa. Base: estimativa de arrecadação para o trimestre civil. Apuração: arrecadação verificada no trimestre civil;

- d) taxa de remuneração aos investidores (*spread* acima da taxa DI). Base: valor de remuneração do trimestre civil em avaliação. Apuração: valor de remuneração verificado no trimestre civil; e,
- e) custo de manutenção da operação (prestadores de serviços). Base: custo de manutenção da operação do trimestre civil em avaliação. Apuração: custo de manutenção verificado no trimestre civil.

Referente à remuneração pela prestação de serviços do Agente de Assessoramento à Cobrança, êxito à taxa de 20%, justifica-se em função de prática de mercado para serviços de consultoria dessa natureza e afins, conforme observa-se nas seguintes referências:

- 1) Contrato administrativo firmado entre o Município de Várzea Grande (Contratante) e o Banco do Brasil (Contratado) – Contrato nº 266/2023, datado em 28/11/2023, com previsão de pagamento pela prestação de serviços para operacionalização e execução dos serviços de cobrança administrativa de valores inscritos ou não em dívida ativa, de 23% (vinte e três) por cento, incidentes sobre o montante efetivamente recebido pelo Contratante, relativo à base de cobrança vinculada ao IPTU; de 25% (vinte e cinco) por cento, incidentes sobre o montante efetivamente recebido pelo Contratante, relativo às demais bases – Cláusula Oitava do Contrato.

Fonte: Informações verificadas com base no contrato acima mencionado.

- 2) Contrato administrativo firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte (Contratante) e o Banco do Brasil (Contratado) – Contrato nº 12/2024, Processo nº 01110020.001211/2024-41, datado em 23/07/2024, com previsão de pagamento pela prestação de serviços de cobrança administrativa de débitos inscritos ou não em dívida ativa, de 23% (vinte e três) por cento, incidentes sobre o montante efetivamente recebido pelo Contratante – Cláusula Oitava do Contrato.

Fonte: Informações verificadas com base no contrato acima mencionado.

- 3) Contrato administrativo firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará (Contratante) e o Banco do Brasil (Contratado) – Contrato nº 12/2024, Processo nº 13001.024138/2024-11, datado em 24/09/2024, com previsão de pagamento pela prestação de serviços de apoio operacional para a cobrança administrativa de débitos inscritos em dívida ativa, de 23% (vinte e três) por cento, incidentes sobre o montante efetivamente recebido pelo Contratante – Cláusula Oitava do Contrato.

Fonte: Informações verificadas com base no contrato acima mencionado.

- 4) Termo de Contrato nº 56/2025, firmado entre o Município de Rondolândia/MT (Contratante) e Montalvão & Souza Lima Sociedade de Advogados, CNPJ nº 49.306.842/0001-65 (Contratado), datado em 07/07/2025, com previsão de pagamento pela prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Técnica Tributária para recuperação de crédito previdenciário não prescrito nas Contribuições Previdenciárias Patronais de Regime Geral de Previdência referente a parcelas indenizatórias indevidamente suportadas pelo Contratante para o período dos últimos 60 meses; Recuperação Administrativa de valores pagos a maior no Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), majorados por Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e Fator Acidentário de Prevenção (FAT) nos últimos 60 (sessenta) meses; Assim como Regularizar Retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre pagamentos realizados pelo município a fornecedores.”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, para cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado ou compensado em benefício da Contratante, limitado ao montante de R\$ 3.267.894,43 (Três milhões duzentos e sessenta e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos), a Contratada terá R\$ 0,20 (vinte centavos), conforme previsto na Cláusula Primeira do Contrato.

Fonte: Informações pesquisadas no dia 02/02/2026, no seguinte endereço eletrônico:
<https://www.rondolandia.mt.gov.br/licitacao/NjQ3/>

- 5) Termo de Contrato nº 073/2024, firmado entre o Município de Santa Bárbara/BA (Contratante) e ASV Consultoria Tributária Ltda, CNPJ nº 07.406.306/0001-91 (Contratado), datado em 08/04/2023, com previsão de pagamento pela prestação de serviços Técnico Especializado na Identificação, Constituição e Cobranças dos Tributos Provenientes da Recuperação de Crédito De TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento, TLA - Taxa De Licença Ambiental Das Torres De Telefonia Fixa e Móvel, ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do Posto De Atendimento Do Bradesco S/A, Torres de Telefonia Claro S/A, Cartórios E Construção Civil Do Município, ao Contratado à proporção de R\$ 0,20 (Vinte centavos), para cada R\$ 1,00 (um real) recuperado, aplicados sobre o proveito econômico alcançado, conforme previsto na Cláusula Quarta do Contrato.

Fonte: Informações pesquisadas no dia 02/02/2026, no seguinte endereço eletrônico:
<https://santabarbara.ba.gov.br/contrato/anexo/298>

- 6) Contrato Administrativo nº 007/2023-SEMG, firmado entre o Município de Santarém/PA (Contratante) e PUBLICABR Consultoria Tributária Ltda, CNPJ nº 95.867.065/0001-45 (Contratado), datado em 03/04/2023, com previsão de pagamento pela prestação de serviços de consultoria para levantamentos de dados, auditá-los, apontar com precisão os possíveis valores pagos indevidamente, a fim de proceder à compensação com tributos da mesma espécie os valores pagos mensalmente ao INSS e elaborar estudo da dívida apontada pela Receita Federal do Brasil, equivalente a R\$ 0,20 (vinte centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) do valor recuperado/compensado ou reduzido da dívida apontada pela Receita Federal do Brasil, incluindo qualquer modalidade de transação judicial ou extrajudicial leva a efeito com a União Federal, sem prejuízo do montante eventualmente fixado pelo juízo a título sucumbencial, na forma da lei e nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93. Fonte: Informações pesquisadas no dia 02/02/2026, no seguinte endereço eletrônico: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/contrato-65a593bd1a32a.pdf>

ALTERNATIVA 2 /OPÇÃO 3: Utilização do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos + Arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa + Arrecadação potencial dos créditos tributários não parcelados para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em duas séries.

Para esta OPÇÃO 3 vislumbra-se a estruturação da operação de securitização com emissão de classe de ativos em duas séries:

1ª série: emissão de valores mobiliários da classe sênior para distribuição no mercado de capitais, lastreados no fluxo de recebimento oriundos de programas de parcelamentos, acrescido da expectativa de arrecadação vegetativa do fluxo da dívida ativa. O fluxo de recebimento (parcelados + arrecadação vegetativa da dívida ativa) ficará delimitado para o ciclo 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031 (mesmo prazo da operação), constituindo-se lastro financeiro para realização da operação de securitização pelo prazo de 60 meses, com valor financeiro na mesma proporção do fluxo de recebimento.

2ª série: emissão de valores mobiliários da classe subordinada, de subscrição privada pelo Estado. O lastro financeiro desta emissão consiste nos créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes, exceto os créditos – fluxo de recebimento de lastro para a emissão da 1ª série referida acima. O valor de emissão será no mesmo montante do lastro financeiro oriundos dos

créditos tributários, sem prazo específico de vencimento desta emissão, podendo ser liquidada juntamente com o prazo de vencimento da emissão da 1ª série – classe sênior.

Nas Tabelas 19 e 20 a seguir, verifica-se as condições estimadas de estrutura financeira e parâmetros para a realização da operação.

TABELA 19 – OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO COM EMISSÃO EM DUAS SÉRIES

Valores em R\$

ANO	Fluxo Recebimento Parcelados + Arrecadação Vegetativa Estimada da Dívida Ativa 2026/2 a 2031/1	Série 1 - Sênior	Créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes, conforme Tabela 5 (exceto parcelados + arrecadação vegetativa estimada 2026/2 a 2031/1)	Série 2 Subordinada
		Valor		
2026/2	49.157.876	49.157.876	2.609.077.751	2.609.077.751
2027	86.317.407	86.317.407		
2028	74.788.242	74.788.242		
2029	67.194.593	67.194.593		
2030	23.092.210	23.092.210		
2031/1	1.246.946	1.246.946		
TOTAL	301.797.275	301.797.275	2.609.077.751	2.609.077.751

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 20 - PARÂMETROS ESTIMADOS DA OPERAÇÃO

Previsão de realização da operação	2º trimestre/2026
Créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes (Tabela 5)	R\$ 2.910.875.026
Ativo – Classe Sênior (compradas pelos investidores)	R\$ 301.797.275
Ativo – Classe Subordinada (subscrita pelo Estado)	R\$ 2.609.077.751
Prazo de amortização	5 anos – 2026/2 a 2031/1
Taxa de remuneração – Classe Sênior	DI + 3% a.a. (A definir)
Remuneração da Classe Subordinada	Sem remuneração definida, resgatada pela sobra do fluxo de recebimento (descontados os custos de manutenção da operação, inclusive o pagamento ao Agente de Assessoramento à Cobrança, e o resgate dos ativos - classe Sênior). Possibilidade de resgate da classe subordinada com direitos creditórios inadimplidos – dação em pagamento.
Regime de Distribuição	Melhores Esforços, Garantia Firme ou, alternativamente, Misto. Possibilidade de instituir obrigação à instituição financeira para aquisição de parte da operação (sugere-se 20% da operação). A definir

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Na forma registrada para as opções anteriores, indica-se para esta OPÇÃO 3:

- (i) que a taxa de remuneração aos detentores dos ativos classe sênior seja atrelada à taxa DI;
- (ii) regime de distribuição de “melhores esforços” combinado com a obrigação da instituição financeira – coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários (classe sênior) correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais.

O pagamento ao Estado pelo valor da cessão dos direitos creditórios de R\$ 2.910.875.026, se dará: (a) com recursos captados (classe sênior) na ordem de R\$ 301.797.275; e (b) subscrição, pelo Estado, dos ativos de classe subordinada, no valor de R\$ 2.609.077.751.

ALTERNATIVA 2 /OPÇÃO 4: Utilização do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos + Arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa – Descontos estimados + Arrecadação potencial dos créditos tributários não parcelados para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em duas séries.

Esta OPÇÃO 4 é similar à estruturação da OPÇÃO 3, também com emissão de classe de ativos em duas séries, abaixo relatada. A diferença consiste no desconto estimado do fluxo de recebimento para o ciclo de 5 anos (2026/2 a 2031/1) relativos: (i) inadimplência do fluxo de parcelamentos; (ii) *Spread* da operação (prêmio de risco); e (iii) custos de manutenção da operação. Com tais descontos, o volume financeiro da operação para subscrição dos investidores será menor em relação à OPÇÃO 3.

Emissão de valores mobiliários em duas séries:

1ª série: emissão de valores mobiliários da classe sênior para distribuição no mercado de capitais, lastreados no fluxo de recebimento oriundos de programas de parcelamentos, acrescido da expectativa de arrecadação vegetativa do fluxo da dívida ativa e diminuído dos custos estimados na forma registrada no parágrafo anterior. O fluxo de recebimento (parcelados + arrecadação vegetativa da dívida ativa – custos estimados) ficará delimitado para o ciclo 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031 (mesmo prazo da operação), constituindo-se lastro financeiro para realização da operação de securitização pelo prazo de 60 meses, com valor financeiro na mesma proporção do fluxo de recebimento.

2ª série: emissão de valores mobiliários da classe subordinada, de subscrição privada pelo estado do Piauí. O lastro financeiro desta emissão consiste nos créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes, exceto os créditos – fluxo de recebimento de lastro para a emissão da 1ª série referida acima (fluxo de recebimento líquido dos descontos). O valor de emissão será no mesmo montante do lastro financeiro oriundos dos créditos tributários, sem prazo específico de vencimento desta emissão, podendo ser liquidada juntamente com o prazo de vencimento da emissão da 1ª série – classe sênior.

Apresenta-se nas próximas Tabelas 21, 22 e 23 as condições estimadas de estrutura financeira e parâmetros para a realização da operação.

**TABELA 21 – FLUXO ESTIMADO DE ARRECADAÇÃO DE CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS PARCELADOS + ARRECADAÇÃO VEGETATIVA DA DÍVIDA
ATIVA, COM DESCONTOS ESTIMADOS – CICLO 2026/2 a 2031/1**

Valores em R\$

ANO	Fluxo Recebimento Parcelados + Arrecadação Vegetativa Estimada da Dívida Ativa 2026/2 a 2031/1	Descontos estimados				Fluxo de Recebíveis após descontos
		Inadimplência 5% [1]	<i>Spread</i> 3% aa	Custo de manutenção [2]	Custos Totais	
2026/2	49.157.876	2.400.125	731.919	364.619	3.496.663	45.661.213
2027	86.317.407	4.200.333	3.913.271	364.619	8.478.223	77.839.183
2028	74.788.242	3.623.875	5.735.952	364.619	9.724.446	65.063.797
2029	67.194.593	3.244.192	7.323.995	364.619	10.932.806	56.261.788
2030	23.092.210	1.039.073	3.285.252	364.619	4.688.944	18.403.266
2031/1	1.246.946	4.579	198.606	364.619	567.804	679.142
TOTAL	301.797.275	14.512.176	21.188.996	2.187.714	37.888.886	263.908.389

[1] - Inadimplência: Taxa de 5% aplicada sobre o fluxo de parcelamentos.

[2] - Securitizadora, Rating, Fiduciário, Custodiante, Escriturador/Liquidante e Gestão de Recebíveis (preços sem correção).

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 22 – OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO COM EMISSÃO EM DUAS SÉRIES

Valores em R\$

ANO	Fluxo de Recebíveis após descontos (Tabela 21)	Série 1 Sênior	Créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes - Tabela 5 (exceto parcelados + arrecadação vegetativa estimada 2026/2 a 2031/1)	Cessão de parte do Fluxo Recebimento Parcelados + Arrecadação Vegetativa Estimada da Dívida Ativa 2026/2 a 2031/1, referente aos descontos estimados (Tabela 21)	Série 2 Subordinada
2026/2	45.661.213	45.661.213	2.609.077.751	37.888.886	2.646.966.637
2027	77.839.183	77.839.183			
2028	65.063.797	65.063.797			
2029	56.261.788	56.261.788			
2030	18.403.266	18.403.266			
2031/1	679.142	679.142			
TOTAL	263.908.389	263.908.389	2.609.077.751	37.888.886	2.646.966.637

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 23 - PARÂMETROS ESTIMADOS DA OPERAÇÃO

Previsão de realização da operação	2º trimestre/2026
Créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes.	R\$ 2.910.875.026
Ativo – Classe Sênior (compradas pelos investidores)	R\$ 263.908.389
Ativo – Classe Subordinada (subscrita pelo Estado)	R\$ 2.646.966.637
Prazo de amortização	5 anos – 2026/2 a 2031/1
Taxa de remuneração – Classe Sênior	DI + 3% a.a. (A definir)
Remuneração da Classe Subordinada	Sem remuneração definida, resgatada pela sobra do fluxo de recebimento (descontados os custos de manutenção da operação, inclusive o pagamento ao Agente de Assessoramento à Cobrança, e o resgate dos ativos - classe Sênior). Possibilidade de resgate da classe subordinada com direitos creditórios inadimplidos – dação em pagamento.
Regime de Distribuição	Melhores Esforços, Garantia Firme ou, alternativamente, Misto. Possibilidade de instituir obrigação à instituição financeira para aquisição de parte da operação (sugere-se 20% da operação). A definir

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Na forma registrada para as opções anteriores, indica-se para esta OPÇÃO 4:

- (i) que a taxa de remuneração aos detentores dos ativos classe sênior seja atrelada à taxa DI;
- (ii) regime de distribuição de “melhores esforços” combinado com a obrigação da instituição financeira – coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários (classe sênior) correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais.

O pagamento ao Estado pelo valor da cessão dos direitos creditórios de R\$ 2.910.875.026, se dará: (a) com recursos captados (classe sênior) na ordem de R\$ 263.908.389; e (b) subscrição, pelo Estado dos ativos de classe subordinada, no valor de R\$ 2.646.966.637.

ALTERNATIVA 2 /OPÇÃO 5: Utilização do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos + Arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa – Descontos estimados + Arrecadação potencial dos créditos tributários não parcelados para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em três séries.

A OPÇÃO 5 é similar à estruturação da OPÇÃO 4, diferenciando-se com a inclusão de emissão da classe de ativos mezanino. Nesta OPÇÃO 5, a estrutura da operação passa a contar com a emissão de valores mobiliários em três séries, sem alteração de valor financeiro da operação.

Emissão de valores mobiliários em três séries:

1ª série: emissão de valores mobiliários da classe sênior para distribuição no mercado de capitais, lastreadas no fluxo de recebimento oriundos de programas de parcelamentos, acrescido da expectativa de arrecadação vegetativa do fluxo da dívida ativa e diminuído dos custos estimados da operação. O valor de emissão desta 1ª série será menor em relação ao fluxo de recebimento (parcelados + arrecadação vegetativa estimada da dívida ativa – custos estimados) - delimitado para o ciclo 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031 (mesmo prazo da operação), objetivando abrir espaço para a emissão da 2ª série – classe de ativos mezanino, que também será distribuída no mercado de capitais.

2ª série: emissão de valores mobiliários da classe mezanino para distribuição no mercado de capitais, lastreadas no fluxo de recebimento oriundos de programas de parcelamentos, acrescido da expectativa de arrecadação vegetativa do fluxo da dívida ativa e diminuído dos custos estimados da operação. O valor de emissão desta 2ª série será complementar ao valor da 1ª série – classe sênior, perfazendo-se, em conjunto, o mesmo valor do fluxo de recebimento (parcelados + arrecadação vegetativa estimada da dívida ativa – custos estimados) - delimitado para o ciclo 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031 (mesmo prazo da operação).

3ª série: emissão de valores mobiliários da classe subordinada, de subscrição privada pelo estado do Piauí. O lastro financeiro desta emissão consiste nos créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes, exceto os créditos – fluxo de recebimento de lastro para a emissão da 1ª e 2ª série referidas acima (fluxo de recebimento líquido dos descontos). O valor de emissão será no mesmo montante do lastro financeiro oriundos dos créditos tributários, sem prazo específico

de vencimento desta emissão, podendo ser liquidada juntamente com o prazo de vencimento da emissão da 1ª e da 2ª série – classes sênior e mezanino, respectivamente.

Apresenta-se nas próximas Tabelas 24 e 25 as condições estimadas de estrutura financeira e parâmetros para a realização da operação.

TABELA 24 – OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO COM EMISSÃO EM TRÊS SÉRIES

Valores em R\$

ANO	Fluxo de Recebíveis após descontos (Tabela 21)	Série 1 Sênior	sobra fluxo	Série 2 Mezanino	Créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes - Tabela 5 (exceto parcelados + arrecadação vegetativa estimada 2026/2 a 2031/1)	Cessão de parte do Fluxo Recebimento Parcelados + Arrecadação Vegetativa Estimada da Dívida Ativa 2026/2031, referente aos descontos estimados (Tabela 21)	Série 3 Subordinada
		Valor		Valor			
2026/2	45.661.213	41.510.194	4.151.019	4.151.019	2.609.077.751	37.888.886	2.646.966.637
2027	77.839.183	70.762.894	7.076.289	7.076.289			
2028	65.063.797	59.148.906	5.914.891	5.914.891			
2029	56.261.788	51.147.080	5.114.708	5.114.708			
2030	18.403.266	16.730.242	1.673.024	1.673.024			
2031/1	679.142	617.402	61.740	61.740			
TOTAL	263.908.389	239.916.718	23.991.672	23.991.672	2.609.077.751	37.888.886	2.646.966.637

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

TABELA 25 - PARÂMETROS ESTIMADOS DA OPERAÇÃO

Previsão de realização da operação	2º trimestre/2026
Créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes.	R\$ 2.910.875.026
Ativo – Classe Sênior (compradas pelos investidores)	R\$ 239.916.718
Ativo – Classe Mezanino (compradas pelos investidores)	R\$ 23.991.672
Ativo – Classe Subordinada (subscrita pelo Estado)	R\$ 2.646.966.637
Prazo de amortização	5 anos – 2026/2 a 2031/1
Taxa de remuneração – Classe Sênior	DI + 3% a.a. (A definir)
Taxa de remuneração – Classe Mezanino	DI + 4% a.a. (A definir)
Remuneração da Classe Subordinada	Sem remuneração definida, resgatada pela sobra do fluxo de recebimento (descontados os custos de manutenção da operação, inclusive o pagamento ao Agente de Assessoramento à Cobrança, e o resgate dos ativos - classes Sênior/Mezanino). Possibilidade de resgate da classe subordinada com direitos creditórios inadimplidos – dação em pagamento.
Regime de Distribuição	Melhores Esforços, Garantia Firme ou, alternativamente, Misto. Possibilidade de instituir obrigação à instituição financeira para aquisição de parte da operação (sugere-se 20% da operação). A definir

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Igualmente aos registros para as opções anteriores, indica-se para esta OPÇÃO 5:

- (i) que a taxa de remuneração aos detentores dos ativos classe sênior seja atrelada à taxa DI;
- (ii) regime de distribuição de “melhores esforços” combinado com a obrigação da instituição financeira – coordenador líder da operação - em adquirir valores mobiliários (classe sênior e/ou mezanino) correspondente a 20% do total ofertado no mercado de capitais.

O pagamento ao Estado pelo valor da cessão dos direitos creditórios de R\$ 2.910.875.026, se dará: (a) com recursos captados (classes sênior e mezanino) na ordem de R\$ 263.908.389; e (b) subscrição, pelo Estado, dos ativos de classe subordinada, no valor de R\$ 2.646.966.637.

Na página seguinte, apresenta-se a Tabela 26 com resumo das opções apresentadas.

TABELA 26 – RESUMO DAS OPÇÕES APRESENTADAS

	ITEM	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5
ORIGEM DOS CRÉDITOS A SEREM CEDIDOS	Parcelamentos - 2026/2 a 2031/1 (Tabela 14)	290.243.523	290.243.523	290.243.523	290.243.523	290.243.523
	Arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa - 2026/2 a 2031/1 (Tabela 14)	-	-	11.553.752	11.553.752	11.553.752
	Estoque de créditos tributários - Tabela 5 (exceto os parcelamentos + arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa - 2026/2 a 2031/1)	-	-	2.609.077.751	2.609.077.751	2.609.077.751
	TOTAL DE CRÉDITOS PASSÍVEIS DE CESSÃO	290.243.523	290.243.523	2.910.875.026	2.910.875.026	2.910.875.026
VALORES DA OPERAÇÃO	Quantidade de séries	2	3	2	2	3
	Classe sênior	82.926.721	82.926.721	301.797.275	263.908.389	239.916.718
	Classe mezanino	-	29.616.686	-	-	23.991.672
	SUBTOTAL - CAPTAÇÃO PARA O ESTADO	82.926.721	112.543.407	301.797.275	263.908.389	263.908.389
	Classe subordinada	207.316.802	177.700.116	2.609.077.751	2.646.966.637	2.646.966.637
	TOTAL DA OPERAÇÃO	290.243.523	290.243.523	2.910.875.026	2.910.875.026	2.910.875.026
PRINCIPAIS PARÂMETROS	Prazo de amortização	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
	Taxa de remuneração - Classe sênior	DI + 3%	DI + 3%	DI + 3%	DI + 3%	DI + 3%
	Taxa de remuneração - Classe mezanino	N/A	DI + 4%	N/A	N/A	DI + 4%
	Agente de assessoramento à cobrança	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	Regime de distribuição	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir

Fonte: Sefaz/PI. Elaboração: Equipe Fipe.

Para fins de subsídio ao estado do Piauí, avaliou-se 5 (cinco) opções referentes à formação de uma operação de securitização dos direitos creditórios de titularidade do Estado, conforme abaixo dispostas:

ALTERNATIVA 1 / OPÇÃO 1: Utilização exclusiva do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos (período de 60 meses – 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031) para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em duas séries.

ALTERNATIVA 1 / OPÇÃO 2: Utilização exclusiva do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos (período de 60 meses – 2º semestre de 2026 a 1º semestre de 2031) para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em três séries.

ALTERNATIVA 2 / OPÇÃO 3: Utilização do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos + Arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa + Arrecadação potencial dos créditos tributários não parcelados para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em duas séries.

ALTERNATIVA 2 / OPÇÃO 4: Utilização do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos + Arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa – Descontos estimados + Arrecadação potencial dos créditos tributários não parcelados para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em duas séries.

ALTERNATIVA 2 / OPÇÃO 5: Utilização do fluxo estimado de recebimento de Programas de Parcelamentos + Arrecadação vegetativa estimada da Dívida Ativa – Descontos estimados + Arrecadação potencial dos créditos tributários não parcelados para fins de lastro da operação de securitização, com emissão em três séries.

Para cada uma das opções de estruturação e distribuição da operação junto ao mercado de capitais, observou-se os aspectos regulatórios, financeiros e parâmetros técnicos. Considerou-se as seguintes condições estimadas na formatação de cada uma das opções para a operação pretendida:

- (i) volume financeiro de captação junto aos investidores – classes sêniores/mezaninos e montante para subscrição do Estado na classe de ativos subordinadas;
- (ii) prazo de amortização;
- (iii) taxa de remuneração aos investidores;
- (iv) regime de distribuição da operação, conforme previsto nas normas da CVM e práticas de mercado; e,
- (v) necessidade ou não de contratação do prestador de serviços Agente de Assessoramento à Cobrança.

Registra-se que detalhamento das condições e parâmetros para cada uma das opções possíveis para a realização da operação de securitização estão dispostos neste tópico “6 – ALTERNATIVAS PARA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO”.

Aspectos Regulatórios

É certo que para qualquer uma das opções, será necessária a intermediação de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (legislação aplicável: Lei federal nº 4.595/1964 e alterações posteriores, Lei federal nº 4.728/1965 e alterações posteriores e Lei federal nº 6.385/1976 e alterações posteriores; Resoluções do CMN nº 5.008/2022, 5.046/2022 e 5.060/2023, todas expedidas pelo Banco Central do Brasil), para fins de distribuição dos valores mobiliários junto ao mercado de capitais.

Adicionalmente, observou-se também os normativos, em especial as Resoluções nº 160/2022 e nº 161/2022, e respectivas alterações, emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para fins de realização de operação de securitização, já que aquela Autarquia Federal tem competência normativa e fiscalizatória sobre os veículos securitizadores e na emissão de valores mobiliários (cotas de FIDC ou valores mobiliários emitidos por companhia securitizadora).

Condições financeiras e parâmetros

Verifica-se na Tabela 26 o resumo das opções apresentadas. Nota-se que para as opções 1 e 2, utilizou-se apenas o fluxo financeiro de recebimento oriundos de parcelamentos administrativos, constituindo-se em estruturas financeiras já consolidadas no mercado de capitais, de conhecimento dos potenciais investidores da operação pretendida pelo estado do Piauí.

Caso decida por uma dessas opções (opção 1 ou 2) ressalta-se o baixo valor financeiro de captação para o Estado, justamente pela limitação do fluxo, deixando de fora da operação parcela relevante oriunda do fluxo estimado de recebimento dos créditos tributários não parcelados (arrecadação vegetativa) + potencial de arrecadação dos créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes e que não estão sob parcelamentos. Adicionalmente, pesa em desfavor dessas duas opções a ausência do prestador de serviços Agente de Assessoramento à Cobrança, já que se trata de operação restrita ao fluxo financeiro oriundo de créditos tributários

parcelados, com datas futuras previstas de vencimentos, não cabendo esforços adicionais de cobrança para este fluxo delimitado.

De outro lado, examina-se as demais opções (opções 3, 4 e 5), para identificar qual seria a estrutura mais adequada aos interesses do estado do Piauí, levando-se em consideração o potencial de captação de recursos com a realização da operação de securitização, acrescido de alternativa que poderia impulsionar a arrecadação relativos aos créditos tributários não parcelados, para além dos valores que historicamente já se arrecada.

Relativamente à opção 3, salienta-se que, embora possível, sua estruturação é mais arrojada, já que se utiliza de lastro para a operação levada ao mercado de capitais do fluxo de recebimento relativo aos parcelamentos + a estimativa de arrecadação vegetativa dos créditos não parcelados (ambos fluxos estimados em 60 meses – período da operação), proporcionando, dentre todas as opções avaliadas, um volume maior de captação para o Estado junto aos investidores.

Entretanto, verifica-se a necessidade de exclusão do lastro financeiro (fluxos de recebimentos) das despesas estimadas a incorrer na operação, sobretudo, aquelas ligadas à inadimplência do fluxo financeiro relativo ao programa de parcelamentos e outros custos de manutenção e remuneração dos investidores.

Atrair para a estrutura da operação (opção3) todo o fluxo financeiro (parcelamentos + estimativa de arrecadação vegetativa da dívida ativa), sem ao menos excluir despesas conhecidas, ainda que estimadas, tem potencial de elevação na percepção de risco para a estrutura da operação na visão do investidor, o que poderia desincentivar a procura pela operação ou mesmo a exigência de maior prêmio de risco (aumento da taxa de remuneração), daí porque recomenda-se a não admissão desta opção.

Resta-nos as opções 4 e 5. Em ambas estruturas, desconta-se do lastro financeiro as estimativas de despesas que incorrerão na operacionalização da operação de securitização e, assim, verifica-se que, além de melhor segurança e mitigação de risco financeiro, referidas opções tem potencial estimado de captação adequada ao estado do Piauí e, além disso, contam com os serviços de apoio à cobrança, mediante a contratação do Agente de Assessoramento à Cobrança, com expectativa de aumento significativo de arrecadação, em particular, nos trabalhos de cobrança dedicados aos direitos creditórios não parcelados.

Entre as opções 4 e 5 que restaram na análise, sugere-se a admissão pela ALTERNATIVA 2 / OPÇÃO 4, tendo em vista tratar-se de estrutura mais adequada ao Estado, considerando-se:

(i) o potencial estimado de volume financeiro da operação distribuída no mercado de capitais e, conseqüentemente, a captação de recursos em montante expressivo ao Estado;

(ii) a prestação de serviços do Agente de Assessoramento à Cobrança para a operação, com possibilidade de incremento significativo na arrecadação, sobretudo dos créditos tributários que não são objetos de programas de parcelamentos;

(iii) estrutura simplificada, com emissão em duas séries – 1ª série, classe sênior - distribuída no mercado de capitais - e 2ª série, classe subordinada, de subscrição particular do Estado, o que facilita o controle e eventual redução de custos se comparada a emissões em três séries prevista na opção 5; e,

(iv) redução do custo de captação, já que uma emissão que contemplaria a classe de ativos mezanino – é o caso da opção 5 - exigiria mais prêmio, com aumento na taxa de remuneração aos investidores, considerando-se que a classe mezanino traz mais riscos – se subordina à classe sênior na prioridade de recebimento (a classe mezanino tem prioridade de recebimento após o pagamento da classe sênior).

Conclui-se, diante das considerações acima, que a ALTERNATIVA 2 / OPÇÃO 4, consiste na melhor alternativa para o estado do Piauí, transformando ativos ilíquidos (créditos tributários reconhecidos pelos contribuintes) em recursos financeiros de imediato e em montante estimado significativo. Além disso, vislumbra-se a efetividade de menor taxa de remuneração aos investidores (ativo de classe sênior), o que resultaria em menor custo de captação, já que a operação pretendida deverá ser submetida ao procedimento de *bookbuilding* (formação de preço mediante demanda de investidores).

Por fim, registra-se que a sugestão pela ALTERNATIVA 2 / OPÇÃO 4, com estimativas e parâmetros da operação de securitização, foram baseadas nos direitos creditórios na posição de 06/01/2026, a qual será avaliada pela instituição financeira a ser contratada – coordenador líder da operação - durante o processo de estruturação, o que se pode esperar pela confirmação ou modificação das condições estruturantes, objetivando a melhor alternativa na concepção da operação pretendida pelo estado do Piauí.

Mauro Ricardo Machado Costa
Coordenador do Projeto